

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROBERTA CARNELOS RESENDE

**GÊNERO, PERFORMANCE ELEITORAL E PERFIS: UMA ANÁLISE DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ (1998 À 2006)**

**CURITIBA
2009**

ROBERTA CARNELOS RESENDE

**GÊNERO, PERFORMANCE ELEITORAL E PERFIS: UMA ANÁLISE DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ (1998 À 2006)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

**CURITIBA
2009**

TERMO DE APROVAÇÃO

ROBERTA CARNELOS RESENDE

**GÊNERO, PERFORMANCE ELEITORAL E PERFIS: ANÁLISE DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO PARANÁ (1998 À 2006)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no curso de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR

Prof.^a Dr.^a Maria Tarcisa Bega
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR

Prof. Dr. José Antônio Peres Gediél
Setor de Ciências Jurídicas, UFPR

“Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar: ‘Sou uma mulher’. Essa verdade constitui fundo sobre o qual se erguerá qualquer outra afirmação.”
(Simone de Beauvoir)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a participação das mulheres na Assembleia Legislativa do Paraná a partir da implementação da política de cotas de gênero, bem como verificar os perfis diferenciais dos candidatos e sua relação com a eleição. Para tanto, construímos um banco de dados com 1378 observações, a partir de dados do TSE, que representa cada uma das candidaturas. Foram elaboradas variáveis que compõem os perfis social, econômico e político dos candidatos. Os métodos utilizados foram: regressão logística binária, pois permite estimar os atributos que aumentam as chances de sucesso eleitoral de um candidato, e análise de correspondência múltipla, pois este método formula eixos nos quais os candidatos se opõem segundo conjuntos de propriedades que se mostram mais relevantes para suas diferenças.

Palavras-chave: Eleições. Participação feminina. Performance eleitoral. Perfis.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the participation of women in the House of Representatives of the state Paraná, since the implementation of gender quotes, and to verify the different profiles of candidates and its relations to elections. In order to do that, we composed a dataset of 1378 cases, using data from the Superior Electoral Court (TSE), representing each candidacy. The methods utilized were binary logistic regression, which allows the estimation of the attributes that increase the chances of electoral success, and multiple correspondence analyses, a technique that produces axes along which the candidates oppose according to a set of properties most relevant for their distinction.

Key-words: Elections. Women participation. Electoral performance. Profiles.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Candidatos às assembleias legislativas das regiões sul de sudeste (1998 – 2006) | 44 |
| Tabela 2 – Percentual de candidatos por sexo | 45 |
| Tabela 3 - Candidatas e eleitas das regiões sul e sudeste (1998 – 2006) | 47 |
| Tabela 4 – Relação Candidata/Eleita (%) | 48 |
| Tabela 5 – Percentual de cadeiras legislativas ocupadas por mulheres | 49 |
| Tabela 6 – Modelo de regressão logística binária da chance de se eleger um deputado estadual no Paraná nas eleições de 1998, 2002 e 2006* | 58 |
| Tabela 7 – Modelo de regressão logística binária da chance de se eleger um deputado estadual no Paraná nas eleições de 1998* | 59 |
| Tabela 8 – Modelo de regressão logística binária da chance de se eleger um deputado estadual no Paraná nas eleições de 2002* | 60 |
| Tabela 9 – Modelo de regressão logística binária da chance de se eleger um deputado estadual no Paraná nas eleições de 2006* | 60 |
| Tabela 10 – Modelo de regressão logística binária da chance de se eleger um deputado estadual no Paraná nas eleições de 2006*, considerando as variáveis “gasto em campanha” e “patrimônio” | 62 |
| Tabela 11 – Modelo de regressão logística binária da chance de se eleger um homem para deputado estadual no Paraná nas eleições de 1998, 2002 e 2006* | 64 |
| Tabela 12 – Modelo de regressão logística binária da chance de se eleger uma mulher para deputada estadual no paraná nas eleições de 1998, 2002 e 2006* | 65 |
| Tabela 13 - Sumário do modelo geral – 1998 | 69 |
| Tabela 14 - Medidas de discriminação geral- 1998..... | 69 |
| Tabela 15 - Sumário do modelo geral - 2002..... | 73 |
| Tabela 16 - Medidas de discriminação geral - 2002..... | 73 |
| Tabela 17 - Sumário do modelo geral – 2006 | 76 |
| Tabela 18 - Medidas de discriminação geral - 2006..... | 76 |
| Tabela 19 - Sumário do modelo geral – 2006 (com gasto em campanha e patrimônio)..... | 79 |
| Tabela 20 - Medidas de discriminação geral – 2006 (com gasto em campanha e patrimônio)..... | 79 |
| Tabela 21 - Sumário do modelo para homens – 1998..... | 81 |
| Tabela 22 - Medidas de discriminação para homens– 1998 | 82 |
| Tabela 23 - Sumário do modelo para mulheres– 1998..... | 85 |
| Tabela 24 - Medidas de discriminação para mulheres – 1998..... | 86 |
| Tabela 25 - Sumário do modelo para mulheres – 2002..... | 87 |
| Tabela 26 - Medidas de discriminação para mulheres – 2002..... | 88 |
| Tabela 27 - Sumário do modelo para mulheres – 2006..... | 91 |
| Tabela 28 - Medidas de discriminação para mulheres– 2006..... | 91 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Composição das variáveis para regressão..... | 55 |
| Quadro 2 – Composição das variáveis para ACM..... | 66 |
| Quadro 3a - Tabela prosopográfica das parlamentares paranaenses..... | 96 |
| Quadro 3a - Tabela prosopográfica das parlamentares paranaenses..... | 96 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 – ACM: primeiro e segundo eixos fatoriais para 1998..... | 71 |
| Gráfico 2 – ACM primeiro e terceiro eixos fatoriais para 1998..... | 72 |
| Gráfico 3 – ACM: primeiro e segundo eixos fatoriais para 2002..... | 74 |
| Gráfico 4 – ACM: primeiro e terceiro eixos fatoriais para 2002..... | 75 |
| Gráfico 5 – ACM: primeiro e segundo eixos fatoriais para 2006..... | 77 |
| Gráfico 6 – ACM: primeiro e terceiro eixos fatoriais para 2006..... | 78 |
| Gráfico 7 - ACM primeiro e segundo eixos fatoriais para 2006 (com gasto em campanha e patrimônio) | 80 |
| Gráfico 8 – ACM: primeiro e segundo eixos fatoriais para 1998 (homens) | 83 |
| Gráfico 9 – ACM primeiro e terceiro eixos fatoriais para 1998 (homens) | 84 |
| Gráfico 10 – ACM: primeiro e segundo eixos fatoriais para 1998 (mulheres) | 87 |
| Gráfico 11 – ACM: primeiro e segundo eixos fatoriais para 2002 (mulheres) | 89 |
| Gráfico 12 – ACM: primeiro e terceiro eixos fatoriais para 2002 (mulheres) | 90 |
| Gráfico 13 – ACM: primeiro e segundo eixos fatoriais para 2006 (mulheres) | 92 |

LISTA DE SIGLAS

ACM – Análise de Correspondência Múltipla

ALEP – Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

CEDAW – Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, ou Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

CF – Constituição Federal

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONGs – Organizações não-governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 GÊNERO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA | 17 |
| 1.1 A LUTA DAS MULHERES PELO “ESPAÇO PÚBLICO” | 18 |
| 1.1.1 A influência dos tratados internacionais para a institucionalização dos direitos da mulher | 23 |
| 1.1.1.1 Conferências internacionais sobre igualdade de gênero | 27 |
| 1.2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA | 29 |
| 1.3 PODER LEGISLATIVO | 31 |
| 1.3.1 Legislativo no Paraná | 33 |
| 1.4 POLÍTICA DE COTAS DE GÊNERO | 33 |
| 1.4.1 O Caso Brasileiro | 39 |
| 2 POLÍTICA DE COTAS E O CASO DO PARANÁ: ANÁLISE COMPARATIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS DOS ESTADOS DAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO BRASIL (1998 A 2006) | 43 |
| 2.1 AS CANDIDATURAS NAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS | 43 |
| 2.2 CANDIDATAS E ELEITAS NAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS DAS REGIÕES SUL E SUDESTE | 47 |
| 3 REGRESSÃO LOGÍSTICA: ELEMENTOS DETERMINANTES PARA O SUCESSO ELEITORAL NA ALEP | 53 |
| 2.1 ANÁLISE AGREGADA E POR ELEIÇÃO | 58 |
| 2.2 ANÁLISE DE REGRESSÃO CONSIDERANDO APENAS OS HOMENS | 63 |
| 2.3 ANÁLISE DE REGRESSÃO CONSIDERANDO APENAS AS MULHERES | 64 |
| 4 PERFIS DOS CANDIDATOS À ALEP: ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA (ACM) E PROSOPOGRAFIA | 67 |
| 3.1 ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA | 67 |
| 3.1.1 Análise das três eleições considerando todos os candidatos | 68 |
| 3.1.2 ACM para Homens | 80 |
| 3.1.3 ACM para Mulher | 85 |
| 3.2 PERFIL SOCIAL E TRAJETÓRIA POLÍTICA DAS MULHERES ELEITAS PARA O LEGISLATIVO PARANAENSE | 93 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 101 |
| REFERÊNCIAS | 105 |

INTRODUÇÃO

A inclusão dos diversos grupos sociais no plano político legislativo a partir do século XX revela um avanço dos Estados em construir processos democráticos mais sólidos e participativos. Temas e projetos, até então excluídos das pautas legislativas por falta de conhecimento ou interesse dos parlamentares, passaram a ter maior visibilidade para serem discutidos e aprovados. A ascensão burguesa ao poder político construiu um sistema democrático que na prática excluía boa parte da população da participação política efetiva. Foram necessárias décadas de luta social para que analfabetos, trabalhadores, negros, indígenas e mulheres tivessem direito a votar e serem votados, e é em busca de um processo democrático mais representativo que a presença das minorias torna-se cada vez mais importante.

No Brasil ainda que as mulheres pudessem participar dos processos eleitorais desde a década de 1930¹, foi apenas a partir da década de 1980 com a redemocratização que elas fizeram-se presentes quantitativa e qualitativamente nos legislativos de todo o país. Ainda assim, segundo a União Inter Parlamentar², a participação feminina nos cargos legislativos brasileiros (câmara federal e senado) é uma das mais baixas da América do Sul³.

De acordo com ARAÚJO (2007), em estudo comparativo sobre a participação das mulheres na Câmara Federal, o Paraná ocupa a posição 21 no ranking nacional nas eleições de 2002, com apenas uma candidata eleita. Já em 2006, a representação feminina desaparece no legislativo federal. Em relação ao legislativo estadual, em 2006, o Paraná ocupou a posição 19 no ranking nacional, estando entre os estados com menor representação feminina⁴.

Segundo dados do TSE, em 2008, o eleitorado brasileiro era composto por 51,77% de mulheres e 48,11% de homens. No Paraná, esta composição não apresenta alterações significativas, já que 51,4% do eleitorado é formado por mulheres e 48,48% por homens.

¹ Segundo SOARES (XXXX), ainda no século XVIII, as mulheres conquistaram o direito de participar do processo interno de tomada de decisões da irmandade de “pretos”, organizada por meio do voto.

² Organização Internacional fundada em 1889. Tem como objetivo estabelecer uma rede de diálogo entre os parlamentares do mundo, com intuito da promoção da democracia da paz e da cooperação entre seus membros. Ver: <http://www.ipu.org>.

³ Segundo a União Inter Parlamentar, o Brasil ocupa a posição 107 no ranking mundial, a Argentina a 5ª, o Uruguai a 92ª, o Paraguai a 103ª e o Chile a 78ª.

⁴ www.cfemea.org.br

Na tradição liberal clássica a igualdade de oportunidade seria possível mediante a igual atribuição dos direitos fundamentais (à vida, à liberdade e à propriedade). Entretanto, a igualdade formal não é suficiente para que os socialmente desfavorecidos tenham acesso as mesmas oportunidades desfrutadas pelos indivíduos socialmente favorecidos. Segundo OPPENHEIM (2006, p. 604), *“há necessidade de distribuições desiguais para colocar os primeiros ao mesmo nível de partida”*.

Tal igualdade formal foi atingida no Brasil com a Constituição de 1988, estabelecendo que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Entretanto, a igualdade substancial ainda não se concretizou, inclusive no que se refere à representação política. Com a finalidade de materializar tal igualdade, instituiu-se a lei 9.504/97, que em seu artigo 10º §, 3º, estabelece mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada sexo por partido ou coligação.

A política de cotas de gênero é controversa, já que os partidos que não apresentam o percentual exigido não sofrem nenhum tipo de punição (uma das pautas em debate na atual reforma política) e, a lei se refere apenas às candidaturas, podendo não refletir efetivamente em representação política. Por outro lado, a lei traz para o debate a necessidade de inclusão de diversos grupos na arena política.

A literatura brasileira que aborda o tema da política de cotas de gênero se multiplicou após a instauração da lei, e a partir da década de 1990, vários autores tentaram analisar e avaliar a eficiência dessa política no plano nacional a luz dos resultados eleitorais (RODRIGUES, 2001, 2004; MIGUEL, 2001; HTUN, 2001; MATTOS, CYPRIANO, BRITTO, 2008). Perspectivas sexistas afirmam que a participação feminina mais numerosa no sistema parlamentar possibilitaria mudanças morais na política, capazes de construir relações mais honestas e éticas entre seus membros. Contudo, a prática política já demonstrou que essas questões são muito mais históricas e culturais do que de gênero.

Dado o contexto apresentado, no qual a representação política é composta, em sua maioria, por homens, o presente trabalho tem como objetivo analisar esta questão para a Assembléia Legislativa do Paraná nas eleições de 1998 a 2006. Busca verificar quais os fatores no mundo político e no mundo social que explicam o sucesso ou não das mulheres. Para cumprir tal objetivo de ordem mais geral, o trabalho contempla quatro objetivos específicos. Primeiro, pretende-se apresentar

o contexto e a história das lutas da mulher pelo espaço público, bem como a evolução dos instrumentos de proteção e afirmação partindo do sistema internacional de direitos humanos e das lutas do movimento feminista. O segundo objetivo é analisar a participação das mulheres nas Assembléias Legislativas das regiões sul e sudeste do país, pois, dessa maneira, estaremos situando o Paraná num contexto maior quanto ao cumprimento ou não da política de cotas de gênero. O terceiro objetivo é verificar quais aspectos são mais importantes para explicar os resultados de uma eleição, ou ainda, quais variáveis aumentam ou diminuem as chances de sucesso eleitoral. E, por fim, o quarto objetivo é desvendar a que conjunto de propriedades corresponde diferentes perfis de candidatos.

O primeiro capítulo apresenta o contexto histórico-teórico no qual se deu a luta das mulheres pela igualdade política, e, procura demonstrar a importância dos tratados para a institucionalização dos direitos das mulheres. Na sequência serão apresentados alguns apontamentos sobre representação política, que, na perspectiva da busca do pluralismo político, insere a discussão da política de cotas de gênero. A terceira seção apresentará o legislativo e suas funções, bem como a organização do legislativo paranaense. O capítulo se encerra com a discussão acerca da lei das cotas e com a apresentação de alguns dados sobre a participação das mulheres no legislativo brasileiro. Com a elaboração desse capítulo, ou seja, com a contextualização do ambiente que permeia o objetivo principal desse trabalho, foi possível passarmos à análise exploratória dos dados.

No segundo capítulo, através da elaboração de algumas tabelas cruzadas, podemos verificar como ainda é baixa a participação das mulheres nas Assembléias Legislativas dos estados das regiões sul e sudeste do país. Para tanto, a primeira seção se remete diretamente a política de cotas, pois apresentamos as relações entre homens e mulheres nas candidaturas dos estados em análise. A segunda seção remete-se à efetiva participação das mulheres nas Assembléias, pois trata-se apenas das mulheres eleitas. Como podemos observar o número muito reduzido de candidaturas feminina, e, conseqüentemente, a ineficácia da política de cotas de gênero como fator isolado de modificação dessa elite política, passamos, então, a utilização de outros métodos de análise com o objetivo de verificar quais as propriedades individuais que oportunizam aos candidatos uma maior probabilidade de sucesso eleitoral.

O terceiro capítulo terá como finalidade proceder à análise exploratória dos

dados através do método estatístico de regressão logística binária, pois este método fornece meios de descrever o relacionamento entre dois conjuntos de variáveis. O evento de interesse é a probabilidade de um candidato se eleger para o cargo de Deputado Estadual no Paraná nas eleições de 1998, 2002 e 2006. Através das regressões pretendeu-se observar como se comportariam as variáveis políticas e sócio-econômicas como fatores determinante da performance eleitoral, e, observar como a variável sexo se comportaria nos modelos. Tendo em vista que os parâmetros estimados para esta variável não são significativos, os modelos elaborados se mostraram-se inconclusivos, e, por isso, outros modelos foram elaborados, para identificar como se comportam as variáveis em cada um dos sexos, ou ainda identificar quais atributos aumentam as chances de sucesso eleitoral dos homens e das mulheres. Nesse momento, a variável resposta passa a ser analisada de acordo com o sexo do candidato. Pode-se observar um fator comum a todas as regressões: estar “em mandato”, ou seja, deputados estaduais que concorrem à reeleição é o atributo que mais aumenta as chances de sucesso eleitoral.

No quarto capítulo, através da utilização do método de análise de correspondência múltipla (ACM) serão apresentados os perfis dos candidatos. O número de estudos sobre perfis têm-se multiplicado nos últimos anos (OLIVEIRA, 2002; MARENCO, 1997; RODRIGUES, 2002; PERISSINOTO e BRAUNERT, 2006; PERISSINOTO *et al.*, 2009), e as abordagens são as mais variadas: ideologia partidária, perfil dos eleitos entre outras. Nesse sentido, este capítulo pretende contribuir com essa literatura, além de prestar uma contribuição metodológica no sentido de sofisticar as técnicas utilizadas para a elaboração de perfis. Um procedimento bastante comum quando se faz investigação de perfis em Ciência Política é a utilização de tabelas cruzadas. Esse procedimento permite observar como se relacionam duas variáveis (partido e ocupação, por exemplo) e, assim, permite observar se há algum tipo de associação mais forte entre determinadas categorias dessas variáveis. O problema com as tabelas cruzadas é que elas não permitem a observação da associação entre diversas variáveis simultaneamente. Desse modo, há uma limitação, pois só se pode examinar a relação entre duas variáveis de cada vez. É possível analisar como determinada ocupação ou escolaridade se relaciona com determinado partido, como determinado gênero se relaciona com determinada performance eleitoral, etc. Entretanto, não é possível

examinar as relações entre todas essas variáveis juntas. É exatamente isso que a Análise de Correspondências Múltiplas permite. Para tanto, identificou-se dimensões segundo as quais os candidatos se organizam por suas diferentes propriedades. Para a análise considerando todos os candidatos, a formação das dimensões seguiu a seguinte forma: a primeira dimensão pode ser interpretada como de performance eleitoral, onde se opõe os candidatos com sucesso aos candidatos com insucesso nas eleições; a segunda dimensão é uma dimensão que opõem a faixa etária dos candidatos; na terceira dimensão há variações entre as eleições, em 1998 a interpretação pode ser de perfil sócio-econômico, e nas demais eleições a dimensão é de perfil sócio-político. A análise para os homens segue a mesma linha da análise geral. Já na ACM para as mulheres, a interpretação das dimensões assume formas diferentes conforme a eleição, mas, de maneira geral, as variáveis “partido” e “idade” opõem as candidatas na primeira dimensão, estando as candidatas mais jovens associadas a certos partidos e candidatas não jovens a outros. Em decorrência do número pequeno de mulheres eleitas, a ACM acaba não sendo um bom método para analisar o perfil das candidatas, e, por isso, a última seção pretende traçar o perfil individual das candidatas com sucesso na política paranaense e esboçar suas trajetórias políticas. Para tanto, utilizamos o método prosopográfico.

Encerramos este trabalho com algumas considerações finais. Primeiramente apresentamos algumas considerações gerais acerca das contribuições e limitações de um estudo como este, e, na sequência, apresentamos algumas conclusões de cada um dos capítulos elaborados, apontando para os indicativos mencionados pela literatura nos capítulos anteriores.

1 GÊNERO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Se no início gênero sugeria certa neutralidade buscando dissociar-se da política do feminismo, na década de 1980 o uso do termo colaborou para dar legitimidade institucional aos estudos feministas. Para a historiadora norte-americana SCOTT (1995), esta tentativa empreendida pelas feministas tinha como objetivo conquistar um terreno de definição, como também explicitar a inadequação das teorias até então desenvolvidas para explicar as desigualdades entre os sexos.

O feminismo que emerge nos anos de 1960 traz a pauta de como se deu a estruturação das relações de gênero, e a partir daí, tenta desnaturalizar as relações hierárquicas entre os sexos. Segundo LOURO (1997), foi neste período que o conceito de gênero se fortaleceu no meio acadêmico, através de estudos que procuravam desvendar a opressão da mulher e propunham novas perspectivas, proporcionando maior visibilidade à questão.

Para ÁVILA (2002, p.128), a principal conquista do feminismo contemporâneo se deu pelo fato de “instituir as mulheres como um sujeito político do processo de transformação social” e acrescenta que:

A construção desse sujeito produziu uma ruptura com a heteronomia do que se denomina condição humana, trazendo para as mulheres a possibilidade de romper com a situação de vítimas, onde protegidas e com a fixidez de uma identidade imposta por essa condição.

Estudar as mulheres de forma isolada implica reproduzir o mito de que uma esfera tem muito pouco ou nada a ver com outra, quando na verdade forma uma dualidade que participam da mesma realidade complexa. Cabe, então, pensar o masculino e o feminino, e não ambos como realidades justapostas (SCOTT, 1995). Dessa forma, faz-se necessário estudar a relação entre os sexos, e buscar no conceito de gênero ferramentas para analisar com especificidade a situação da mulher na sociedade, visto que os anos de opressão e ausência como sujeito da história determinaram panoramas desiguais no cenário político brasileiro (SILVESTRIN, 2000, p.11).

Segundo SCOTT (1995, p.14), o termo gênero como categoria analítica pode ser entendido como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, ou ainda, pode ser compreendido como uma forma

primária de dar significado para as relações de poder. As duas proposições utilizadas para definir gênero são aclaradas nas linhas seguintes. Sobre a primeira, identificam-se quatro elementos constitutivos do gênero, que não operam simultaneamente e nem isoladamente: “os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas”, “os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações dos sentidos dos símbolos”, “as instituições sociais, a organização social e econômica” e “a identidade subjetiva”. Tais elementos devem ser relacionados, segundo a autora, a organizações e representações sociais, para que, então, o efeito gênero possa ser pensado nas relações sociais e institucionais. Quanto à segunda categoria, gênero e relações de poder, SCOTT destaca que “o gênero é o primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. E, seguindo a mesma linha, LOURO (1995, p. 106) explica que ser homem ou ser mulher leva a perceber o mundo de maneira diferente, a estar no mundo de modo distinto, “e, em tudo isso, há diferenças quanto à distribuição de poder, o que vai significar que o gênero está implicando a concepção e a construção do poder”.

Este capítulo tem como objetivo contextualizar as conquistas das mulheres na busca pelo espaço político, que culminaram com a adoção da política de cotas de gênero no poder legislativo, pois são elementos importantes para analisar a participação das mulheres no legislativo paranaense, objeto de estudo desse trabalho. Para tanto, a organização procederá da seguinte maneira: na primeira seção apresentamos o contexto histórico-teórico das lutas das mulheres pela ocupação do espaço público e a importância dos tratados internacionais para tais conquistas; na segunda seção será apresentada a ideia de representação política a luz da diferença de gênero; a terceira seção proporciona algumas considerações técnicas acerca do poder legislativo, finalizando com o legislativo paranaense; visto o contexto em que as mulheres lutam por direitos iguais e a relação dessas com o legislativo, a última seção desse capítulo apresentará a discussão da política de cotas de gênero e algumas análises que versam sobre a posição das mulheres no cenário político brasileiro.

1.1 AS LUTAS DAS MULHERES PELO “ESPAÇO PÚBLICO”

Na exposição a seguir, optamos por enfatizar a busca das mulheres pelo

espaço público a partir da perspectiva da conquista dos direitos políticos, mesmo entendendo que outras questões (trabalho, família, etc.) influenciaram diretamente para a situação atual da mulher na sociedade. Essa perspectiva se justifica pelo fato de se tratar de um estudo que versa sobre a análise da participação das mulheres dentro do arranjo político-institucional atual.

Antes das mulheres conquistarem o direito ao voto houve dois pólos de discussão acerca dessa questão. Os que defendiam o direito das mulheres ao voto acreditavam que tal ingresso transformaria a política radicalmente, construindo um novo senso de moralidade e de altruísmo. Os que se opunham argumentavam que o engajamento das mulheres na esfera política acabaria tornando trivial a vida política e, concomitantemente, enfraqueceria a instituição família (GIDDENS 2005, p. 357).

No Brasil, a luta pelo sufrágio feminino foi iniciada por mulheres pertencentes a uma elite cultural e econômica, que após retornarem de estudos no exterior, organizaram-se em movimentos pela busca do sufrágio. As primeiras décadas do século XIX foram marcadas pelo conservadorismo, o que não alteraria, apesar de algumas conquistas, as estruturas sociais vigentes.

As mulheres até poucos anos atrás, eram consideradas incapazes. Com a participação das mulheres nos movimentos sufragistas e no movimento feminista, as conquistas se delinearam. Nos parágrafos seguintes, apresentamos um breve histórico da participação das mulheres em busca desses direitos.

Nascida em 1809, no Rio Grande do Norte, Dionísia Gonçalves Pinto inicia sua luta por direitos iguais entre os gêneros publicando uma série de artigos em um jornal do Recife, onde passou a residir. Em 1832 publicou o livro *Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens*, o qual defendia o direito das mulheres em relação ao trabalho e à educação. Na esfera pública, mais propriamente se referindo ao direito das mulheres ao voto, Dionísia funda o *Jornal das Senhoras*, em 1852, formulado apenas por mulheres. Vinte anos depois, Francisca Senhorinha da Motta Diniz cria o jornal *O Sexo Feminino*, também editado só por mulheres, em 1875, com a mesma proposta. No Brasil Império, utilizando-se da Lei Saraiva, uma mulher conseguiu o direito de votar⁵: Dra. Isabel de Matto Dellom. Segundo afirma SOARES (apud Maschio, 2003), “*ela chegou a se apresentar*

⁵ Promulgada em 1881, determinava o direito de voto a todo cidadão com renda superior a dois mil réis (Ricardo Moreira, jus navigandi)

como candidata à Constituinte, embora soubesse que não tinha nenhuma possibilidade de vencer. Cesário Alvim, então ministro do interior, ao saber do caso da Dra Isabel, ficou inconformado e baixou um decreto proibindo o voto feminino em qualquer circunstância”.

Na Assembléia Constituinte de 1891, que propunha elaborar uma constituição republicana para o país, debateu-se sobre o sufrágio feminino, porém, a maioria do congresso se opôs especialmente quanto ao fato da conservação da família, temerosos com as conseqüências da saída da mulher do lar. Com a proclamação da República em 1889 houve a extensão do voto a todos os homens alfabetizados; isso ocasionou uma maior mobilização das feministas cultas que provaram um sentimento de privação política e frustração. Com isso, a “*emancipação feminina*” passou a ter um significado cada vez mais vasto, bem como a atrair mais adeptos (HAHNER, 1981).

Em 1910, Deolinda Dalto funda o Partido Republicano Feminino e sete anos depois, no Rio de Janeiro, organiza uma passeata de mulheres reivindicando o direito de votar. Essas mulheres ficaram conhecidas por *sufraguetes*. Com o propósito de intensificar essa luta, Bertha Lutz cria uma associação de mulheres e em 1922 inaugura a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Mais tarde, ocupa uma cadeira na Câmara Federal (MASCHIO, 2003).

O primeiro Congresso feminista no Brasil foi realizado em 1922, no Rio de Janeiro, pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. O segundo, em 1931, foi presidido pelo Bertha Lutz, e teve participação de várias representantes de outros países, das principais organizações pela luta dos direitos das mulheres. A representante do estado do Paraná foi Marta Silva Gomes, nome conhecido no círculo de inteligência feminina paranaense. Este congresso foi dividido em sete sessões correspondentes aos sete fins da Federação pautados no progresso social, moral e político do sexo feminino. Segundo COSTA (2002, p.22), a preocupação principal dos congressos “não se baseia na aquisição dos direitos políticos femininos como único fim da emancipação; elas encaram e estudam os difíceis problemas sociais, que só a entrada da mulher na política e na legislação poderá resolver”.

A luta das mulheres teve participação e apoio, ainda que muito reduzido, de alguns homens, conforme afirma MASCHIO (2003):

Em 1928, o então governador do estado do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, buscou introduzir na Constituição de seu estado o direito de votos às mulheres. As mulheres do estado potiguar foram as primeiras a votar, muito embora seus votos tenham sido anulados pela comissão de poderes do Senado Federal. Foi um duro golpe, mas elas não esmoreceram e no ano seguinte, em 1929, elegeram a primeira prefeita da América do Sul: Alzira Soriano de Souza, do município de Lajes, no Rio Grande do Norte.

No Paraná, como relata COSTA (2002, p.182-183), as três primeiras décadas do século XX foram marcadas por um “feminismo inconsciente”, no qual o progresso feminino desenvolveu-se naturalmente, sem atrito entre os sexos. Em 1929, a professora Alda Braga alistou-se como eleitora municipal de Prudentópolis, considerada pelo juiz de direito da comarca, Dr. Humberto Graça, capaz de exercer esse direito. Porém, a Junta Federal de Recursos Eleitorais excluiu a pretendente.

Foi no governo de Getúlio Vargas que as mulheres obtiveram o direito político de votar e serem votadas, através do decreto 21.076/32, e a disciplina do trabalho feminino, com a garantia dos direitos das gestantes, da igualdade das condições de trabalho e salariais, através do decreto 21.417/32. No entanto, esses direitos adquiridos se enquadram mais na idéia de cidadania atribuída através da interferência governamental do que uma conquista das lutas feministas. (SANTOS, 1998)

Segundo o TSE, Celina Guimarães Vianna, também do Rio Grande do Norte fez-se a primeira eleitora do país. No ano seguinte, a Assembléia Constituinte convoca as eleições e a paulista Carlota Pereira de Queiroz elege-se deputada federal, dando início à participação efetiva das mulheres na política. Na mesma eleição, Bertha Lutz foi eleita suplente. Juntas elaboraram um estudo para a Constituinte de 1934, defendendo a eleição da mulher e a reforma do ensino que deveria adequar-se a nova demanda social, atrelada a industrialização.

Apesar da conquista do voto e da eleição de uma deputada federal, no ano seguinte, 1933, a trajetória das mulheres na política não seguiu a mesma linearidade como se observou em relação a outras esferas.

A Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, concentrou o poder nas mãos do presidente da república. O argumento utilizado foi que a Constituição de 1934, com seu liberalismo, enfraqueceu e tornou vulneráveis os interesses privados. Dentre as propostas da nova constituição destacava-se a submissão dos governos estaduais ao governo federal e a eliminação dos órgãos legislativos.

Como consequência, o jogo político representativo foi substituído pela “racionalidade do estado”.

Assim como no mundo, foi a partir da década de 60 que ressurgiu no Brasil o processo de luta pela inclusão feminina, principalmente graças às discussões propostas pela *Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher* que aconteceu em março de 1953 em Nova Iorque, da qual o Brasil foi signatário e que foi promulgada no país apenas em 1963. Abafada pelo período repressivo da ditadura militar, a luta das mulheres retornou a partir de 1975, impulsionada pela “Proclamação da Década da Mulher”, instituída pela ONU e pela comemoração pública do dia 8 de março como “Dia da Mulher”. É também a partir da década de 70 que os movimentos femininos ganham um caráter esquerdista no Brasil de denúncia social e de luta democrática. (SARTI, 2001)

Segundo informação do relatório de desenvolvimento humano no Brasil, entre as décadas de 50 e 70, apenas sete mulheres compuseram a Câmara Federal. Ainda que as mulheres pudessem participar dos processos eleitorais desde a década de 30, foi apenas a partir da década de 80 que elas fizeram-se presentes quantitativa e qualitativamente nos legislativos de todo o país. Antes de apresentarmos o histórico da participação das mulheres nessa década, como também nos anos subsequentes, convém salientar que as décadas de 80 e 90 foram marcadas pelo processo de redemocratização e pela discussão quanto à nova constituição para nação, em que todos os setores da sociedade brasileira foram convidados a participar. Com um enfoque social e de resgate da cidadania dos brasileiros, ela passou a ser conhecida como Constituição Cidadã e, apesar dos direitos adquiridos ao longo do século XX, foi apenas a partir de 1988 que as mulheres ganharam um novo status constitucional de igualdade perante o homem em direitos e obrigações (artigo 5º inciso I e artigo 226 § 5º), bem como o estabelecimento de uma cidadania plena, livre de restrições relacionadas ao gênero. As conquistas são frutos da participação ativa das mulheres no debate político da constituinte, com a proposição de emendas populares e da “Carta das Mulheres Brasileiras para os Constituintes”.

1.1.1 A influência dos tratados internacionais para a institucionalização dos direitos da mulher

A teoria liberal clássica limitou-se a aceitar a inclusão do princípio da igualdade no rol de direitos fundamentais, tendo como certa que essa igualdade seria efetiva. Ora, tal igualdade formal por muito tempo deslumbrou o ocidente e foi apenas com a crítica socialista, a crise de 1929 e os horrores das grandes guerras que se iniciou uma mudança ideológica. A concepção formal de direitos do homem proclamada nas revoluções burguesas, não se efetivou. Os movimentos sociais, as guerras, as lutas de trabalhadores, mulheres e outros grupos resultaram num sistema internacional de proteção de direitos humanos, o qual será descrito abaixo, mas com foco específico nas lutas e conquistas femininas. Segundo HENKIN (1990 p. 1-3):

Direitos humanos constituem um termo de uso comum, mais não categoricamente definido. Esses direitos são concebidos de forma a incluir aquelas 'reivindicações morais e políticas que, no consenso contemporâneo, todo ser humano tem ou deve ter perante sua sociedade ou governo', reivindicações estas reconhecidas como 'de direito' e não apenas por amor, graça ou caridade.

Ora, dentro dessa definição pode-se entender que a Constituição Federal de 1988 incorporou tais direitos no ordenamento jurídico pátrio, gerando uma série de expectativas quanto à realização efetiva. O Brasil tradicionalmente participa das discussões e assina tratados internacionais e a pauta de relações internacionais da CF/88 expressa no artigo 4º, inclui a prevalência dos direitos humanos e no artigo 5º, parágrafo 2º existe a abertura para inclusão de outros direitos oriundos de tratados internacionais de que o Brasil seja parte. Essa cláusula de abertura foi alterada com a Emenda 45/2004, que só permite a equivalência dos tratados internacionais às emendas constitucionais caso sejam aprovados no congresso em dois turnos, por 3/5 dos votos. Essa emenda gera uma discussão sobre a eficácia dos tratados assinados antes da emenda 45 e sobre o que aconteceria caso o tratado não fosse aprovado, seria o tratado rejeitado, ou seria algo menor que uma emenda constitucional.

Excetuada a discussão do final do parágrafo anterior é possível afirmar que na experiência brasileira, pôde-se observar que os avanços no plano internacional foram e têm sido capazes de impulsionar transformações internas, especialmente após o texto constitucional de 1988. Mesmo que os documentos jurídicos sejam

apenas formais, inspiram as lutas e a possibilidade de materialização e ampliação dos direitos humanos.

A evolução do sistema internacional de proteção dos direitos humanos tem relação causal com as alterações no ordenamento jurídico brasileiro. Para compreender tal influência, faz-se necessário um exame das idéias expressas nos tratados e convenções internacionais, verificando seu alcance e recepção no ordenamento jurídico brasileiro ao longo do tempo. As idéias já amplamente difundidas e incorporadas nas constituições dispensam a questão de fundamentar esses direitos, importando mais a proteção e identificação com seus destinatários. A mudança mais importante na proteção dos direitos humanos foi à passagem de um sujeito genérico para o sujeito real, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, protege um sujeito abstrato, fala de igualdade, mas não dos caminhos para alcançá-la. Os tratados sobre direitos das mulheres fazem parte de uma nova concepção, a de dar identidade aos sujeitos, de proteger aqueles que especificamente estão afastados da igualdade, como as mulheres, crianças, grupos étnicos, idosos, homossexuais, e os mais diversos grupos. Com isso assume-se que existem diferenças e que é nessas diferenças que se deve buscar a igualdade. Cabe ressaltar, como exemplo, o impacto e a influência de documentos como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw), de 1979; a Declaração e o Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, de 1993; o Plano de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento do Cairo, de 1994; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1994; e a Declaração e a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim, de 1995. Esses instrumentos inspiraram e orientaram o movimento de mulheres a exigir, no cenário local, a implementação das conquistas obtidas na esfera mundial.

Os instrumentos jurídicos liberais permitiam que se sombreasse a existência de desigualdades e naturalizava as relações de exploração e submissão, segundo MIGUEL (2001, P. 254):

As Revoluções Burguesas dos séculos XVII e XVIII, inspiradas pelo ideário liberal, conciliaram, sem maiores excitações, a afirmação de direitos humanos universais e a interdição do acesso das mulheres à esfera pública. Argumentos jurídicos e ou naturais legitimavam o

tratamento diferenciado, bloqueando a percepção da existência de uma injustiça.

O movimento de ampliação dos direitos declarados nas revoluções burguesas surge com o chamado direito humanitário, componente das leis de guerra, e baseia-se numa ampliação do *jus in bello*, voltada para o tratamento na guerra de combatentes e de sua diferenciação em relação aos não combatentes, e faz parte da regulamentação jurídica do emprego da violência no plano internacional, suscitado pelos horrores da batalha de Solferino, que levou a criação da Cruz Vermelha. Após a Primeira Guerra Mundial, foi criada a Liga das Nações, com intuito de promover a paz e segurança internacional, a integridade territorial e política de seus membros. A convenção de 1920 da Liga continha um esboço relativo à questão dos direitos humanos, incluindo as minorias e parâmetros de direito do trabalho, contemplava o comprometimento dos Estados em assegurar condições justas e dignas de trabalho tanto aos homens quanto às mulheres e crianças. No mesmo sentido foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tinha por finalidade promover direitos relativos às condições de trabalho e bem-estar dos trabalhadores. De sua criação até hoje a OIT promulgou mais de uma centena de convenções internacionais, levando os Estados membros a comprometerem-se na busca de um padrão digno nas condições de trabalho. A partir da criação da Liga e da OIT, não apenas os Estados, mas também os indivíduos passaram a serem sujeitos de direito internacional e a idéia de que a regulação dos direitos humanos não mais se limitaria a jurisdição doméstica. Entretanto, a consolidação dos direitos humanos surgiu na metade do século XX, como resposta as terríveis violações praticadas na Segunda Grande Guerra Mundial, que tornou os seres humanos descartáveis. Daí em diante houve a necessidade de repensar os direitos humanos, segundo PIOVESAN (2006, p.116) “nesse cenário o maior direito passa a ser, adotando a terminologia de Hannah Arendt, o direito a ter direitos, ou seja, o direito a ser sujeito de direitos.” Na contemporaneidade, como pautas definitivas do direito internacional têm-se como marco a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e adoção da Declaração Universal dos Direitos do Homem pela Assembléia Geral da ONU, em 1948. Pela normatização da ONU, não se pode mais afirmar que os Estados “em tese” podem tratar seus cidadãos da forma que quiseram. Um exemplo foi o

contestado Tribunal de Nuremberg, que firmou a idéia de responsabilizar criminalmente aqueles que violam os direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 caracteriza-se, primordialmente, por compor o leque de direitos e faculdades sem os quais um ser humano não pode desenvolver sua personalidade física, moral e intelectual; e também por sua universalidade, pois, é aplicável a todas as pessoas, de todos os países, raças, credos e sexos. A partir dessa Declaração, seguiram-se diversos instrumentos de proteção dos direitos humanos, inclusive no que diz respeito aos direitos das mulheres, que tem fundamental importância para demarcar as análises desenvolvidas neste trabalho.

O principal documento da ONU quanto aos direitos da mulher é a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Cedaw), realizada durante a década da mulher em 1979. Trata-se de importante instrumento jurídico internacional de proteção dos direitos das mulheres e apresenta dois objetivos: o primeiro é a eliminação de todas as formas de desigualdade e o segundo trata da promoção da igualdade por parte dos signatários. Segundo PIOVESAN (2006, p. 188), “combina a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem a igualdade enquanto processo. Alia à vertente repressivo-punitiva a vertente positivo-promocional.” A partir de 1994, o Brasil aderiu plenamente à convenção, pois na última ratificação apresentou reservas oriundas do ordenamento jurídico infraconstitucional, especialmente o Código Civil de 1916, que consagrava a família patriarcal, conforme o Artigo 233: “O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos.”. Tal dispositivo fez da mulher uma pessoa juridicamente incapaz até 1962, mas a consagração dos direitos femininos no ordenamento brasileiro só veio com a Constituição de 1988, que já continha em seu texto a maioria dos direitos internacionais e que, além disso, estabelece que qualquer tratado sobre direitos humanos equivale em hierarquia à norma constitucional. Dada essa igualdade formal, faz-se necessário operar positivamente para que condições fáticas, como as de caráter econômico e principalmente as de convivência humana. A incorporação de tais tratados internacionais, absorvidos pela constituição dá legitimidade para uma série de ações no sentido de materializar os direitos formais, dentre estes instrumentos estão as ações afirmativas, que serão explicitadas adiante.

1.1.1.1 Conferências internacionais sobre igualdade de gênero

Vários foram os eventos que buscavam debater as desigualdades de gênero no mundo. As quatro grandes conferências organizadas pela ONU, com objetivo de tratar especificamente da situação da mulher no mundo merecem ser relatadas, em especial a última que resgatou a causa das mulheres.

A primeira conferência aconteceu em 1975 – México, e o tema foi “igualdade, desenvolvimento e paz”, em que se espelhariam as ações do decênio seguinte. Em 1980 – Copenhagen, o principal objetivo era conhecer a realidade dos partidos e propor alternativas de enfrentamento dos problemas das mulheres quanto à educação, emprego e saúde. A terceira aconteceu em 1985 – Nairóbi, e pautou-se na avaliação da Década da Mulher (1976-1985).

Em 1995, foi organizado em Beijing a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, comparecendo delegadas de 184 países e cerca de cinco mil representantes de ONGs. O objetivo central da conferência foi “renovar o interesse internacional pela causa das mulheres, articulando-a com a questão do desenvolvimento e dos direitos humanos” (CARREIRA, 2001, p. 202).

Para a América Latina e Caribe, a autora enfatiza algumas prioridades e objetivos que foram levados a Beijing: fomentar a igualdade entre homens e mulheres, incorporando uma perspectiva de gênero nas políticas econômicas e sociais, em todas as etapas de planejamento e avaliação; assegurar o acesso equitativo da mulher às instâncias de poder e aos processos de tomada de decisão, criando mecanismos que permitam sua participação efetiva no desenvolvimento e na democracia; garantir que a cooperação internacional incorpore politicamente uma perspectiva de gênero.

Além dos debates, destacaram-se dois acordos firmados entre os países participantes:

- a) Declaração de Beijing – comprometimento dos países, independentemente da estrutura política, cultural e religiosa vigentes, em adotar medidas para o combate às desigualdades e discriminações;
- b) Plataforma de Ação – comprometimento dos países em eliminar as barreiras que impedem a plena cidadania das mulheres e, conseqüentemente sua ativa participação na vida pública.

Em relação à Plataforma de Ação, identificaram-se as esferas críticas que viabilizariam os objetivos da conferência, e quanto à participação das mulheres no poder e sobre a incorporação substancial dos direitos humanos, MASCHIO (2003) relata:

Exercício do poder: criação de mecanismos que favoreçam a igualdade de participação das mulheres nas decisões políticas, diminuindo, assim, o atual desequilíbrio nas relações de poder; Mecanismos institucionais para a equidade: implementação de medidas para a implementação de perspectivas de gênero nas políticas públicas; Direitos Humanos: que os direitos humanos de mulheres e meninas façam parte integrante dos direitos humanos universais, ficando vedada, portanto, em todos os principais instrumentos internacionais de direitos humanos, a discriminação de gênero por parte dos Estados.

As ONGs, associações e redes de mulheres converteram-se em dinamizadoras de mudanças na mentalidade dos governos presentes na Conferência, em três pontos: no reconhecimento mundial definitivo da função-chave que as mulheres desempenham no processo de desenvolvimento de seus países e de seu papel criativo na geração de riquezas; na declaração formal de igualdade entre os sexos e no reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos; no fomento ao ritmo das conquistas diferentes entre os países, sendo a educação e o trabalho remunerado os indicadores mais importantes desses avanços. (CARREIRA, 2001, p. 203)

No Brasil, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vinculado ao Ministério da Justiça, na elaboração da plataforma de ação para o país, pontuou oito áreas prioritárias para as quais promoveriam campanhas, programas especiais, pesquisas e estudos, com a finalidade de estabelecer uma relação mais equitativa entre homens e mulheres: combate à pobreza, educação, saúde, prevenção e combate à violência, acesso ao poder, mecanismos institucionais, direitos humanos das mulheres, meios de comunicação. (idem, p. 204)

MASCHIO (2003) menciona que, paralelamente à Conferência, outro evento foi realizado com a finalidade de discutir a questão da mulher:

Paralelamente à Conferência, foi realizado em Huairou, cidade localizada a 60 quilômetros de Beijing, o fórum mundial de ONGs que contou com a participação de 30 mil mulheres de todas as etnias, nacionalidades e representações sociais. Tal evento resultou de um processo deflagrado

nas Conferências Regionais dos Governos e nos Fóruns Regionais das ONGs, realizados em cada continente, e teve como objetivo elaborar um programa mundial de equidade, orientado para proteger os direitos humanos das mulheres.

Além dessas conferências, as organizações das mulheres participaram e trouxeram importantes contribuições nas conferências realizadas na última década do século XX, que tinham outras temáticas como centro da discussão: educação (Jornstein, 1990), meio ambiente e desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), direitos humanos (Viena, 1993), segurança alimentar (Roma, 1996) e habitação (Istambul, 1997). (CARREIRA, 2001, p. 204)

1.2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

A democracia representativa está totalmente relacionada às eleições, a busca da pluralidade política e dos meios de participação da sociedade nas tomadas de decisões, além de, em tese, cessar privilégios de uma minoria. A representatividade política está centrada no voto e no exercício de poder. É a relação legítima entre representante e representado, é a autorização para que decidam em nome do povo.

A idéia inicial do conceito de democracia abarca diretamente a idéia de participação do povo. Atualmente, segundo ARBLASTER (2004, p. 168), a democracia é vista como sinônimo de sistema representativo, já que a representação seria um meio de adaptar a democracia às demandas das comunidades atuais, considerando a impossibilidade da participação pessoal de todos os cidadãos. Como a representação é assimétrica, a exclusão de diversos segmentos, construída historicamente, constitui-se numa constante, conforme enfatiza ARAÚJO (1998, p.81) para a questão de gênero: *“a construção da democracia se fez acompanhar de definições políticas e normativas que configuram espaços distintos, para homens (públicos) e mulheres (privados), na organização da vida social moderna”*, e, na mesma linha de análise, BIROLI e COUTINHO (2003, p 34) acrescenta que:

A sub-representação das mulheres na política está historicamente associada a uma configuração do campo político fundada em hierarquias de gênero, nas quais o “feminino” aparece como inadequado ao espaço público, o que implica na exclusão das perspectivas sociais das mulheres

e dificulta a transformação de formas de opressão que as atingem.

Uma questão muito debatida pela literatura é a adoção da política de cotas de gênero, já que o entendimento dominante das questões de representação política considera a diferença de gênero um fator muito mais relacionado às idéias e não às características do representante (BURKE, 1999). Portanto, representariam idéias, o que independe da questão de gênero, e, completa MIGUEL (2000, p.264) que “pertencer a um grupo não significa expressar as suas demandas”, colocando em pauta a própria noção de que os interesses não são objetivamente identificáveis, se relacionando às posições sociais.

Na década de 1990, foram identificados os limites das “políticas de idéias”, que considera de relevância nula a identidade do representante, desde que o programa de tal representante atenda às demandas sociais e um deslocamento em busca de uma política de presença (PHILLIPS, 2001). A autora propõe a junção da política de idéia à política de presença, e afirma que a melhor representação seria aquela que não deixa a corrente ideológica, porém, releve as características do representante. Essa perspectiva apresenta argumento favorável à política de cotas de gênero.

MIGUEL (2000), ao considerar algumas tendências para a justificativa das políticas de cotas de gênero, afirma que o acesso das mulheres nas esferas deliberativas seria necessário não por compartilharem dos mesmos interesses e sim pelo fato de partirem de uma mesma perspectiva social, vinculadas à experiência de vida.

É possível dizer, então, que a diferença significativa, do ponto de vista político, entre homens e mulheres (e entre negros e brancos, trabalhadores e proprietários, etc.) não é uma diferença intrínseca, mas estrutural, ligada às posições que ocupam em dada formação social. Assim, a necessidade da presença das mulheres (como de outras minorias) na arena política não é suprimida caso se encontrem outras formas de proteger seus “interesses” (...). Elas precisam estar presentes nos foros deliberativos e decisórios para que a perspectiva social que incorporam se faça ouvir e participe da construção de projetos coletivos – que, aliás, contempla a própria redefinição dos interesses dos envolvidos – que ocorre em tais foros. (p.265)

Segundo MIGUEL (2003), a teoria de representação política busca o

aprofundamento do pluralismo político, dando vez não apenas à expressão dos grupos de interesse constituídos como no pluralismo liberal padrão, mas também a plena construção de interesse dos grupos. O alcance de tal pluralismo de perspectivas, característico das sociedades contemporâneas, justifica a necessidade das políticas de cotas “porque a diferença estrutural se traduz na desigualdade da capacidade de intervenção na esfera pública” (idem, 2000, p.266).

1.3 PODER LEGISLATIVO

O legislativo pode ser entendido como um campo político onde há a disputa pelo monopólio do poder. Embora a representação das mulheres no legislativo seja muito desigual, medidas vem sendo tomadas para diminuir a desigualdade e, com isso, o debate sobre questões de gênero tem sido ampliado. Esta seção tem como objetivo apresentar a organização e os aspectos formais do funcionamento do legislativo paranaense, pois, dessa forma estaremos apresentando o ambiente-objeto dos candidatos cujo perfil é objeto de análise desse trabalho.

O Poder Legislativo conforme o sentido de seu nome tem como principal função o processo de elaboração de leis, é nesse processo que aparecem na arena política os interesses públicos. Além disso, outra importante função é a fiscalização do poder executivo principalmente quanto à responsabilidade fiscal. No caso da elaboração de leis, o legislativo ainda possui o poder constituinte derivado, ou seja, a autorização do poder constituinte originário para alterar a constituição naquilo que for autorizado. E as Assembléias possuem o poder constituinte decorrente, que foi dado para elaboração de suas constituições. No caso do Brasil, a elaboração de leis é função do Congresso Nacional, no âmbito federal e das Assembléias Legislativas nos Estados.

Quanto ao controle dos outros poderes, o legislativo atua dentro do sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*), ou seja, trabalha na imposição de limites entre os três poderes evitando que um ultrapasse arbitrariamente a esfera do outro.

A atuação dos deputados é protegida por lei, uma vez que falam em nome do povo, por isso na constituição de 1988 o legislador constituinte incorporou ao

texto a inviolabilidade dos parlamentos no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos. Desta liberdade de conduta parlamentar decorre uma função importante do Legislativo moderno, a fiscalização. Para a fiscalização formal dos atos dos outros Poderes, há o auxílio de um órgão especializado, o Tribunal de Contas.

A Constituição de 1988 incluiu entre os entes federados além da União, dos estados, o Distrito Federal e os municípios, conforme seu primeiro artigo. A mesma constituição no Título IV, cap. I, define dentro da organização dos poderes, a do poder legislativo. Quanto aos estados, objeto desse trabalho, SOUZA (2005, p. 111) menciona que “apesar de estados terem constituições próprias, todas aprovadas em 1989, e apesar de as regras constitucionais federais estabelecerem que essas constituições deveriam ‘obedecer aos princípios’ da CF, a maioria das constituições estaduais é mera repetição dos mandamentos federais”. As determinações político-institucionais oriundas da Constituição Federal de 1988 serviram como inspiração e orientação para a elaboração das constituições estaduais, e, por isso, como afirma TOMIO (2005), não há grandes elementos distintivos no arranjo institucional dos estados brasileiros.

Ora, a organização dada nas constituições estaduais praticamente repete a disposta na CF, ou seja, a clássica divisão de poderes, mas especificando um legislativo unicameral, no caso as Assembléias legislativas.

Uma importante diferença entre a divisão de poderes nos âmbitos federal e estadual remete-se ao poder do presidente de editar medidas provisórias, dentre os estados, apenas quatro Constituições Estaduais concedem a seus governadores a possibilidade de editarem medidas provisórias: Acre, Santa Catarina, Tocantins e Piauí. Em contrapartida, ABRUCIO (1998), ao tratar da questão do ultrapresidencialismo, afirma que o domínio do executivo sobre o legislativo nos estados é mais forte que no âmbito federal:

Para que vingue o ultrapresidencialismo, o governador precisa de ampla e sólida maioria na Assembléia Legislativa, tarefa facilitada pela fraqueza das organizações partidárias estaduais, predispostas à cooptação. Tal predisposição advém, em boa parte, da dependência financeira dos redutos eleitorais dos deputados em relação ao erário estadual. (CINTRA, 2004, p. 74)

Com isso, conclui-se que, mesmo não tendo as prerrogativas legislativas do

Presidente da República, os Governadores conseguem dominar o posicionamento do poder legislativo de forma ainda mais eficaz.

1.3.1 Legislativo no Paraná

Os deputados estaduais reúnem-se em Assembléias Legislativas. O número de representantes em cada uma das vinte e sete Assembléias corresponde ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de 36, será acrescido de tantos quantos forem os deputados federais acima de 12 (CF/1988, art. 12).

Na lista de competências da Assembléia Legislativa, enumeradas pela Constituição do Estado, a principal é a de fazer, suspender, interpretar e revogar as leis de competência do Estado.

Outras funções do Poder Legislativo Estadual são fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo; funções administrativas internas de organização de seus serviços e uma função política adicional: a de representar o povo em suas queixas e reivindicações, operando como uma ouvidoria geral da sociedade.

A função legislativa da Assembléia é exercida com a colaboração do Governador. Os projetos de lei que ela aprova precisam da sanção do Governador. No caso dessa autoridade não referendar uma proposição oriunda do Legislativo, tal ato chama-se veto e que pode ser removido mediante decisão de uma maioria qualificada dos membros.

Entretanto, a competência da Assembléia é privativa quando aprova seu Regimento Interno, organiza sua Secretaria, elege a Mesa Diretora ou constitui Comissões Permanentes ou Temporárias, inclusive as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

A Assembléia exerce ainda uma competência judicial de natureza especial: a de participar do julgamento do Governador e Secretários de Estado nos crimes de responsabilidade.

1.4 POLÍTICA DE COTAS DE GÊNÉRO

Termos como ações afirmativas, políticas de cotas, etc., têm “em comum nestas e noutras definições a noção de intencionalidade relativa a um tratamento

preferencial ou compensatório a um determinado grupo ou parcela social que se encontra em posição de desvantagem social ou sub-representação politicamente em razão de discriminações, preconceitos ou estereótipos passados ou presentes.” (ARAÚJO, 2002, p. 145)

BOBBIO e ROSENFELD apud ARAÚJO (2002, p. 147) acreditam que as ações afirmativas justificam-se pelo fato de serem passageiras, constituindo-se num elemento transitório para atingir o ideal igualitário. Já MIGUEL (2001, p. 254) afirma que “a busca da ampliação da representação política das mulheres – ou de outros setores politicamente excluídos, como as “minorias” étnicas – está baseada, em primeiro lugar, numa questão de justiça intuitiva”. O autor ilustra esta questão colocando em pauta o fato de as mulheres representarem mais da metade da população e ocupar em média 5% das cadeiras no parlamento.

A participação política das mulheres no legislativo ao redor do mundo faz parte não de um processo de moralização, mas de inclusão e efetivação do próprio conceito moderno de cidadania e democracia. Há também a idéia de que as mulheres eleitas estão incumbidas da tarefa de trazer para as pautas de discussão temas até então negligenciados, como os relacionados à família, às crianças e aos idosos. Esse argumento se apóia na figura materna, protetora e familiar que envolve o gênero feminino. Ao gênero acaba sendo atribuída “uma vocação” natural pelos temas de caráter social. Autores como MIGUEL (2000, 2008) destacam que essa “vocação” atribuída ao gênero dificulta a entrada dessas mulheres nas discussões do *hard politics*, como as administrativas, as econômicas e as internacionais, com maior visibilidade e prestígio político. Por outro lado, a presença feminina tende a reduzir a responsabilidade masculina com relação aos temas considerados de caráter social. Em trabalho recente, MIGUEL e FEITOSA (2008) esclarecem que isto ocorre, porque muitas vezes se trata do único nicho disponível para as mulheres no campo político. Essas questões, associadas a uma sociedade patriarcal, levaram a uma divisão sexual do trabalho parlamentar, negando às mulheres a construção de uma identidade de interesses próprios e de uma participação política realmente inclusiva.

A política de cotas de gênero se insere no marco das ações afirmativas. Estas são políticas públicas, que visam o princípio de igualdade material e a superação da discriminação arraigada historicamente, principalmente de idade, de gênero e de etnia. A igualdade material visa tratar as desigualdades existentes na

sociedade de maneira semelhante, com o intuito de evitar que estas continuem se perpetuando através do tempo.

Uma das metas a serem atingidas pelas ações afirmativas é uma maior representatividade de grupos minoritários, que se encontram à margem das diversas esferas de poder público e privado. A política de cotas de gênero produz uma reflexão quanto ao pluralismo de perspectivas que caracteriza as democracias contemporâneas, assim como na concepção de uma sociedade mais justa. Divididas em duas etapas elas pretendem num primeiro momento possibilitar uma maior presença feminina nos espaços políticos e, num segundo, uma maior igualdade entre homens e mulheres (GROSSI e MIGUEL, 2001); ou ainda, “o estabelecimento de cotas na representação política é um estímulo para permitir a geração das preferências associadas às posições dos dominados na estrutura social, que a ordem liberal, com sua ênfase absoluta no indivíduo obstaculiza” (MIGUEL, 2000, p.97).

Existe uma distinção entre a política de cotas “legais”, inscritas por lei, em constituições nacionais ou em leis eleitorais, e aquelas consideradas “voluntárias” nos partidos, que repercutem na composição das listas e na estrutura executiva de cargos partidários, assim como, fundamentalmente no recrutamento das candidaturas. As cotas voluntárias dos partidos políticos surgiram pela primeira vez na década de 80 nos países escandinavos, quando as mulheres já ocupavam 20 e 30 por cento dos lugares no parlamento destes países. Segundo dados da União Inter Parlamentar, no ano de 2008, a Suécia ocupava a posição 2ª no ranking mundial, Finlândia a 4ª, Dinamarca a 6ª e Noruega a 10ª, sendo estes países com alta participação feminina nos parlamentos, porém, nunca houve cotas de gênero legais nestes países. Levou cerca de 60 anos para a Dinamarca, a Noruega e a Suécia ultrapassarem o limiar de 20%, e de 70 anos a atingirem 30%. Nestes países as mulheres já possuíam uma base forte de representação no legislativo, antes de ser introduzida alguma experiência de política de cotas (DAHLERUP e FREIDNVALL, 2003).

Sobre as cotas voluntárias nos países escandinavos (BACHHI, apud ARAÚJO, 2002, p.150-151) enfatiza que os fatores determinantes nessas experiências foram: a existência de um estado de bem-estar, que, através de políticas sociais, garantem condições mais favoráveis à participação das mulheres; uma cultura política com caráter mais igualitária, com maior comprometimento dos

partidos políticos; e, por fim, pelo fato de ser tradicional a participação política das mulheres, inclusive partidárias.

A Argentina foi o primeiro país da América Latina a aplicar uma política de cotas eleitoral em 1991, com posterior emenda à Constituição Nacional em 1994⁶. Argentina ocupa uma posição privilegiada no ranking mundial de participação feminina em cargos legislativos nacionais (5ª posição). Possivelmente um dos fatores que contribuíram para isto seja a natureza da lista partidária vigente no país. Segundo HTUN (2001, p.227), a natureza da lista partidária (aberta ou fechada) é um dos fatores que determinam o sucesso de aplicação de uma política de cotas. A Argentina possui lista fechada, “cada partido controla o posicionamento de seus candidatos na lista. Neste sistema, os eleitores votam nos partidos e não nos candidatos. A quantidade de votos recebida por partido determina quantos candidatos da lista serão eleitos”. Além desta regulamentação no país, está vigente uma norma que torna a obrigatoriedade da colocação de mulheres nas listas. A cada terceira posição de uma lista partidária o espaço deve ser preenchido por uma mulher. Se, por exemplo, um partido estiver concorrendo a somente duas vagas num Distrito, pelo menos um dos candidatos terá de ser mulher. Em países com sistema de lista fechada, mas sem esta norma de obrigatoriedade de posição competitiva para as mulheres, como a Costa Rica, República Dominicana e Venezuela, a eficácia de cotas tem sido menor.

Outros exemplos de adoção às ações afirmativas de gênero na região são pontuados por MASCHIO (2006):

No Paraguai, existe a garantia de participação das mulheres nos corpos colegiados e de uma mulher a cada cinco lugares nas listas de candidatos. No Chile, o Plano Nacional de Igualdade de Oportunidades, estimula mecanismos à participação política das mulheres (...). No Uruguai, desde 1992 nenhum sexo poderá ter mais de 75% nas listas de candidatos; (...) a legislação da Colômbia, determina, desde 1998, igual proporção de homens e mulheres nas listas eleitorais.

A maioria dos países da América Latina implantou políticas de cotas durante a década de 90. No caso brasileiro tiveram significativo papel na justificativa para

⁶ Na Argentina, a lei nº 24.012 sancionada em 6 de novembro de 1991 e promulgada em 29 de novembro do mesmo ano, conhecida também como Lei de Cupos, visava garantir, no mínimo, a inclusão de 30% de candidatas mulheres nas listas partidárias. (...) Três anos depois, na Constituição Nacional Argentina foi incluída por meio de emenda, na primeira parte, Capítulo segundo – nuevos derechos y garantías - o artigo 37 que garantiu a presença de ações afirmativas na política da Argentina (MATOS, CYPRIANO, BRITOS, 2008, p. 8-9).

inscrição à Lei, conferências e convenções internacionais, que haviam sido ratificadas pelo país, tópico este desenvolvido na primeira sessão deste capítulo.

No Brasil, a experiência do PT merece destaque, pois em congresso partidário do ano de 1991, foi aprovada a cota mínima de 30% de mulheres na direção partidária (BORBA, 1998). Já a política de cotas para candidaturas de mulheres nos partidos foi instituída em 1995. O projeto de lei proposto pela deputada petista Marta Suplicy foi subscrito por outras trinta deputadas e propunha que no mínimo 30% das vagas de candidaturas partidárias em todas as esferas deveriam ser preenchidas por mulheres. Porém, o percentual exigido para as eleições municipais de 1996 e, posteriormente, para as eleições de 1998, foi menor em decorrência da adaptação, como se detalhará nos próximos parágrafos.

Em 1995 com a Lei 9.100, estabeleceu-se no artigo 11 § 3º, que 20% no mínimo, das vagas de cada partido⁷ ou coligação para cargos do Legislativo devem ser preenchidas por candidaturas de mulheres: “cada partido ou coligação deveria destinar, pelo menos, um quinto do total das vagas a que tinha direito, e não das efetivas candidaturas, para mulheres” (MATOS, CYPRIANO, BRITO, 2007, p.9). Esta legislação abre a possibilidade que os partidos não consigam preencher todas as vagas, além disso, houve um expressivo aumento de vagas em tais instituições partidárias, se isso acontecesse a política de cotas não teria nenhuma efetividade, e ainda o partido poderia se justificar apelando ao argumento que as mulheres não se apresentaram para a disputa. Esta lei aplicava-se para pleitos municipais correspondentes às eleições de 1996. Este dispositivo legal foi alterado pela Lei 9.504/97, que em seu artigo 10 § 3º, estabelece que cada partido ou coligação deva reservar um mínimo de 30% e um máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. A ampliação das vagas regia para cargos municipais, estaduais e federais. Cabe aclarar que, mediante dispositivo transitório, apenas as eleições de 1998, os percentuais seriam de no mínimo de 25% para cada sexo.

ALVES (2008, p.22) argumenta que a “limitação da política de cotas brasileira não está no “espírito da lei”, mas nas brechas da lei e na forma como os partidos encontram para “contornar” a legislação, restringindo o espaço para as mulheres”. Já para Cypriano (et al,2007), essa política se aproxima de uma

7 O único partido que foi contrário às cotas de candidaturas em 1995 foi o Partido Popular Socialista (PPS), que, embora reconhecesse a participação das mulheres na política, priorizava pela autonomia partidária (MIGUEL, 2000, p. 44).

concepção liberal, pois se limita à simples defesa de uma competição, não se importando com a transformação de outras estruturas que as deixariam em condições similares. Tais mudanças estruturais contemplariam um novo arranjo institucional, econômico, social e cultural.

Ressalvas a parte, a lei pode ser considerada um marco na história da participação das mulheres na política, já que partidos que anteriormente não dispunham de candidatas em seu quadro de filiados, não apenas as recrutaram através de campanhas, como também incluíram em suas pautas questões “femininas” até então negligenciadas.

Para o movimento feminista, outras medidas deveriam ser tomadas paralelamente à política de cotas, tais como: estimular e dar suporte às candidatas ao Legislativo e Executivo, apoiar a participação das mulheres nas instâncias partidárias e fornecer subsídios para a gestão das mulheres eleitas (RODRIGUES, 2001, b).

Já para FRASER (2002), o obstáculo para a paridade, não apenas na política, como em todas as instâncias de interação, seria eliminado com uma reestruturação da divisão do trabalho, eliminando a dupla jornada (barreira a plena participação das mulheres na vida política) e desinstitucionalização das hierarquias de valor androcêntrico.

Não é a identidade feminina que requer reconhecimento, mas sim a condição das mulheres como parceiras plenas na interação social. (...) Para compensar a injustiça, faz-se necessária uma política feminista de reconhecimento, que, com certeza, não significa política de identidade. Baseada no modelo de status, pelo contrário, significa uma política que busca vencer a subordinação por meio do estabelecimento das mulheres como membros plenos da sociedade capazes de participar lado a lado com os homens, sendo seus pares. (IDEM, p. 71)

O sucesso de uma política de cotas de gênero está relacionado com a “engenharia institucional” adotada no país. Tudo indica que o sucesso da política de cotas na Argentina, tem a ver com a o tipo de lista e a obrigatoriedade da posição das mulheres nesta. Como segundo fator, se pode mencionar a cultura política, os países escandinavos possuem uma tradição forte de presença da mulher em movimentos feministas, além de uma tradição social-democrata e um passado de Welfare State desenvolvido. Estes fatores não podem ser considerados isolados, pois de alguma maneira a política de cotas vem a existir para diminuir a exclusão arraigada historicamente.

1.4.1 O Caso Brasileiro

Apesar dos avanços conquistados pelas mulheres principalmente a partir da década de 60, foi com a Constituição de 88 que se estabeleceu, de acordo com o artigo 5, que homens e mulheres são iguais em obrigações e direito. É inegável a amenização e ou superação das desigualdades de gênero conquistada pelas mulheres nos mais diversos setores, no decorrer das últimas décadas, porém, a participação dessas no processo de tomada de decisão, seja no Executivo ou Legislativo, não acompanha a magnitude das outras conquistas.

A participação feminina em cargos no legislativo brasileiro também aumentou consideravelmente após 88. Segundo levantamento feito por Luana Simões Pinheiro (2007), de 1934 a 1986, foram eleitas 55 mulheres para a Câmara de Deputados e nenhuma para o Senado Federal. Seguindo seus dados, apenas na década de 90 já foi possível superar esse número, pois, entre 1990 e 1998 foram eleitas 90 deputadas federais e oito senadoras.

Expandindo esses números para as duas últimas décadas, nas eleições de 1982, oito mulheres conseguiram se eleger para a Câmara dos deputados, e 28 nas Assembléias Legislativas. Em 1986 e 1990, 26 mulheres foram eleitas para o cargo de deputada federal, além de duas senadoras. Entre 1995 e 1999, foram eleitas 34 deputadas federais e seis senadoras e, também nos Legislativos municipais a participação das mulheres tem avançado. Segundo dados estatísticos, entre os anos de 1983 e 1988, 1.672 mulheres foram eleitas vereadoras, abrangendo 4.114 municípios. Na década seguinte, entre 1993 e 1996, foram eleitas 3.839 mulheres, em 4.972 municípios. (MASCHIO, 2003)

RODRIGUES (2001), ao fazer um pequeno balanço da política de cotas no Brasil, coloca uma série de dados que levam a questionar a eficácia da política. No que se refere às eleições de 1998, a única realizada sob o sistema de cotas em âmbitos estadual e federal, foram eleitas 29 deputadas federais (incluindo a Deputada Ceci Cunha, assassinada logo depois da proclamação e antes de tomar posse) e, em 1994, sem o sistema de cotas, foram eleitas 33 deputadas. Quanto às deputadas estaduais e distritais, foram eleitas 106 em 1998 e, em 1994, 82. (2001, a)

Embora alguns partidos não conseguissem ocupar as vagas destinadas às mulheres, e ao fato da lei estar relacionada às candidaturas, os dados revelam um

aumento da presença feminina nas eleições subsequentes às cotas, conforme afirma MASCHIO (2003):

Desde 1934 o percentual de mulheres eleitas girava em torno de 1% a cada quatro anos. Segundo dados do IBAM, de 3.952 vereadoras eleitas em 1992, representando 8% do total, passaram-se a ter 6.536 mulheres eleitas em 1996, perfazendo 11%. O número de mulheres no Executivo também cresceu. Em 1992 foram eleitas 171 mulheres para cargos do Executivo, representando 3% do total de prefeitos; em 1996, foram eleitas 302 prefeitas, 6% do total. Nas eleições de 1998, (...) a representação feminina nas Assembléias Legislativas teve um aumento de 33%, sendo eleitas 105 deputadas, distribuídas por 15 partidos políticos. Já a representação feminina na Câmara dos Deputados sofreu diminuição, passando de 6,38% para 5,65%, num total de 513 deputados federais. Especula-se quais os fatores que contribuíram para esse decréscimo, mas sem dúvida um deles foi a dificuldade financeira que as mulheres enfrentaram para bancar suas candidaturas, pois não contaram com o apoio partidário e nem com o financiamento público de campanhas.

ROSEVICS (2008), em uma análise da participação das mulheres na ALEP e na Câmara, considerou uma série histórica maior, de 1982 a 2006, com o objetivo de verificar a variação do número das mulheres quanto a candidaturas, objeto direto da política de cotas, como também em relação a candidatas com sucesso eleitoral, comparativamente aos homens. Totalizando sete eleições de análise, obteve os seguintes resultados quanto as candidaturas das mulheres: em 1982 - 4% do total das candidaturas, em 1986 – 9,9%, em 1990 – 6,6%, em 1994 – 5,2%, em 1998 – 9,1%, em 2002 – 11,1%, e em 2006 – 11,7%. De todos os candidatos nas últimas sete eleições, o máximo de candidaturas femininas foi de 11,7% em 2006, ou seja, menos de 50% do exigido por lei. Em relação às eleitas, os percentuais para o cargo de deputada estadual foram: 3,4% em 1982, 5,6% em 1986, 1,9% entre 1990 e 1998, e um salto para 7,4% em 2002, mantido em 2006. O ano com mais mulheres eleitas foi em 2002, incluindo nesse caso, a única deputada federal da história paranaense. As eleições de 2002 e 2006 têm quantidades aproximadas de mulheres candidatas e eleitas, e ambas demonstraram um aumento significativo na participação feminina na política paranaense, ainda que menor ao esperado pela lei.

Segundo a autora, os quatro partidos que apresentaram maior quantidade de candidatas, entre 1998 e 2006, os partidos PT e PDT, classificados como de esquerda, apresentaram 47 candidatas, ou seja, 21,4% to total. Os partidos PMDB e PSDB, considerado de centro, apresentaram 45 candidatas. Com isso,

constatou-se que de um total de 30 partidos, quase metade das candidatas do período pertenciam a esses quatro partidos políticos, sendo que nenhum deles, na classificação por ela adotada, foi classificado como de direita.

Com relação ao lançamento de candidaturas de mulheres pelos partidos na região sul do país, nas eleições de 1998 a 2006, RESENDE (2008) analisou o comportamento dos partidos após a instauração da política de cotas de gênero. Nesta região, os três partidos que apresentaram maior percentual de mulheres, agregando as três eleições, foram PT com 14,1%; PMDB com 11,3% e PSDB com 11,3%, todos com grandes estruturas partidárias, capazes de dar visibilidade a seus candidatos.

A partir dos critérios utilizados pela literatura (FIGUEREIDO e LIMONGI, 2000; RODRIGUES, 2002), as mulheres tiveram mais abertura para se candidatar nos partidos de centro (PMDB e PSDB) e esquerda (PT). Inclusive, o partido que mais obteve candidatas eleitas nos três estados foi o PT, e, considerando de 1998 a 2006, com 37% do total. O PT como já foi mencionado estabeleceu uma política de cotas para a inclusão de mulheres nas direções partidárias. A organização feminina dentro do partido inicialmente se concentrou nos grandes centros urbanos, em estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. As militantes feministas trouxeram ao partido discussões sobre a liberdade e a igualdade das mulheres no contexto brasileiro. A participação das mulheres estruturada nos diversos encontros realizados desde a fundação do partido, as secretarias de mulheres instauradas nos diversos estados, e as conquistas em outros níveis de participação, possivelmente sejam fatores que contribuam para a participação diferenciada no contexto das eleições analisadas neste estudo. (RESENDE, 2008)

Essa breve mensuração da situação da mulher na política brasileira justifica o próximo capítulo, pois, como observamos que tanto as candidaturas como a efetiva participação das mulheres ainda é muito reduzida, cabe verificar empiricamente essa questão. Para isso, selecionamos os estados das regiões sul e sudeste pela proximidade geográfica com nosso objeto central de estudo, e, principalmente, por representarem 40,57% do total de cadeiras disponíveis nas assembleias do Brasil, ou ainda, de 1035 cadeiras, os sete estados das duas regiões ocupam 420 desses lugares. Dessa maneira, estaremos verificando a participação das mulheres nas eleições das regiões que mais cadeiras dispõem no

país, permitindo, com isso, localizar o Paraná em relação aos outros estados.

Visto isso, o capítulo a seguir apresentará, através de tabelas cruzadas, algumas relações entre os estados da região sul e sudeste do Brasil quanto à participação das mulheres nas Assembléias Legislativas, para que possamos observar como essa participação se dá nesses estados. O objetivo desse trabalho é aprofundar esse estudo para o caso paranaense, e, por isso, o próximo capítulo não tem como objetivo uma análise mais detalhada dos outros estados, nem verificar a ação dos partidos quanto ao recrutamento dessas mulheres, nem desvendar a origem social dessas mulheres, análises estas de real importância para a compreensão dessa questão. Objetivamos, contudo, localizar o Paraná num contexto maior quanto à política de cotas de gênero.

2 POLÍTICA DE COTAS E O CASO DO PARANÁ: ANÁLISE COMPARATIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS DOS ESTADOS DAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO BRASIL (1998 A 2006)

Com o objetivo de observar a presença das mulheres nas candidaturas à Deputadas Estaduais nos estados das regiões Sul e Sudeste do país, este capítulo está dividido em duas seções: na primeira, será estabelecida uma relação da quantidade das candidaturas de homens e mulheres, nas três eleições em análise (1998 a 2006), eleições estas que precederam a lei da política de cotas, nos sete estados (Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo); na segunda seção, essa análise será feita para as mulheres eleitas, ou seja, será estabelecido um comparativo do grau de sucesso das mulheres na política.

Cabe mensurar que a quantidade de cadeiras disponíveis para cada estado são: Paraná – 54, Rio Grande do Sul – 55, Santa Catarina – 40, Espírito Santo – 30, Minas Gerais – 77, Rio de Janeiro – 70 e São Paulo – 94 cadeiras.

2.1 AS CANDIDATURAS NAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS

Com relação às candidaturas, a tabela 1 apresenta a distribuição de acordo com o sexo, de cada um dos sete estados em questão, para as eleições de 1998, 2002 e 2006. Podemos observar que na maioria dos estados, com exceção à Santa Catarina (2006) e Minas Gerais (2002), houve um aumento das candidaturas das mulheres em todas as eleições, seguindo a tendência visualizada para os homens, na qual esse aumento também ocorreu, com exceção das eleições de 2002 para os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. De maneira simplificada, é crescente as candidaturas de homens e mulheres no decorrer das eleições. Isso também ocorre, conseqüentemente, para as duas regiões analisadas, exceto para o sudeste em 2002, que de 3227 candidatos em 1998, reduz para 3155 em 2002, redução esta observada para dois de seus estados no mesmo ano, entre eles, Rio de Janeiro, que comporta o segundo maior número de candidatos da região (3934).

Tabela 1 - Candidatos às assembleias legislativas das regiões sul de sudeste (1998 – 2006)

| Estado | 1998 | 2002 | 2006 | 1998 | 2002 | 2006 | Total |
|-----------------------|--------|------|------|-------|------|------|-------|
| | Mulher | | | Homem | | | |
| Paraná | 45 | 57 | 65 | 370 | 384 | 457 | 1378 |
| Rio Grande do Sul | 41 | 46 | 64 | 374 | 421 | 422 | 1368 |
| Santa Catarina | 28 | 40 | 39 | 254 | 257 | 262 | 880 |
| Total – Sul | 114 | 143 | 168 | 998 | 1062 | 1141 | 3626 |
| Espírito Santo | 24 | 41 | 45 | 287 | 299 | 313 | 1009 |
| Minas Gerais | 88 | 85 | 100 | 731 | 635 | 755 | 2394 |
| Rio de Janeiro | 200 | 225 | 239 | 1120 | 1009 | 1141 | 3934 |
| São Paulo | 176 | 217 | 225 | 1089 | 1212 | 1297 | 4216 |
| Total – Sudeste | 488 | 568 | 609 | 3227 | 3155 | 3506 | 11553 |
| Total (sul + sudeste) | 602 | 711 | 777 | 4225 | 4217 | 4647 | 15179 |

Fonte: Elaboração Própria, Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Embora a quantidade de cadeiras no Espírito Santo (30) seja inferior à Santa Catarina (40), podemos visualizar, ainda na tabela 1, que o total de candidaturas deste (880) é inferior àquele (1009). Isso também acontece em relação às candidaturas das mulheres nos dois estados, porém, cabe mencionar que, de 1998 a 2006, ou seja, em oito anos, o Espírito Santo teve um aumento de 87,5% de mulheres enquanto candidatas (de 24 para 45), e em Santa Catarina, esse aumento foi de aproximadamente 39% (de 28 para 39).

Um dado interessante que podemos extrair dessa tabela é em relação ao Rio de Janeiro e Minas Gerais. Embora o número de cadeiras seja maior neste estado (77) do que naquele (70), o total das candidaturas de Minas (2394) corresponde à aproximadamente 61% das candidaturas do Rio (3934). Já quando visualizamos essa relação apenas para as mulheres, os números são ainda mais interessantes: Rio de Janeiro totaliza 654 candidatas nas três eleições, e, em contrapartida, Minas Gerais somente 265 candidaturas, indicando que este estado tem aproximadamente 40% das candidatas mulheres em relação ao estado do Rio de Janeiro.

A tabela 2 apresenta os percentuais de candidatos homens e mulheres em cada uma das eleições, considerando cada um dos estados. Os dados apresentados proporcionam a realização de análises confiáveis em relação à participação das mulheres nas eleições, pois, as relações estabelecidas independem do número de cadeiras disponíveis em cada estado, como também da quantidade de candidatos, que visivelmente é diferente, conforme a população de cada estado. As análises abaixo seguirão o seguinte roteiro: primeiramente analisaremos a participação das mulheres em cada uma das eleições nos

respectivos estados, na sequência a análise comportará as duas regiões, e, por fim, uma análise geral, com a participação das mulheres no decorrer das eleições, seguirá com o objetivo de fazer um paralelo dessa representação e a política de cotas de gênero. Somente enfatizando que todos os dados dessa análise podem ser observados na tabela abaixo.

Tabela 2 – Percentual de candidatos por sexo

| Estado | 1998 | | 2002 | | 2006 | |
|-----------------------|-------------|-------|--------------|-------|-------|-------|
| | M | H | M | H | M | H |
| Paraná | 10,84 | 89,16 | 13,87 | 86,13 | 12,45 | 87,55 |
| Rio Grande do Sul | 9,88 | 90,12 | 9,85 | 90,15 | 13,17 | 86,83 |
| Santa Catarina | 9,93 | 90,07 | 13,47 | 86,53 | 12,96 | 87,04 |
| Total – Sul | 10,25 | 89,75 | 11,87 | 88,13 | 12,83 | 87,17 |
| Espírito Santo | 7,72 | 92,28 | 12,06 | 87,94 | 12,57 | 87,43 |
| Minas Gerais | 10,74 | 89,26 | 11,81 | 88,19 | 11,70 | 88,30 |
| Rio de Janeiro | 15,15 | 84,85 | 18,23 | 81,77 | 17,32 | 82,68 |
| São Paulo | 13,91 | 86,09 | 15,19 | 84,81 | 14,78 | 85,22 |
| Total – Sudeste | 13,14 | 86,86 | 15,26 | 84,74 | 14,80 | 85,20 |
| Total (sul + sudeste) | 12,47 | 87,53 | 14,43 | 85,57 | 14,33 | 85,67 |

FONTE: Elaboração Própria, Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Nas eleições de 1998, podemos observar que a menor participação das mulheres aparece no estado do Espírito Santo, em que apenas 7,72% do total dos candidatos eram desse sexo. Na sequência aparecem os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina com pouco menos de 10% de mulheres. Minas Gerais e Paraná apresentam 10,74% e 10,84%, respectivamente, de mulheres em relação ao total de candidatos. São Paulo ocupou a segunda posição entre os estados analisados, pois, 13,91% das candidaturas são do sexo feminino. O estado com a maior participação de mulheres foi Rio de Janeiro, com 15,15% de mulheres concorrentes ao cargo de deputada estadual.

Em 2002, o Rio Grande do Sul aparece com o menor percentual de candidatas mulheres, 9,85%, seguido por Minas Gerais (11,81%), Espírito Santo (12,06%), Santa Catarina (13,47%) e Paraná (13,87%). E, novamente, São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram os maiores índices de participação de mulheres na eleição, 15,19% e 18,23%, respectivamente, do total das candidaturas.

Nas últimas eleições, em 2006, Minas Gerais teve o menor percentual de candidatas (11,70%), e Paraná, Espírito Santo e Santa Catarina não ultrapassam os 13%. Rio Grande do Sul apresentou o maior índice entre os estados da região sul (13,17%). São Paulo e Rio de Janeiro fecham a lista com os maiores

percentuais de candidaturas de mulheres, 14,78% e 17,32%, respectivamente.

Como observamos nos parágrafos anteriores, a região sudeste, tendo em São Paulo e Rio de Janeiro os maiores números de mulheres, aparece com os maiores percentuais em todas as eleições: 1998 (13,14), 2002 (15,26) e em 2006 (14,8). A região sul apresentou 10,25% em 1998, 11,87% em 2002 e 12,83% em 2006, de mulheres em relação ao total de candidatos ao cargo de deputado estadual. Embora na região sudeste tenha havido uma redução de candidatas de 2002 para 2006, essa apresenta, em termos extremos, ou seja, em 8 anos, um crescimento de 1,66% de mulheres nas candidaturas, enquanto que, na região sul, com menor participação, tanto relativas quanto absolutas, esse crescimento foi superior ao sudeste, alcançando 2,58%. Estes dados nos permitem dizer que na região sul do país, o número de candidaturas femininas tem crescido mais que na região sudeste depois da implementação da política de cotas de gênero.

De maneira geral, pode-se observar que, embora o estado do Rio de Janeiro apresente o maior percentual de candidatas na série histórica em questão, em 2002 com 18,23%, esse número está muito abaixo do que propôs a política de cotas (mínimo de 30%). Com exceção deste estado, todos os demais, se somarmos os percentuais das três eleições de cada um, não alcançam 50% do total de mulheres exigido pela lei, ou seja, não possuem 15% de média de candidaturas femininas.

Cabe salientar, que o estado do Paraná apresentou o maior número de candidatas, entre os estados da região sul, nas três eleições (ver tabela 1), e, em 1998 e 2002, o maior percentual proporcional em relação aos homens (ver tabela 2). Por isso, podemos afirmar que o Paraná é o estado que mais apresentou mulheres para concorrer ao cargo de Deputado Estadual da região sul, tanto em termos absolutos (somatória das três eleições: PR-167, RS-151 e SC-107), quanto em proporção aos homens. Ao fazermos uma relação de candidatas e vagas/cadeiras, de 1998 a 2006, temos os seguintes resultados: há 0,97 candidatas no Paraná para cada vaga, 1,09 candidatas por vaga no Rio Grande do Sul, e 1,12 candidatas por vaga em Santa Catarina, logo, em proporção ao número de vagas, este último é o estado que mais apresenta candidatas.

Embora haja um aumento das mulheres no cenário político, essa análise é um afirmativo do que a literatura apresentada no primeiro capítulo constatou (RODRIGUES, 2001; CYPRIANO, 2007; ALVES e CAVENAGHI, 2; FRASER,

2002; ARAUJO, 1998, 2007): a ineficácia da política de cotas no Brasil, como fator isolado, para o aumento da participação das mulheres no cenário político. Observamos também, que a situação do Paraná, embora se destaque entre os estados da região sul, segue a tendência dos demais estados em questão, ou seja, este estado apresenta ainda um número muito reduzido de mulheres para concorrerem às cadeiras na ALEP.

Na seção seguinte, observaremos o comportamento relacional entre as mulheres que se candidataram e as que se elegeram em suas respectivas assembleias legislativas.

2.2 CANDIDATAS E ELEITAS NAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS DAS REGIÕES SUL E SUDESTE

Embora a política de cotas de gênero seja voltada para as candidaturas, pressupõe-se que sua finalidade final, ou ainda, que o objeto indireto da política, seja o aumento de representantes do sexo feminino na esfera decisória da política. No entanto, a tabela 3, mostra uma ainda mais tímida participação efetiva, grau de sucesso eleitoral, das mulheres nas assembleias legislativas dos estados das regiões sul e sudeste.

Tabela 3 - Candidatas e eleitas das regiões sul e sudeste (1998 – 2006)

| Estado | 1998 | | 2002 | | 2006 | |
|-----------------------|------|----|------|----|------|----|
| | C | E | C | E | C | E |
| Paraná | 45 | 1 | 57 | 4 | 65 | 4 |
| Rio Grande do Sul | 41 | 4 | 46 | 2 | 64 | 5 |
| Santa Catarina | 28 | 2 | 40 | 2 | 39 | 3 |
| Total – Sul | 114 | 7 | 143 | 8 | 168 | 12 |
| Espírito Santo | 24 | 1 | 41 | 5 | 45 | 3 |
| Minas Gerais | 88 | 4 | 85 | 10 | 100 | 7 |
| Rio de Janeiro | 200 | 12 | 225 | 14 | 239 | 11 |
| São Paulo | 176 | 8 | 217 | 10 | 225 | 11 |
| Total – Sudeste | 488 | 25 | 568 | 39 | 609 | 32 |
| Total (sul + sudeste) | 602 | 32 | 711 | 47 | 777 | 44 |

FONTE: Elaboração Própria, Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Algumas interpretações interessantes podem ser extraídas dessa tabela. Em 1998, a lógica de que os estados que apresentam um maior número de candidatas teriam um maior número de eleitas, procede, já que São Paulo e Rio de Janeiro conseguiram as maiores quantidades de mulheres eleitas, oito e 12,

respectivamente. Paraná e Espírito Santo aparecem com os piores números, ambos com apenas uma mulher eleita cada, seguido por Santa Catarina com duas, Rio Grande do Sul e Minas Gerais conseguiram eleger 4 mulheres cada um, e, por isso, o Rio Grande do Sul é o melhor colocado entre os estados da região sul. Nas eleições de 2002, Rio de Janeiro aparece com mais mulheres eleitas entre todos os estados (14), seguido por São Paulo e Minas Gerais com 10. O estado do Espírito Santo deixa a última posição que havia ocupado na eleição anterior e elege 5 mulheres, deixando a região sudeste com os melhores lugares nesse *ranking*. O Paraná foi o que mais elegeu mulheres entre os estados da região sul, com 4, e, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apenas 2 por estado. Em 2006, São Paulo divide a primeira posição com o Rio de Janeiro, elegendo 11 mulheres cada. Minas elegeu 7, Rio Grande do Sul 5 (maior número entre os estados do sul), Paraná elegeu 4, e, Espírito Santo e Santa Catarina elegeram 3 mulheres cada.

A trajetória de mulheres eleitas da região sul é ascendente (7 em 1998, 8 em 2002 e 12 em 2006), enquanto que a do sudeste apresenta um decréscimo de 2002 para 2006 (de 39 para 32 mulheres eleitas).

A tabela 4 é uma simplificação e, ao mesmo tempo um complemento, da tabela anterior, pois apresenta a relação de candidatas e eleitas em cada um dos estados, em cada eleição, porém, em percentuais. Ela nos fornece instrumentos para analisar o “grau de sucesso” das mulheres nas eleições para as Assembleias Legislativas.

Tabela 4 – Relação Candidata/Eleita (%)

| Estado/Ano | 1998 | 2002 | 2006 |
|-----------------------|-------------|--------------|------|
| Paraná | 2,22 | 7,02 | 6,15 |
| Rio Grande do Sul | 9,76 | 4,35 | 7,81 |
| Santa Catarina | 7,14 | 5,00 | 7,69 |
| Total – Sul | 6,14 | 5,59 | 7,14 |
| Espírito Santo | 4,17 | 12,20 | 6,67 |
| Minas Gerais | 4,55 | 11,76 | 7,00 |
| Rio de Janeiro | 6,00 | 6,22 | 4,60 |
| São Paulo | 4,55 | 4,61 | 4,89 |
| Total – Sudeste | 5,12 | 6,87 | 5,25 |
| Total (sul + sudeste) | 5,32 | 6,61 | 5,66 |

FONTE: Elaboração Própria, Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Em 1998, o Paraná apresentou o pior percentual de candidatas com sucesso eleitoral, de cada 100 mulheres que se candidataram, apenas 2,22 se

elegeram. O maior percentual é apresentado pelo Rio Grande do Sul, em que 9,76% das mulheres que se candidataram obtiveram sucesso nessa eleição. Em 2002 observamos um fato curioso, pois, o estado do Espírito Santo apresenta o maior percentual, não somente desse ano, mas de toda série estudada, de mulheres com sucesso eleitoral: de cada 100 mulheres que se candidataram, 12,20 saíram vitoriosas nessa eleição. Minas Gerais aparece em segundo com 11,76% de sucesso das candidatas. Nas eleições de 2006, não há números máximos ou mínimos tão relevantes, variando de 4,6% a 7,81% o percentual de mulheres com sucesso nas eleições em cada estado. Cabe salientar que o Rio de Janeiro e São Paulo, por mais candidatas que apresentaram, como vimos nas tabelas anteriores, pois lideraram nosso ranking, um número muito pequeno consegue se eleger, não alcançando 6 mulheres eleitas para cada 100 candidatas.

Para finalizar esse capítulo, a tabela 5 apresenta o percentual de candidatas eleitas em relação a quantidade de cadeiras disponíveis para cada estado. Já pudemos observar na tabela 2 que o percentual de candidatas não ultrapassou 19% do total dos candidatos em cada eleição de cada estado. Agora, o objetivo é observar como foi efetivamente a participação das mulheres nas assembleias, ou seja, embora a política de cotas não se refira a candidatas eleitas, pretendemos verificar o objeto indireto dessa política: o aumento da participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão.

Tabela 5 – Percentual de cadeiras legislativas ocupadas por mulheres

| Estado | 1998 | 2002 | 2006 |
|-----------------------|--------------|--------------|--------------|
| | E | E | E |
| Paraná | 1,85 | 7,41 | 7,41 |
| Rio Grande do Sul | 7,27 | 3,64 | 9,09 |
| Santa Catarina | 5,00 | 5,00 | 7,50 |
| Total – Sul | 5,04 | 5,76 | 8,63 |
| Espírito Santo | 3,33 | 16,67 | 10,00 |
| Minas Gerais | 5,19 | 12,99 | 9,09 |
| Rio de Janeiro | 17,14 | 20,00 | 15,71 |
| São Paulo | 8,51 | 10,64 | 11,70 |
| Total – Sudeste | 9,23 | 14,39 | 11,81 |
| Total (sul + sudeste) | 7,80 | 11,46 | 10,73 |

FONTE: Elaboração Própria, Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Podemos observar, em 1998, que o estado do Rio de Janeiro apresentou o maior percentual de cadeiras ocupadas por mulheres (17,14%), ou ainda, 12 das 70 cadeiras. Bem abaixo, aparecem São Paulo (8,51%) e Rio Grande do Sul

(7,27%). Com aproximadamente 5% de mulheres em relação ao total de cadeiras encontram-se os estados de Minas Gerais e Santa Catarina. Com 3,33% aparece Espírito Santo e, na sequência, o Paraná com apenas 1,85% de cadeiras ocupadas por mulheres, menor bancada de mulheres na série histórica em análise.

Em 2002, podemos observar o Rio de Janeiro, que já havia apresentado o maior percentual de candidatas mulheres (18,23%) em relação aos candidatos homens em 2002 (ver tabela 2), apresentou também o maior percentual de mulheres que ocuparam cadeiras (20%), alcançando o maior percentual de efetividade de participação feminina em relação a todos os estados e anos analisados. Possuir 20% das cadeiras ocupadas por mulheres nos parece muito significativo, já que o hipotético alcance do percentual exigido pela política de cotas de gênero, 30% de candidaturas, talvez não resultasse em tamanha efetividade da representação feminina nas casas legislativas. Não pertence ao escopo dessa investigação encontrar os fatores que determinaram esse número tão significativo para a história das mulheres na política brasileira, nem tampouco verificar se a implementação da política de cotas de gênero influenciou nesse resultado. Cabe a um estudo mais pormenorizado da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro tentar responder a estas indagações; a nós, compete somente a apresentação desses resultados. Ainda com relação a 2002, o estado do Espírito Santo também apresenta um percentual relativamente alto (16,67), ficando na segunda posição. Na sequência, aparecem Minas Gerais e São Paulo (12,99% e 10,64), finalizando os estados do sudeste. O Paraná, com 7,41% de suas cadeiras ocupadas por mulheres, ficou em primeiro entre os estados da região sul, seguido por Santa Catarina com 5%, repetindo o percentual de 1998. Rio Grande do Sul é o estado com o menor percentual nesta eleição, com apenas 3,64% de deputadas estaduais.

Nas eleições de 2006, observou-se o estado do Rio de Janeiro, assim como nos anos anteriores, com o maior percentual de cadeiras ocupado por mulheres (15,71), seguido por São Paulo e Espírito Santo (11,70% e 10%, respectivamente). Minas aparece na quarta colocação com o Rio Grande do Sul, com 9,09%, e, na sequência, Santa Catarina (7,50) e o Paraná (7,41), com o menor percentual de deputadas entre os estados analisados.

De maneira geral, podemos salientar que os percentuais de mulheres com sucesso para o cargo de deputado estadual não obedecem uma lógica

ascendente, e sim, para a maioria dos estados, o movimento recorrente é a alternância entre acréscimos e decréscimos de percentuais relativamente significantes.

Considerando as regiões, percebemos que, em 8 anos, ou seja, de 1998 para 2006, as mulheres com sucesso eleitoral da região sul tiveram um crescimento de 3,59%, enquanto que no sudeste, esse crescimento foi de 2,58%. Com isso, podemos interpretar da mesma maneira apresentada anteriormente, que, além da região sul apresentar maior crescimento em relação a candidaturas femininas do que a região sudeste, apresenta também maior crescimento do número de cadeiras ocupadas por mulheres.

Tal análise pretendeu demonstrar a pouca efetividade da política de cotas de gênero no Paraná, a partir de uma perspectiva comparada. Colocamos como um dos elementos principais que resultam nesses números o fato de não haver punição aos partidos que não apresentam o mínimo de 30% de candidaturas femininas, como mencionado nas duas últimas seções do primeiro capítulo deste trabalho. Estabelecer relação do estado do Paraná com os seis demais estados foi importante no sentido de autenticar a idéia de que o implemento de uma ação afirmativa do tipo política de cotas de gênero, mantendo o arranjo institucional e a cultura política “constantes”, não resulta num aumento significativo da participação das mulheres na política. Embora esta análise seja um tanto superficial, acreditamos que sem ela não haveria a legitimidade de seguir adiante com a análise do Paraná, pois não teríamos argumentado a utilização da importância de outros métodos de análise, que tem como objetivo captar os elementos distintivos entre homens e mulheres e verificar de que maneira algumas características dos candidatos (social, cultural e política) influem no resultado de uma eleição, nem teríamos constatado a relação relativamente estreita que o estado do Paraná tem com os demais estados no que se refere à baixa participação das mulheres.

O capítulo seguinte tem como objetivo verificar de que maneira determinadas características dos candidatos aumentam as chances de sucesso eleitoral, pois, partimos do pressuposto que com a “crise ideológica” dos partidos, e, conseqüentemente, a não identificação partidária por parte da maioria do eleitorado⁸, o processo de escolha eleitoral tende a centralizar-se nas

⁸ Ver RUA (1996) e VOCHIA, R. S. D.e HAX, A. (2006).

características dos candidatos, ou ainda, vota-se em pessoas e não em partidos. Para tanto, com a utilização de análises de regressão logística, pretendemos observar, sobretudo, o comportamento da variável sexo nas eleições em análise.

3 REGRESSÃO LOGÍSTICA: ELEMENTOS DETERMINANTES PARA O SUCESSO ELEITORAL NA ALEP

Uma das tarefas mais claras imposta aos estudos eleitorais é investigação dos determinantes da eleição de um candidato. O que diferencia um candidato eleito de um não eleito? Que propriedades separam um do outro? Essas perguntas estão sempre ligadas a certas especificações, ou seja, às estruturas objetivas do campo político: trata-se de um cargo do executivo ou do legislativo? No caso de uma eleição legislativa, qual sistema é utilizado? Majoritário ou representação proporcional? Lista aberta ou fechada? Dessa maneira, considera-se todo um arranjo institucional que define os contornos do resultado eleitoral. Um sistema pode privilegiar ou prejudicar a renovação da composição de casas legislativas, bem como pode privilegiar ou prejudicar a participação de grupos específicos, como mulheres. O sistema eleitoral é, assim, um fator determinante do resultado das eleições. Entretanto, permanecendo o fator do arranjo institucional constante, as questões mais importantes aparecem com relação aos partidos e aos candidatos. De que forma a filiação a um determinado partido influencia no resultado eleitoral de um determinado candidato? Quais características de um candidato têm maior correspondência com um resultado positivo nas eleições? O resultado da eleição anterior influi de que maneira no sufrágio?

Uma abordagem que dá conta dessas perguntas pode ser encontrada em Bourdieu (1998). Nesse texto, Bourdieu traça as linhas gerais de um estudo do campo político. O campo político seria um espaço construído teoricamente para compreender o funcionamento de um determinado mundo político concreto. Esse espaço funcionaria segundo o seguinte princípio: há um interesse específico ao campo político que é comum aos agentes dentro dele, que orienta as estratégias dos agentes e que, assim, traça também as fronteiras do campo. O campo político é, então, um espaço onde se distribuem agentes ligados por um interesse comum: a busca pela autoridade política. Essa autoridade é representação da posse do recurso primordial nesse campo: o capital político, o capital específico a esse campo. Esse capital pode ser entendido como o reconhecimento social da legitimidade de um indivíduo para agir na política. O capital político, assim como o capital econômico, é distribuído desigualmente pela sociedade, determinando

quem pode se pronunciar e agir legitimamente na política, traçando as fronteiras do campo político. Embora exclua os sujeitos politicamente passivos dos sujeitos politicamente ativos, essa perspectiva permite incluir no jogo político vários atores que não seriam concebidos por uma mera observação dos poderes políticos de Estado, delineando fronteiras mais amplas para objeto em questão. Pessoas que não possuem cargos públicos, eletivos ou de nomeação, também possuem a capacidade de influenciar nas discussões e agendas políticas. Assim, grupos e organizações não governamentais são incluídas dentro do campo, na medida em que também constituem o jogo político, ou seja, elas têm um peso na composição estrutural do campo (mesmo que pequeno) e, por isso, também precisam ser consideradas, mesmo que indiretamente, nas estratégias de outros agentes.

Dentro do campo político, há determinados recursos que são, ao mesmo tempo, almejados pelos agentes e colocados em operação em certas estratégias de acumulação de capital político. Bourdieu elenca principalmente dois recursos como aqueles valorizados no campo político: o capital delegado e o capital convertido. O capital delegado é aquela autoridade conferida pelo exercício de alguma função institucional. É o peso da instituição que passa pelo indivíduo e deposita nele esse poder específico. É por essa razão que pessoas que já exerceram algum cargo possuem uma espécie de crédito social quanto a sua capacidade de ação na política. Esse capital poderá ser medido nessa análise, já que a variável “em mandato” foi inserida no modelo, com a finalidade de verificar se estar no cargo de deputado estadual aumenta as chances de um candidato se eleger na eleição seguinte. Já o capital convertido é qualquer outro tipo de recurso que pode ser transformado em capital político (MIGUEL, 2003). Porém, esse último não será importante para a análise proposta, pois caberia a um outro estudo analisar como se dá a conversão desse capital na ALEP.

Este capítulo pretende ser um exercício de sociologia política, no sentido em que procura integrar esses conceitos à mensuração de seus efeitos em um caso concreto. Uma eleição é um evento extremamente relevante para o campo político, pois ela pode reconfigurar as relações de poder dentro do campo. Dado isso, é importante analisar os aspectos que determinam os resultados de uma eleição. A questão é, na verdade, bastante complexa, podendo relacionar aspectos institucionais, partidários e sociológicos, fugindo do escopo da presente investigação. O objetivo aqui é, todavia, responder a questões simples que podem

ser resumidas da seguinte forma: quais variáveis aumentam as chances de um candidato obter sucesso nas eleições à ALEP?; essas variáveis são as mesmas para homens e para mulheres?; as variáveis mudam entre as eleições?

Os dados empíricos utilizados para explorar essa questão são dados relativos às eleições para a Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP) em 1998, 2002 e 2006. Os dados foram recolhidos junto ao TSE-PR e compõem uma base de 1378 observações que representam cada candidatura em cada uma das eleições. Foram elaboradas variáveis que compõem o perfil sócio-econômico do candidato, como escolaridade, idade, profissão e estado civil, além de variáveis que o colocam dentro do espectro político por meio de sua filiação partidária. A seleção dos partidos para a análise seguiu o seguinte parâmetro: apenas os partidos que obtiveram mais de 4% de candidatos eleitos na soma dos períodos foram mantidos, os demais partidos foram considerados, porém, não aparecem na regressão pois é a categoria de referência captada no termo independente da regressão. Para medir o efeito do capital delegado sobre o resultado da eleição, foi composta uma variável que considera se o candidato está se reapresentando a eleição, ou seja, se está tentando se reeleger como deputado estadual no Paraná. Assim, estaremos medindo o efeito do capital delegado na performance eleitoral por meio do acréscimo ou decréscimo das chances de eleição no caso em que o candidato já estava exercendo o mandato de deputado estadual. Tais variáveis estão explicadas no Quadro 1.

O método escolhido é análise de regressão logística binária, pois a natureza da variável dependente, candidato eleito ou não eleito, é binária. Este modelo permite não somente a realização de análises, mas, sobretudo, estimar as chances de ocorrência do evento em relação a não ocorrência do evento. O modelo, em sua forma matemática, assume a seguinte configuração:

$$P(\text{eleito}) = \frac{e^{\beta_1 + \beta_2 X_i + \dots + \beta_j X_i}}{1 + e^{\beta_1 + \beta_2 X_i + \dots + \beta_j X_i}}$$

A chance é definida como a razão entre a probabilidade de ocorrência e não ocorrência do evento, ela constitui-se numa medida positiva. Quando for maior que

1 indicará que a probabilidade de ocorrer o evento é maior que a probabilidade de não ocorrência.

Foram elaborados, num primeiro momento, cinco modelos, um geral com as três eleições agregadas, um para cada uma das eleições, contendo as mesmas variáveis, e, conforme disponibilidade de outros dados (gasto em campanha e patrimônio declarado), outro para 2006. Na sequência, apresentamos os modelos em que a variável dependente se refere à homens eleitos, e, mulheres eleitas, com o objetivo de verificar quais são as variáveis que aumentam as chances de cada sexo se eleger.

Quadro 1 – Composição das variáveis

Variável dependente:

- *Resultado*: Eleito (1); Não eleito (0)

Variáveis independentes:

- *Em mandato*: Em mandato (1); não em mandato (0) – essa variável procura medir a influencia do capital delegado na eleição. Assim, é possível medir quanto o fato de um candidato estar no cargo aumenta suas chances de se eleito.
- *Sexo*: Homem (1); mulher (0)
- *Estado civil*: Casado (1); não casado (0)
- *Idade*: Menos que 39 anos (1); mais que 39 anos (0)
- *Profissão*: Profissão de estrato superior (1); não profissão de estrato superior (0) – essa variável foi composta, considerando as seguintes profissões como de estrato alto: advogado, médico, engenheiro, grande comerciante, empresário, político, odontólogo, grande proprietário agrícola
- *Escolaridade*: Diploma superior (1); sem diploma superior (0)

Variáveis de pertencimento partidário – variáveis compostas a partir dos partidos que obtiveram mais de 4% dos eleitos no período de 1998-2006:

- *PDT*: PDT(1); não PDT (0)
- *PFL*: PFL (1); não PFL (0)
- *PMDB*: PMDB (1); não PMDB (0)
- *PPB*: PPB (1); não PPB (0)
- *PSB*: PSB (1); não PSB (0)
- *PSDB*: PSDB (1); não PSDB (0)
- *PT*: PT (1); não PT (0)
- *Gasto em campanha*: alto gasto (1), valores superior à 500 mil reais; não alto gasto (0), inferior à 500 mil reais
- *Patrimônio*: alto patrimônio (1), valor superior à 1 milhão de reais; não alto (0), valor inferior à 1 milhão de reais.

2.1 ANÁLISE AGREGADA E POR ELEIÇÃO

De acordo com a tabela 6, para as três eleições analisadas conjuntamente, cinco variáveis obtiveram parâmetros significativos a 5%: “em mandato”, “PMDB”, “PSDB”, “PFL” e “profissão”. A variável “em mandato” aponta que as chances de um deputado estadual que seja candidato à reeleição ser eleito novamente é de 44,8 vezes maiores que a de um novo entrante. Candidatos filiados aos partidos “PMDB”, “PSDB” e “PFL” tem suas chances aumentadas em, respectivamente, 2,6, 2,3 e 2,9. Em relação à variável “profissão”, é possível afirmar que pertencer a um estrato profissional alto aumenta em 2,3 as chances de um candidato ser eleito.

Tabela 6 – Modelo de regressão logística binária da chance de se eleger um deputado estadual no Paraná nas eleições de 1998, 2002 e 2006*

| Variáveis | B | Sig. | Razão de Chace |
|-------------------|--------------|--------------|----------------|
| Em mandato | 3,804 | 0,000 | 44,884 |
| PMDB | 0,965 | 0,005 | 2,624 |
| PSDB | 0,874 | 0,025 | 2,396 |
| PFL | 1,068 | 0,008 | 2,908 |
| PDT | 0,304 | 0,484 | 1,356 |
| PPB | 0,861 | 0,063 | 2,366 |
| PSB | 0,866 | 0,075 | 2,377 |
| PT | 0,807 | 0,028 | 2,242 |
| Sexo | -0,249 | 0,529 | 0,779 |
| Profissão | 0,855 | 0,000 | 2,352 |
| Escolaridade | 0,238 | 0,291 | 1,268 |
| Estado civil | -0,038 | 0,881 | 0,963 |
| Idade | 0,323 | 0,200 | 1,381 |
| Constante | -3,940 | 0,000 | 0,019 |

*n= 1378, $\chi^2=361,783$, $-2\log$ likelihood=635,996, nagelkerke $R^2=0,448$

FONTE: Elaboração Própria.

Na eleição de 1998 (tabela 7), apenas duas variáveis obtêm parâmetros significativos a 5%: “profissão” e “em mandato”. Quanto à variável “profissão”, é possível afirmar que pertencer a um estrato profissional alto aumenta em 2,5 as chances de um candidato ser eleito. A variável “em mandato” aponta que as chances de ser eleito de um candidato já no cargo de deputado estadual são 77,1 vezes maiores que a de um novo entrante.

Tabela 7 – Modelo de regressão logística binária da chance de se eleger um deputado estadual no Paraná nas eleições de 1998*

| Variáveis | B | Sig. | Razão de Chance |
|-------------------|--------------|--------------|-----------------|
| Em mandato | 4,346 | 0,000 | 77,132 |
| PMDB | 0,251 | 0,741 | 1,285 |
| PSDB | 0,788 | 0,253 | 2,199 |
| PFL | 0,566 | 0,443 | 1,761 |
| PDT | -0,346 | 0,706 | 0,708 |
| PPB | 0,889 | 0,207 | 2,433 |
| PSB | 0,563 | 0,563 | 1,756 |
| PT | 0,300 | 0,732 | 1,350 |
| Sexo | -0,754 | 0,475 | 0,471 |
| Profissão | 0,926 | 0,038 | 2,525 |
| Escolaridade | 0,162 | 0,714 | 1,175 |
| Estado civil | -0,158 | 0,760 | 0,854 |
| Idade | -0,211 | 0,687 | 0,810 |
| Constante | -3,729 | 0,000 | 0,024 |

*n= 415, $\chi^2=142,330$, $-2\log$ likelihood=178,561, nagelkerke $R^2=0,539$

FONTE: Elaboração Própria.

Para a eleição de 2002 (tabela 8), o modelo possui parâmetros significativos para as variáveis “em mandato”, “PDT”, “profissão” e “idade”. Estar no cargo de deputado estadual novamente aumenta consideravelmente as chances de eleição: a razão de chance estimada é 36,4. A profissão também é significativa nesse modelo, sendo o estrato profissional alto um fator que aumenta em 3,4 vezes as chances de eleição. Candidatos mais jovens, aqueles com idade inferior a 39 anos, possuem mais chances (razão de chance = 2,29) com relação a candidatos com mais de 39 anos. O parâmetro estimado para a variável partidária “PDT” também foi significativo nesse modelo: para candidatos filiados a esse partido, as chances aumentam em 3,95.

Tabela 8 – Modelo de regressão logística binária da chance de se eleger um deputado estadual no Paraná nas eleições de 2002*

| Variáveis | B | Sig. | Razão de Chance |
|-------------------|--------------|--------------|-----------------|
| Em mandato | 3,597 | 0,000 | 36,491 |
| PMDB | 0,508 | 0,411 | 1,661 |
| PSDB | 1,087 | 0,151 | 2,964 |
| PFL | 1,077 | 0,132 | 2,936 |
| PDT | 1,374 | 0,034 | 3,950 |
| PPB | 0,715 | 0,377 | 2,044 |
| PSB | 1,377 | 0,060 | 3,964 |
| PT | 1,034 | 0,059 | 2,812 |
| Sexo | 0,059 | 0,922 | 1,060 |
| Profissão | 1,249 | 0,001 | 3,486 |
| Escolaridade | -0,145 | 0,698 | 0,865 |
| Estado civil | 0,094 | 0,824 | 1,099 |
| Idade | 0,832 | 0,039 | 2,298 |
| Constante | -4,222 | 0,000 | 0,015 |

*n= 441, $\chi^2=101,388$, $-2\log$ likelihood=226,518, nagelkerke $R^2=0,392$

FONTE: Elaboração Própria.

O modelo aplicado aos candidatos na eleição de 2006 (tabela 9) possui parâmetros significantes a 5% para as seguintes variáveis: “em mandato”, “PMDB” e “PFL”. A razão de chance para candidatos em exercício de mandato de deputado estadual é mais uma vez bastante alta, 44,4. Candidatos filiados ao PFL tem suas chances aumentadas em 5,06 vezes e candidatos do PMDB tem suas chances aumentadas em 6,81 vezes.

Tabela 9 – Modelo de regressão logística binária da chance de se eleger um deputado estadual no Paraná nas eleições de 2006*

| Variáveis | B | Sig. | Razão de Chance |
|-------------------|--------------|--------------|-----------------|
| Em mandato | 3,939 | 0,000 | 51,356 |
| PMDB | 1,920 | 0,000 | 6,818 |
| PSDB | 1,147 | 0,105 | 3,148 |
| PFL | 1,621 | 0,025 | 5,060 |
| PDT | -0,318 | 0,700 | 0,728 |
| PSB | 0,497 | 0,601 | 1,644 |
| PT | 0,958 | 0,151 | 2,608 |
| Sexo | -0,326 | 0,621 | 0,722 |
| Profissão | 0,351 | 0,380 | 1,420 |
| Escolaridade | 0,694 | 0,092 | 2,002 |
| Estado civil | 0,005 | 0,991 | 1,005 |
| Idade | 0,179 | 0,706 | 1,196 |
| Constante | -4,110 | 0,000 | 0,016 |

*n= 522, $\chi^2=140,507$, $-2\log$ likelihood=206,722, nagelkerke $R^2=0,486$

FONTE: Elaboração Própria.

Os parâmetros estimados significativos a 5% variam de modelo para modelo. Isso faz com que seja difícil estabelecer comparações sobre a importância de cada variável nas diferentes eleições. Entretanto, os modelos apontam, com parâmetros confiáveis, que o fato de já estar em mandato deixa o candidato em vantagem na competição eleitoral. As evidências indicam que, de um comportamento de manutenção dos nomes na Assembleia na eleição de 1998, os paranaenses passaram para um comportamento eleitoral de maior renovação dos nomes em 2002 e, em 2006, voltaram a optar por uma maior manutenção dos nomes sem, no entanto, alcançar as proporções de 1998. Segundo as estimativas da regressão logística, estar no mandato de deputado estadual aumenta em 77,1 as chances do candidato na eleição de 1998, em 36,4 em 2002 e em 51,3 em 2006. Em 1998, 66,7% dos candidatos eleitos já estavam na Assembleia, isto é, foram reeleitos. Essa taxa é de 46,3% em 2002 e de 55,6% em 2006. Os modelos fornecem ainda outras evidências para essa concepção da história recente das eleições legislativas paranaenses. No modelo para 2002, ano da eleição mais renovadora, além de uma menor razão de chance para candidatos já em mandato, há outros fatores que apontam maior privilégio a novos entrantes. Por exemplo, a filiação a partidos não ligados ao governo do estado anterior, ao PFL, como PDT também são fatores que aumentam as chances de eleição, segundo o modelo. De todo modo, se a eleição de 2002 foi um ponto de inflexão quanto à manutenção/renovação na ALEP e privilegiou os novos entrantes, os modelos demonstram que essa abertura não significou uma democratização sócio-econômica do acesso a cadeiras legislativas no Paraná. Comparando-se os parâmetros estimados para a variável profissão, é possível observar que as chances de candidatos de estratos profissionais altos aumentam em 2,5 em 1998 e 3,4 em 2002, indicando que o sucesso eleitoral está ligado a um perfil sócio-econômico de elite.

Num novo modelo construído para as eleições de 2006 (tabela 10), com a inclusão das variáveis “gasto em campanha” e “patrimônio”, as variáveis que foram significativas a 5% foram: “em mandato”, “PMDB” e “patrimônio”. Com isso, estar em mandato para a disputa eleitoral de 2006 aumenta em 30,8 vezes a chance de o candidato obter sucesso nas eleições, chances essas que eram maiores quando excluídas as duas variáveis (51,3). Outra evidência demonstrada pelo modelo é o fato dos candidatos com patrimônio declarado acima de um milhão de reais terem

suas chances aumentadas em 2,6. Ser filiado ao “PMDB” também aumenta as chances de sucesso eleitoral (4,02).

Tabela 10 – Modelo de regressão logística binária da chance de se eleger um deputado estadual no Paraná nas eleições de 2006*, considerando as variáveis “gasto em campanha” e “patrimônio”

| Variáveis | B | Sig. | Razão de Chance |
|-------------------|--------------|--------------|-----------------|
| Em mandato | 3,430 | 0,000 | 30,871 |
| PMDB | 1,393 | 0,013 | 4,028 |
| PSDB | 0,825 | 0,258 | 2,283 |
| PFL | 1,246 | 0,097 | 3,476 |
| PDT | -0,659 | 0,430 | 0,517 |
| PSB | -0,033 | 0,973 | 0,968 |
| PT | 0,780 | 0,259 | 2,181 |
| Sexo | -0,228 | 0,732 | 0,796 |
| Profissão | 0,179 | 0,662 | 1,196 |
| Escolaridade | 0,485 | 0,252 | 1,624 |
| Estado civil | -0,075 | 0,862 | 0,928 |
| Idade | 0,390 | 0,423 | 1,477 |
| Patrimônio | 0,965 | 0,041 | 2,625 |
| Gasto em campanha | 1,000 | 0,224 | 2,719 |
| Constante | -4,984 | 0,000 | 0,007 |

*n= 522, $\chi^2=146,937$, $-2\log$ likelihood=200,292, nagelkerke $R^2=0,505$

FONTE: Elaboração Própria.

A partir de tais modelos, têm-se algumas interpretações interessantes. Com o intuito de demonstrar os efeitos do capital delegado nas eleições, tomamos como indicador da posse desse capital a reapresentação do candidato, ou seja, a posse de uma cadeira na legislatura anterior. Isso significa que a passagem pela instituição política, pela assembleia legislativa estadual, tem o efeito de conferir crédito social. Quem nunca assumiu algum cargo em instituição política é acusado de não ter experiência administrativa, além de não possuir os conhecimentos internos necessários, nem o reconhecimento entre os pares na instituição para agir de maneira crível. A situação é inversa quando a pessoa possui um certo capital delegado acumulado em sua trajetória. Esse parece realmente ser o recurso do qual os candidatos a reeleição da ALEP lançam mão: a credibilidade e competência de quem já está exercendo a função de deputado é quase automaticamente a geradora de um crédito social que se manifesta enquanto voto nas eleições. Os resultados dos modelos corroboram com essa perspectiva, pois os parâmetros estimados para a variável “em mandato” são sempre aqueles que conferem um maior aumento de chance de sucesso eleitoral ao candidato.

Variando ao decorrer das eleições, sua importância relativa pode decrescer; todavia, os resultados da regressão logística apontam que esse é o principal fator para o sucesso eleitoral, o recurso que, se mobilizado, aumenta em muito as chances do candidato. Dessa maneira, o capital delegado, associado a recursos subsidiários, pode ser visto enquanto conceito imprescindível para analisar performances eleitorais. Outra observação importante se refere à variável “sexo”: os modelos elaborados se mostraram inconclusivos quanto à variável “sexo” nas três eleições analisadas, pois os parâmetros estimados para a variável não são significativos.

A importância relativa do capital convertido em uma determinada disputa eleitoral legislativa está positivamente associada a um movimento de renovação dos nomes na Assembléia. Dado o “ultrapresidencialismo” nos estados, ou seja, dada a extraordinária preponderância do executivo nessas esferas da federação (ABRUCIO, 1998), uma troca de governo estadual, na qual o governador não consegue fazer sucessor, pode, do mesmo modo, significar todo um movimento de renovação de nomes no legislativo estadual, deixando mais espaço justamente para aqueles candidatos que possuem recursos extra-políticos para converter. E esse é justamente o caso dos detentores de capital midiático.

Uma das prerrogativas do legislativo é fazer leis, assim é reconhecido esse poder, porém essa atribuição é marcada por uma série de entraves que limita sua ação e faz desse poder uma instituição dependente do executivo, uma vez que é considerado como tal na medida em que “o poder executivo, mais especialmente o governador é o centro incontestável do processo de governo por meio do controle dos outros poderes e de toda a dinâmica da política estadual” (MORAES, 2001, p.190). Dessa forma, o poder executivo se torna “hipertrofiado no processo de governo que detém forte influência sobre as estruturas institucionais que deveriam controlá-lo” (ABRUCIO; TEIXEIRA; COSTA, 2001, p. 220).

Assim funciona o legislativo paranaense. Cabe ressaltar que essa “hipertrofia” esteve dividida, no período analisado, em dois grandes grupos políticos: os apoiadores do ex-governador Jaime Lerner (1995 – 2002) e os aliados ao então governador Roberto Requião (2003 -).

2.2 ANÁLISE DE REGRESSÃO CONSIDERANDO APENAS OS HOMENS

Considerando que os homens são 87,8% do total dos candidatos (1211 casos), o modelo será semelhante ao modelo geral. As variáveis que foram significativas a 5% foram (tabela 11): “em mandato”, “PMDB”, “PSDB”, “PFL”, “PSB” e “profissão”. Estar filiado a esses partidos aumenta as chances de sucesso eleitoral: ao “PFL” aumenta em 3,1 as chances de o candidato ser eleito, em 2,6 se filiado ao “PMDB” ou “PSB”, e em 2,4 aos candidatos filiados ao “PSDB”. Pertencer a profissões de estrato alto aumenta em 2,1 as chances de obter sucesso nas eleições em análise.

Tabela 11 – Modelo de regressão logística binária da chance de se eleger um homem para deputado estadual no Paraná nas eleições de 1998, 2002 e 2006*

| Variáveis | B | Sig. | Razão de Chance |
|-------------------|--------------|--------------|-----------------|
| Em mandato | 3,887 | 0,000 | 48,751 |
| PMDB | 0,968 | 0,008 | 2,632 |
| PSDB | 0,914 | 0,027 | 2,495 |
| PFL | 1,160 | 0,005 | 3,190 |
| PDT | 0,387 | 0,387 | 1,473 |
| PPB | 0,807 | 0,106 | 2,240 |
| PSB | 0,983 | 0,048 | 2,673 |
| PT | 0,710 | 0,072 | 2,034 |
| Profissão | 0,764 | 0,001 | 2,147 |
| Escolaridade | 0,328 | 0,168 | 1,388 |
| Estado civil | -0,142 | 0,592 | 0,867 |
| Idade | 0,344 | 0,196 | 1,411 |
| Constante | -3,899 | 0,000 | 0,020 |

*n= 1211, $\chi^2=347,952$, $-2\log$ likelihood=570,889, nagelkerke $R^2=0,470$

FONTE: Elaboração Própria.

2.3 ANÁLISE DE REGRESSÃO CONSIDERANDO APENAS AS MULHERES

No modelo logístico para a variável dependente “mulher eleita” (tabela 12) tem-se apenas a variável “em mandato” significativa a 5%. Porém, a presença do parâmetro negativo indica que ser mulher diminui as chances de sucesso nas eleições. Mas como tem poucos casos de mulheres reeleitas, o parâmetro não é tão confiável. Isso pode ser enfatizado através da comparação da significância, que, embora seja aceitável a 5%, é mais alta que todas as outras regressões.

Tabela 12 – Modelo de regressão logística binária da chance de se eleger uma mulher para deputada estadual no Paraná nas eleições de 1998, 2002 e 2006*

| Variáveis | B | Sig. | Razão de Chance |
|-------------------|---------------|--------------|-----------------|
| Em mandato | -2,565 | 0,023 | 0,077 |
| PMDB | -0,154 | 0,883 | 0,858 |
| PSDB | -1,116 | 0,396 | 0,328 |
| PFL | -18,479 | 0,998 | 0,000 |
| PDT | -18,765 | 0,999 | 0,000 |
| PPB | -0,255 | 0,842 | 0,775 |
| PSB | -19,121 | 0,999 | 0,000 |
| PT | -0,057 | 0,956 | 0,945 |
| Profissão | 0,530 | 0,551 | 1,698 |
| Escolaridade | -1,181 | 0,193 | 0,307 |
| Estado civil | 0,809 | 0,389 | 2,245 |
| Idade | -0,499 | 0,605 | 0,607 |
| Constante | -1,742 | 0,183 | 0,175 |

*n= 162, $\chi^2=16,853$, $-2\log$ likelihood=52,665, nagelkerke R²=0,283

FONTE: Elaboração Própria.

Entretanto, para resultados mais conclusivos sobre o assunto, seriam necessárias outras investigações. Uma primeira medida para complementar a perspectiva aqui exposta seria estender o período de estudo. Um segundo passo seria estender o objeto de estudo, de um legislativo estadual para um conjunto deles, até o congresso federal. O acréscimo de outras variáveis⁹ também poderia ser um fator para melhorar a análise. Assim seria possível obter comparações que permitiriam estabelecer as reais condições nas quais esses capitais se mostram definitivos para o sucesso eleitoral.

Por fim, retomamos os objetivos apresentados no início desse capítulo. Ao rodar as regressões pretendeu-se: 1) observar como se comportavam as variáveis políticas e sócio-econômicas como fatores que determinam a performance eleitoral, e 2) observar especialmente como a variável sexo se comportaria nesses modelos. Com as regressões foi possível tirar algumas conclusões sobre a influência das variáveis no resultado das eleições. Já em relação ao segundo objetivo, as respostas não foram conclusivas. Pelos modelos elaborados, é impossível afirmar se o fato

⁹ Patrimônio e gasto em campanha só estão disponíveis no site do TSE para as eleições de 2006. Com o ampliação das informações seria possível estabelecer análises mais completas.

de ser mulher ou não tem algum impacto, positivo ou negativo, no resultado eleitoral. Por isso, é necessário se aprofundar no estudo de legislativo, performance eleitoral e gênero multiplicando os métodos de análise e utilizando, além da regressão, métodos de análise geométrica de dados. Esse é o objetivo do próximo capítulo, que, através de análises de correspondência múltipla, busca estabelecer a que conjunto de propriedades corresponde diferentes perfis de candidatos.

4 PERFIS DOS CANDIDATOS À ALEP: ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA (ACM) E PROSOPOGRAFIA

Este capítulo tem como objetivo apresentar a construção dos perfis dos candidatos à ALEP nas eleições de 1998 a 2006, através de uma análise de correspondências múltiplas (ACM), e, na última seção desse capítulo, será feita uma apresentação descritiva das candidatas que obtiveram sucesso nas eleições em análise. Primeiramente, a análise será de todos os candidatos com objetivo de traçar o perfil geral dos candidatos à ALEP nas respectivas eleições. Na sequência haverá a separação entre os sexos para construção dos perfis diferenciais. Por fim, visto que o número de candidatas é inferior à 13% do total dos candidatos e o número de eleitas é muito pequeno, na última, passaremos para o perfil social e trajetória política das candidatas eleitas.

3.1 ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA

O objetivo da utilização desse método é identificação de conjuntos de características relacionadas constituindo assim perfis diferenciais dos candidatos. Em outras palavras, a análise de correspondência múltipla permite identificar dimensões segundo as quais os candidatos se organizam por suas diferentes propriedades, ou seja, a que conjuntos de propriedades correspondem diferentes perfis de candidatos. O quadro a seguir expõe o conjunto das variáveis que serão utilizadas para a análise.

Quadro 2 – Composição das variáveis para ACM

| Variáveis utilizadas na ACM: |
|---|
| ● <i>Resultado</i> : Eleito ; Não eleito |
| ● <i>Em mandato</i> : Em mandato; não em mandato |
| ● <i>Sexo</i> : Homem; mulher |
| ● <i>Estado civil</i> : Casado; solteiro; divorciado, viúvo e outros |
| ● <i>Idade</i> : 16-30; 31-40; 41-50; 51-60; superior à 60 anos. |
| ● <i>Profissão</i> : Profissão de estrato superior ; não profissão de estrato superior |
| ● <i>Escolaridade</i> : Superior completo; superior incompleto ou ensino médio completo; até ensino médio incompleto. |
| ● <i>Partidos</i> : PDT; PFL; PMDB; PPB; PSB; PSDB; PT, PPS; outros partidos |
| ● <i>Gasto em campanha</i> : alto gasto (superior à 500 mil reais); médio gasto (superior a 100 mil e inferior ou igual à 500 mil reais); baixo gasto (inferior ou igual à 100 mil reais) |
| ● <i>Patrimônio</i> : alto patrimônio (superior à 1 milhão de reais); médio patrimônio (superior à 100 mil reais e inferior ou igual à 1 milhão de reais); baixo patrimônio (inferior ou igual à 100 mil reais) |

FONTE: Elaboração Própria.

As análises a seguir seguirão o seguinte roteiro: primeiramente será apresentada uma tabela contendo o sumário do modelo, a qual proporcionará analisar as dimensões através das variações entre as inércias para, então, selecioná-las; na sequência serão apresentadas as medidas de discriminação das variáveis em relação às dimensões com o objetivo de verificar quais variáveis apresentam maior contribuição para a formação dos eixos, e, então, interpretar tais dimensões de acordo com a distribuição das variáveis; por fim, o gráfico ilustrará a disposição das variáveis nos diferentes eixos.

3.1.1 Análise das três eleições considerando todos os candidatos

Em relação às eleições de 1998 (tabela 13), a diferença das inércias entre a terceira (0,172) e a quarta dimensão (0,157) passa ser relativamente pequena com relação entre a primeira (0,255) e a segunda inércia (0,197), e entre a segunda (0,197) e a terceira (0,172). Por esse motivo é possível reter as três primeiras

dimensões para se aprofundar a análise.

Tabela 13 - Sumário do modelo geral – 1998

| Dimensão | Variância | |
|----------|------------------|---------|
| | Total auto valor | Inércia |
| 1 | 2,037 | 0,255 |
| 2 | 1,577 | 0,197 |
| 3 | 1,380 | 0,172 |
| 4 | 1,259 | 0,157 |
| Total | 6,253 | 0,782 |
| Média | 1,563 | 0,195 |

FONTE: Elaboração Própria.

O próximo passo é interpretar o significado dessas três dimensões retidas para a análise. Observando as medidas de discriminação das variáveis para primeira dimensão, na tabela 14, constata-se que as maiores contribuições vem das variáveis “em mandato” (0,621) e “resultado” (0,606). Isso nos permite interpretar essa dimensão como uma dimensão que diferencia a performance eleitoral dos candidatos, pois essa dimensão é formada principalmente por variáveis que se referem ao resultado eleitoral. Na segunda dimensão, as variáveis que apresentam maiores contribuições são “idade” (0,551) e “estado civil” (0,444), possibilitando interpretar tal dimensão como uma dimensão que diferencia a faixa etária dos candidatos. Na terceira dimensão, as variáveis que mais contribuem são escolaridade (0,414), profissão (0,321) e partido (0,314). É possível lançar a interpretação segundo a qual a terceira dimensão se refere a diferentes perfis sócio-econômicos dos candidatos, reforçados pela filiação a diferentes partidos.

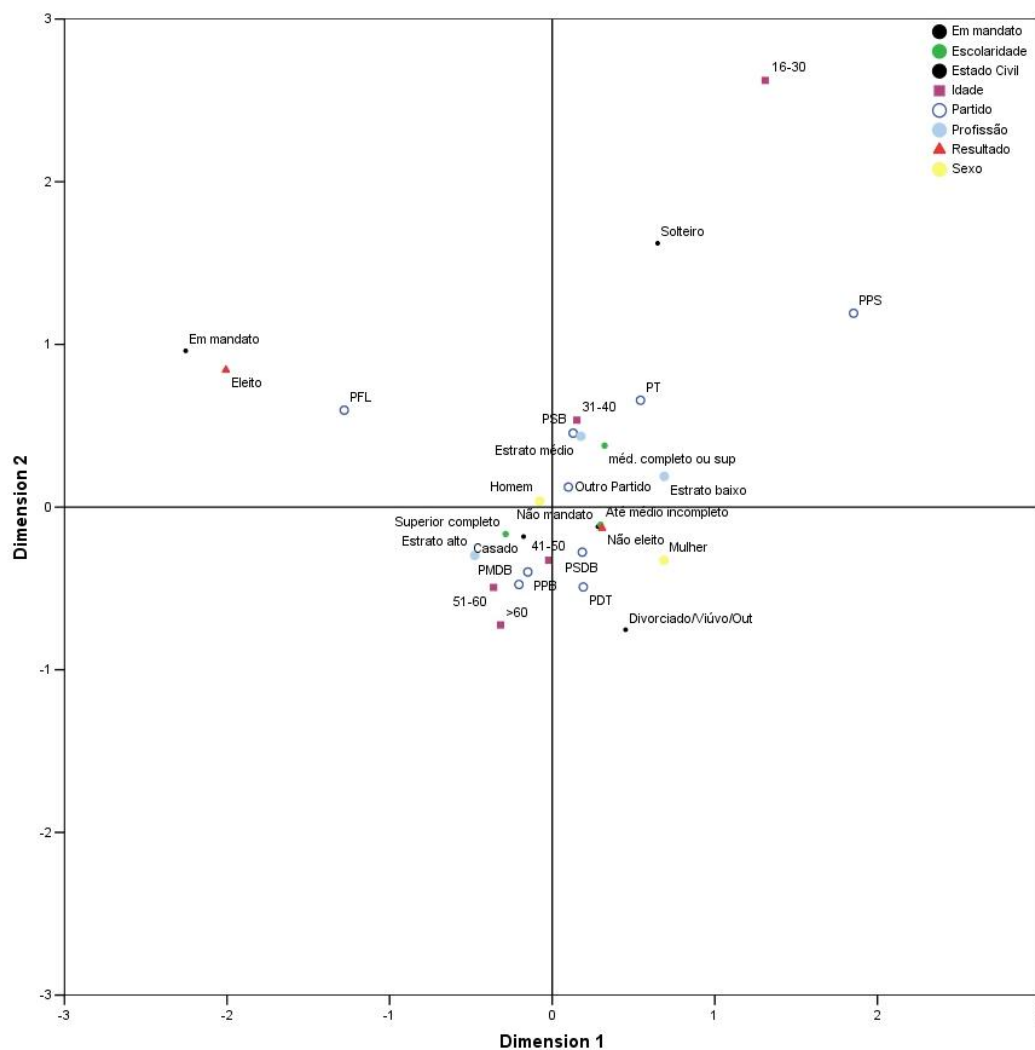
Tabela 14 - Medidas de discriminação geral - 1998

| Variáveis | Dimensão | | | | Média |
|--------------|----------|-------|-------|-------|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| Resultado | 0,606 | 0,107 | 0,015 | 0,014 | 0,185 |
| Em mandato | 0,621 | 0,113 | 0,019 | 0,022 | 0,194 |
| Partido | 0,237 | 0,194 | 0,314 | 0,556 | 0,325 |
| Sexo | 0,056 | 0,013 | 0,121 | 0,216 | 0,102 |
| Estado Civil | 0,103 | 0,444 | 0,065 | 0,017 | 0,157 |
| Profissão | 0,198 | 0,100 | 0,321 | 0,017 | 0,159 |
| Escolaridade | 0,089 | 0,056 | 0,414 | 0,023 | 0,146 |
| Idade | 0,126 | 0,551 | 0,111 | 0,393 | 0,295 |
| Active Total | 2,037 | 1,577 | 1,380 | 1,259 | 1,563 |

FONTE: Elaboração Própria.

A primeira dimensão trata da performance eleitoral dos candidatos. Quando olhamos para o gráfico 1, que expõem as categorias das variáveis em um espaço com a primeira e a segunda dimensão, vemos que na dimensão de performance eleitoral os candidatos a direita estão associados ao sucesso eleitoral, enquanto os candidatos à esquerda estão associados ao insucesso eleitoral. À esquerda encontram-se as categorias eleito e em mandato, enquanto que à direita estão posicionadas as categorias não eleito e não mandato. A segunda dimensão demonstra a oposição entre candidatos mais velhos, na parte inferior do gráfico, e candidatos mais jovens, na parte superior do gráfico. Na parte superior observa-se as categorias da variável “idade” menores que 40 anos, associada à categoria “solteiro” da variável “estado civil”. Já na parte inferior do gráfico, observa-se as categorias de idade superior a 40 anos e estado civil “casado” e “divorciado”.

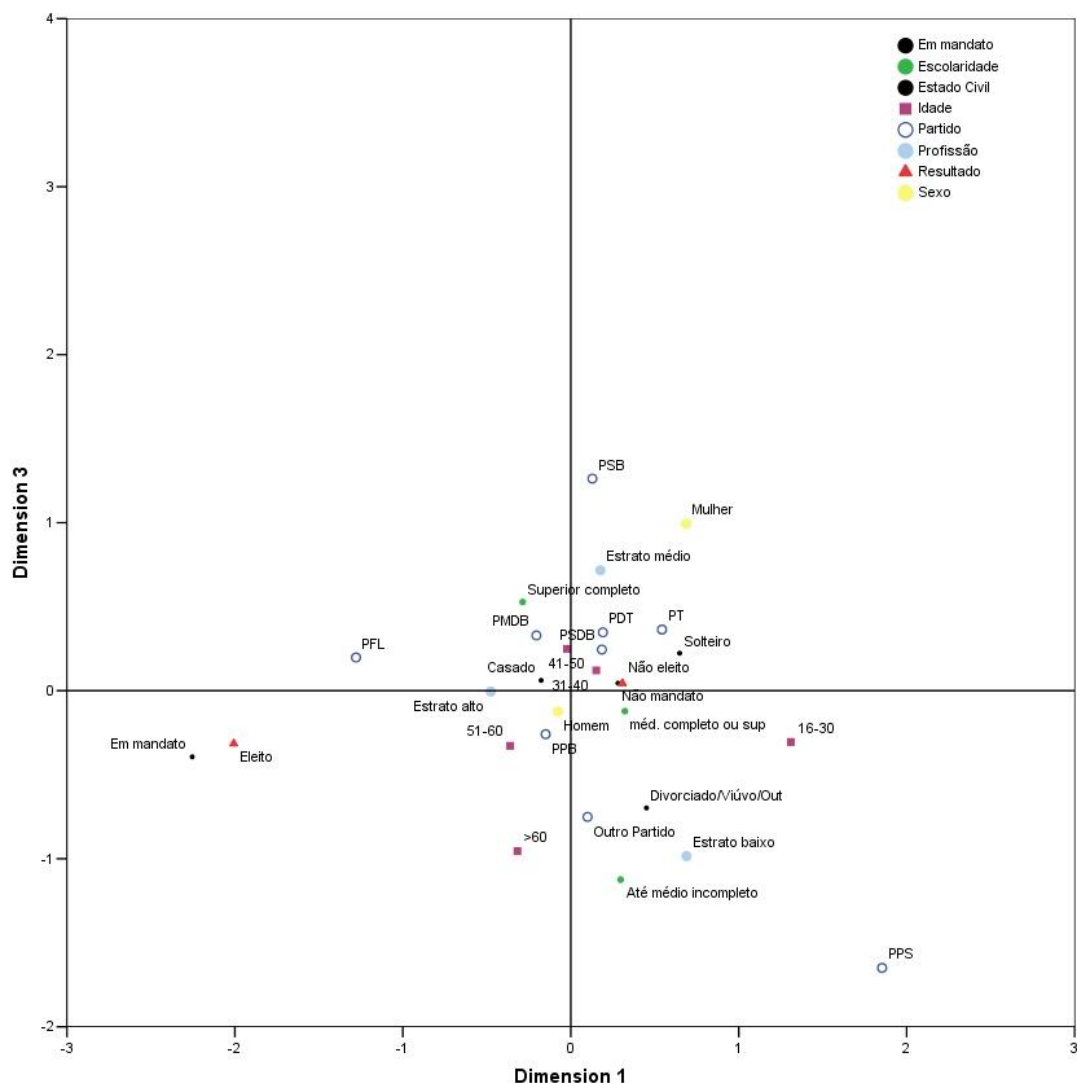
Gráfico 1 – ACM: primeiro e segundo eixos fatoriais para 1998



FONTES: Elaboração Própria.

A terceira dimensão demonstra a oposição entre um perfil sócio-econômico médio-alto (gráfico 2), na parte superior do gráfico, e um perfil sócio-econômico mais baixo, na parte inferior. Em relação à categoria “estrato alto”, o fato dela se encontrar no meio da dimensão aponta para a interpretação de que esses indivíduos possuem características mais heterogêneas, relacionadas à média das outras variáveis. Na parte superior observa-se as categorias escolaridade “superior completo” e profissões de médio estrato, e, na parte inferior as categorias de baixa escolaridade e profissões de estrato social baixo.

Gráfico 2 – ACM primeiro e terceiro eixos fatoriais para 1998



FONTE: Elaboração Própria.

Para as eleições de 2002 (tabela 15), observa-se que a diferença das inércias entre a terceira (0,175) e a quarta dimensão (0,170) é muito pequena se compararmos com a diferença entre as outras dimensões. A diferença é acentuada entre a primeira (0,242) e a segunda inércia (0,196), e, embora menos significativa, entre a segunda (0,196) e a terceira (0,175). Por esse motivo é possível reter as três primeiras dimensões para a análise.

Tabela 15 - Sumário do modelo geral - 2002

| Dimensão | Variância | |
|----------|------------------|---------|
| | Total auto valor | Inércia |
| 1 | 1,934 | 0,242 |
| 2 | 1,570 | 0,196 |
| 3 | 1,400 | 0,175 |
| 4 | 1,364 | 0,170 |
| Total | 6,268 | 0,783 |
| Média | 1,567 | 0,196 |

FONTE: Elaboração Própria.

Passamos agora para a interpretação dos significados dessas três dimensões retidas para a análise. Em relação à primeira dimensão (tabela 16), as maiores contribuições foram das variáveis “em mandato” (0,563) e “resultado” (0,475). Podemos interpretar essa dimensão como uma dimensão que diferencia a performance eleitoral dos candidatos. Na segunda dimensão, as variáveis que apresentam maiores contribuições são “estado civil” (0,494) e “idade” (0,459), possibilitando interpretar tal dimensão como uma dimensão que diferencia a faixa etária dos candidatos. Portanto, pode-se observar que as duas primeiras dimensões de 2002 são iguais as duas primeiras dimensões apresentadas para as eleições de 1998. Porém, na terceira dimensão, as variáveis que mais contribuem foram “partido” (0,319), “escolaridade” (0,311) e “sexo” (0,293). Essa dimensão não é clara para estabelecer uma relação concisa como a apresentada para as dimensões anteriores, porém, ao interpretar o gráfico a seguir poderemos estabelecer algumas relações interessantes.

Tabela 16 - Medidas de discriminação geral - 2002

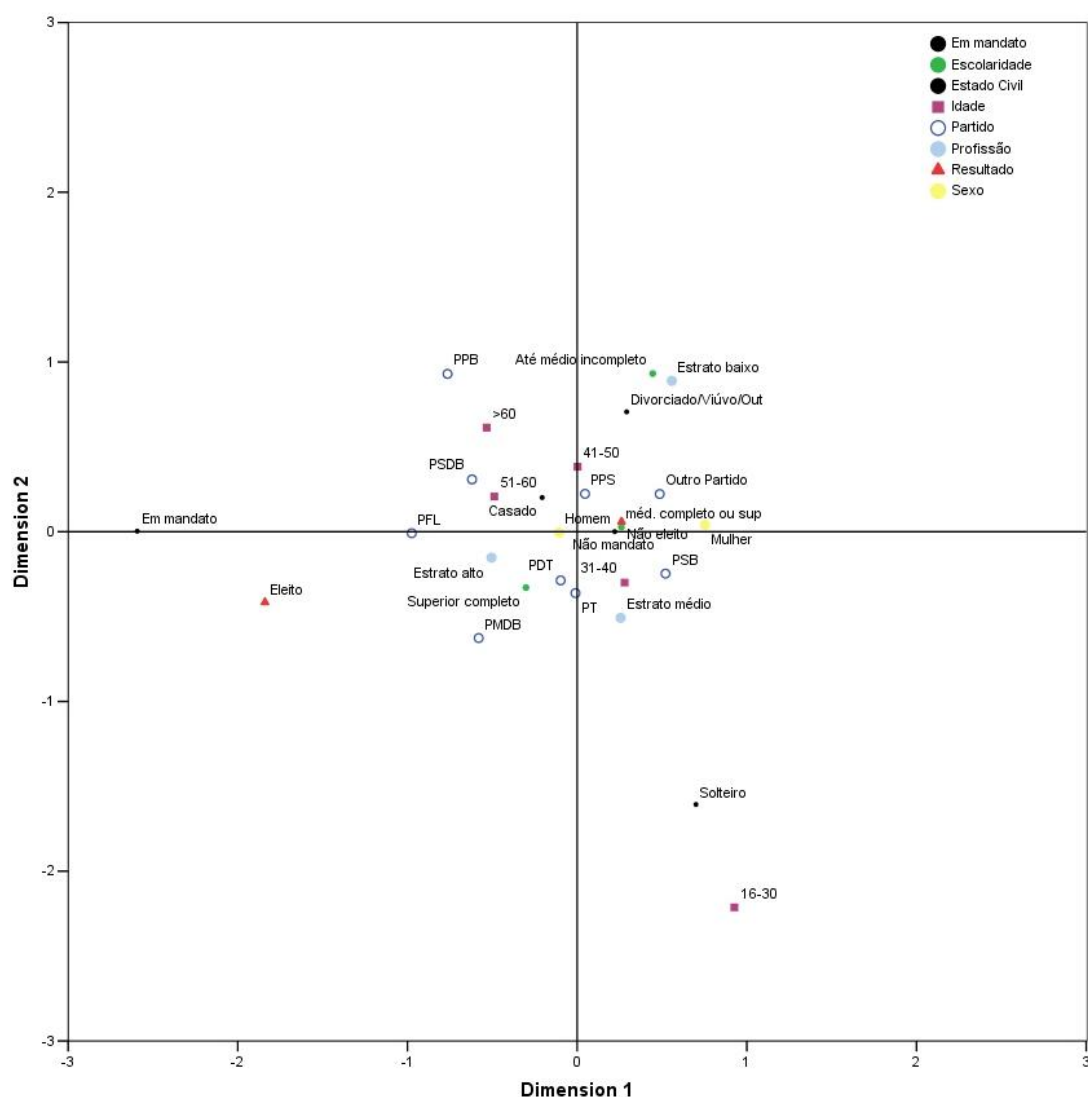
| Variáveis | Dimensão | | | | Média |
|--------------|----------|-------|-------|-------|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| Resultado | 0,475 | 0,024 | 0,007 | 0,037 | 0,136 |
| Em mandato | 0,563 | 0,000 | 0,000 | 0,076 | 0,160 |
| Partido | 0,246 | 0,140 | 0,319 | 0,485 | 0,298 |
| Sexo | 0,083 | 0,000 | 0,293 | 0,000 | 0,094 |
| Estado Civil | 0,117 | 0,494 | 0,221 | 0,119 | 0,238 |
| Profissão | 0,202 | 0,256 | 0,127 | 0,006 | 0,148 |
| Escolaridade | 0,100 | 0,196 | 0,311 | 0,195 | 0,200 |
| Idade | 0,148 | 0,459 | 0,123 | 0,447 | 0,294 |
| Active Total | 1,934 | 1,570 | 1,400 | 1,364 | 1,567 |

FONTE: Elaboração Própria.

No gráfico 3, a primeira dimensão trata da performance eleitoral dos

candidatos. Nesta dimensão, os candidatos à esquerda estão associados ao sucesso eleitoral, enquanto os candidatos à direita estão associados ao insucesso eleitoral. À esquerda encontram-se as categorias eleito e em mandato, enquanto que à direita estão posicionadas as categorias não eleito e não mandato. A segunda dimensão demonstra a oposição entre candidatos com mais de 40 anos associado às categorias “casado” ou “divorciado”, na parte superior do gráfico, e candidatos mais jovens e solteiros, na parte inferior do gráfico.

Gráfico 3 – ACM: primeiro e segundo eixos fatoriais para 2002

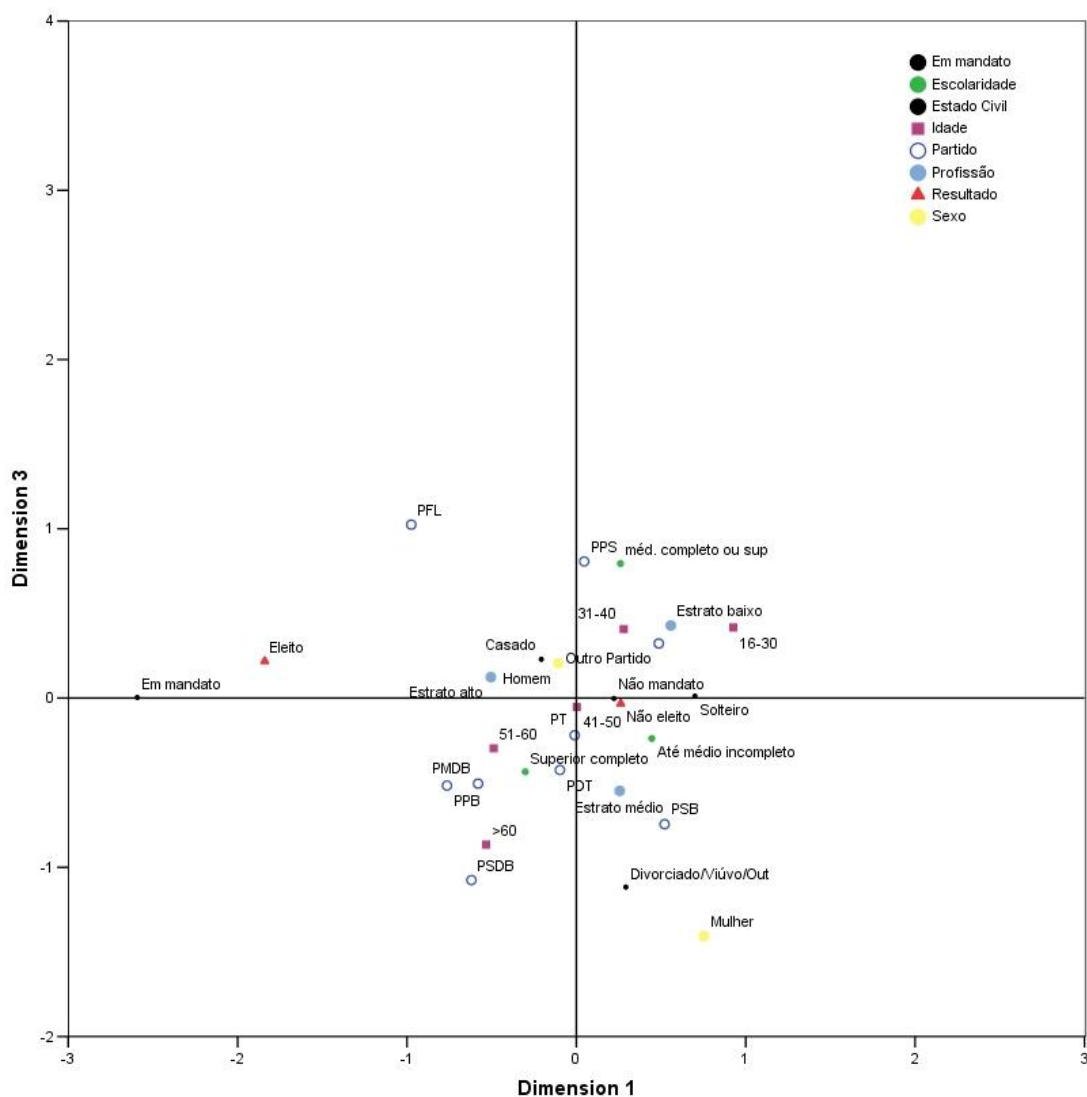


FONTE: Elaboração Própria.

Na terceira dimensão (gráfico 4) as variáveis que mais contribuem na formação do eixo na ordem: partido, escolaridade, sexo. Essa dimensão pode ser interpretada como uma dimensão que discrimina os candidatos segundo distintos perfis sócio-políticos. A parte de cima do gráfico estabelece o perfil que se associa

à filiação ao PFL, PPS, outro partido; à escolaridade entre médio completo e superior incompleto; e que se associa mais ao sexo masculino. A parte de baixo é a correspondente a um perfil ligado ao PSDB, PSB, PMDB, PDT, PPB, PT, também ligado à escolaridade superior e à baixa escolaridade e mais relacionado às mulheres.

Gráfico 4 – ACM: primeiro e terceiro eixos fatoriais para 2002



FONTE: Elaboração Própria.

Para as eleições de 2006 (tabela 17), a diferença entre a primeira (0,270) e a segunda (0,182) inércia e entre a segunda (0,182) e a terceira (0,165) é acentuada se compararmos com a diferença entre a terceira (0,165) e quarta (0,158) dimensões. Por isso, demonstraremos a disposição das variáveis em três dimensões.

Tabela 17 - Sumário do modelo geral – 2006

| Dimensão | Variância | |
|----------|------------------|---------|
| | Total auto valor | Inércia |
| 1 | 2,157 | 0,270 |
| 2 | 1,454 | 0,182 |
| 3 | 1,322 | 0,165 |
| 4 | 1,262 | 0,158 |
| Total | 6,195 | 0,774 |
| Média | 1,549 | 0,194 |

FONTE: Elaboração Própria.

Sobre a interpretação dos significados dessas três dimensões retidas para a análise (tabela 18), as maiores contribuições da primeira dimensão foram das variáveis “resultado” (0,593) e “em mandato” (0,551), sendo uma dimensão que diferencia a performance eleitoral dos candidatos. Na segunda dimensão, as variáveis que apresentam maiores contribuições são “idade” (0,598) e “estado civil” (0,504), possibilitando interpretar tal dimensão como uma dimensão que diferencia a faixa etária dos candidatos. Na terceira dimensão, as variáveis que mais contribuíram foram “escolaridade” (0,369) e “partido” (0,319), e, as relações serão interpretadas na análise do gráfico dessa dimensão, já que não apresentam uma relação tão evidente como as observadas nas demais dimensões.

Tabela 18 - Medidas de discriminação geral - 2006

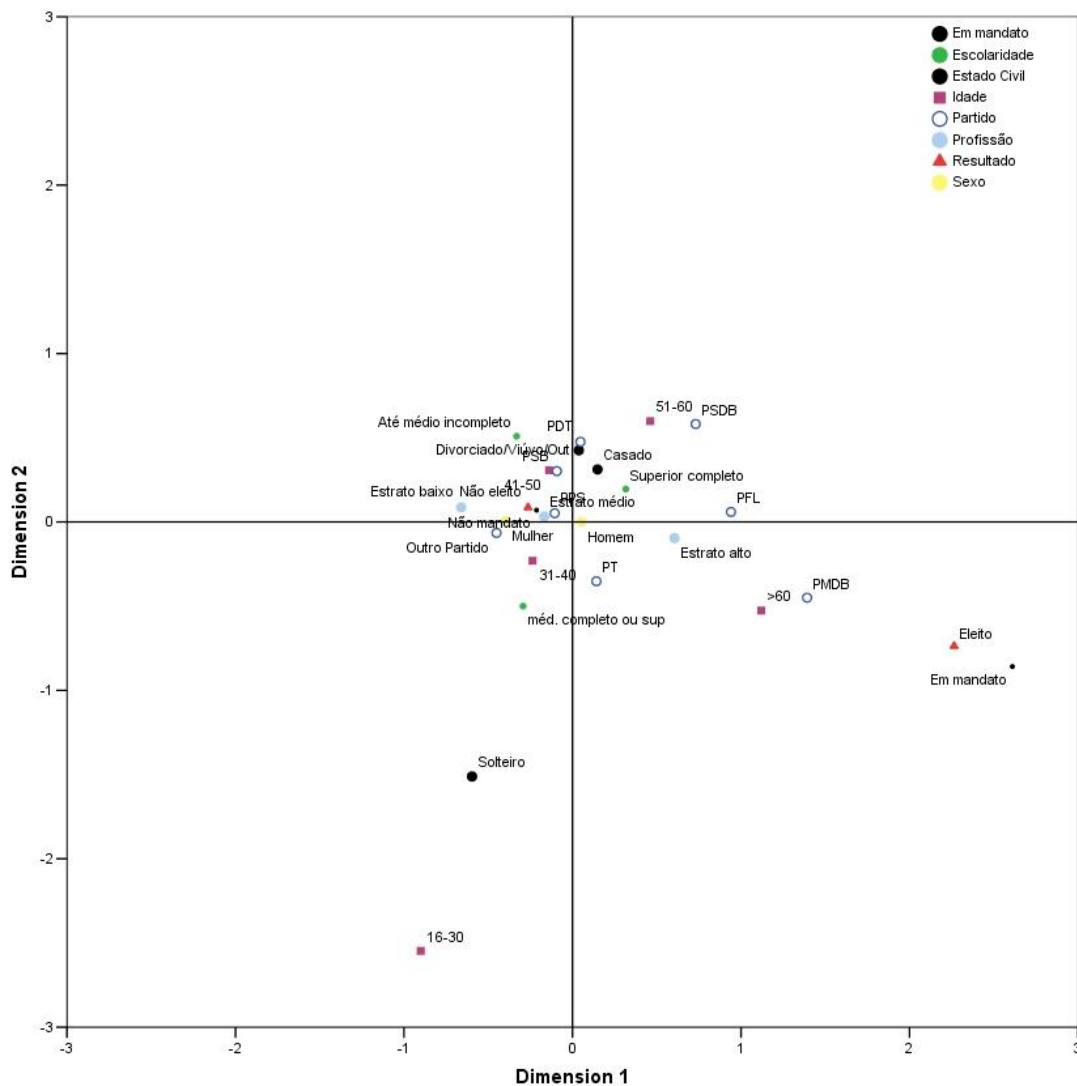
| Variáveis | Dimensão | | | | Média |
|--------------|----------|-------|-------|-------|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| Resultado | 0,593 | 0,063 | 0,019 | 0,008 | 0,171 |
| Em mandato | 0,551 | 0,060 | 0,033 | 0,030 | 0,168 |
| Partido | 0,346 | 0,075 | 0,319 | 0,519 | 0,315 |
| Sexo | 0,022 | 0,000 | 0,005 | 0,009 | 0,009 |
| Estado Civil | 0,079 | 0,504 | 0,195 | 0,134 | 0,228 |
| Profissão | 0,270 | 0,006 | 0,134 | 0,261 | 0,168 |
| Escolaridade | 0,097 | 0,148 | 0,369 | 0,035 | 0,162 |
| Idade | 0,199 | 0,598 | 0,248 | 0,267 | 0,328 |
| Active Total | 2,157 | 1,454 | 1,322 | 1,262 | 1,549 |

FONTE: Elaboração Própria.

Em relação à primeira dimensão do gráfico 5, os candidatos à direita estão associados ao sucesso eleitoral, enquanto os candidatos à esquerda estão associados ao insucesso eleitoral. À direita encontram-se as categorias eleito e em mandato, enquanto que à esquerda estão as categorias não eleito e não mandato. A segunda dimensão demonstra a oposição entre candidatos com mais de 40 anos

associado às categorias “casado” ou “divorciado”, na parte superior do gráfico, e candidatos com menos de 40 anos e “solteiros”, na parte inferior do gráfico.

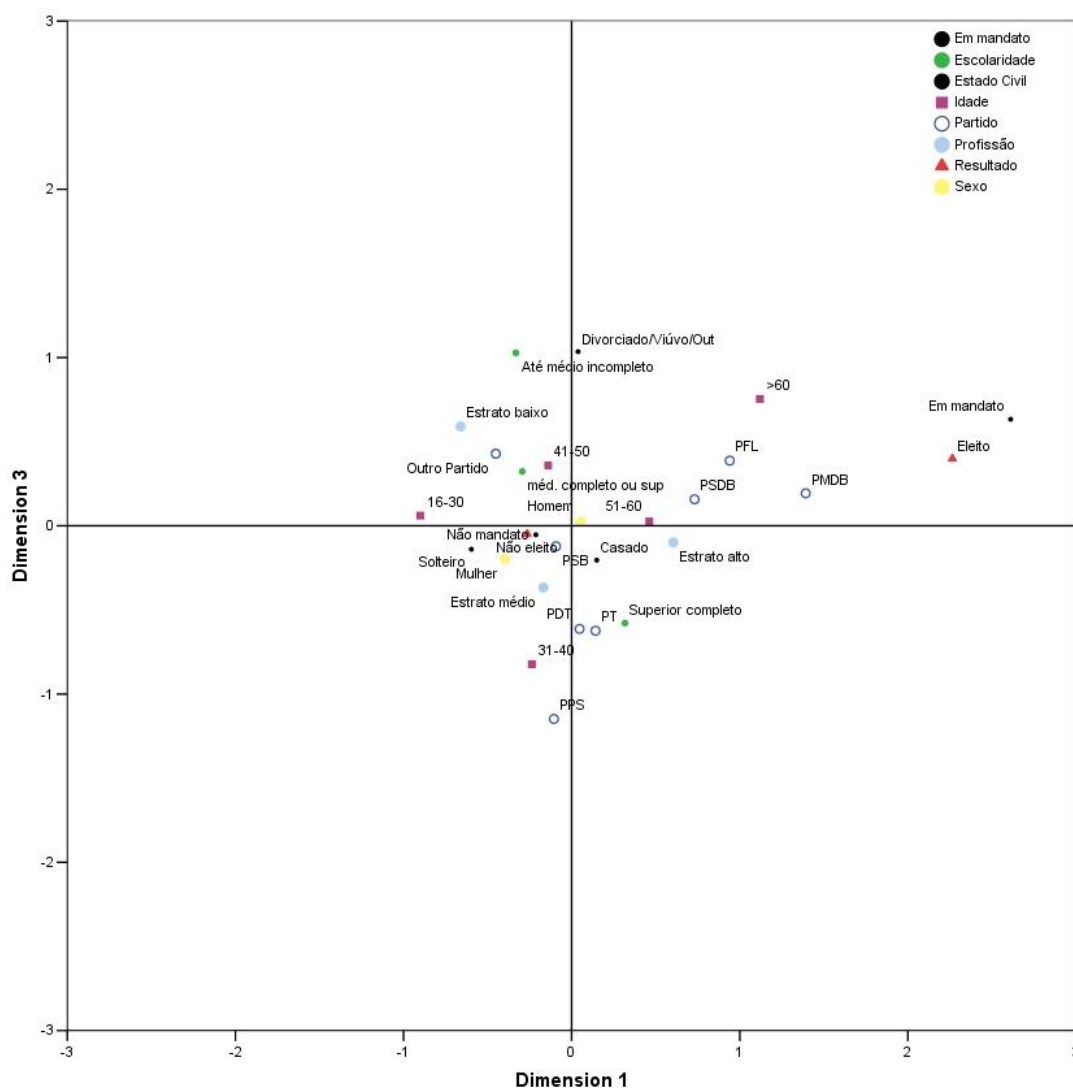
Gráfico 5 – ACM: primeiro e segundo eixos fatoriais para 2006



FONTE: Elaboração Própria.

A interpretação da terceira dimensão (gráfico 6) para as eleições de 2006 é semelhante à interpretação para 2002. As variáveis que mais contribuem para a formação do eixo: partido e escolaridade. Dessa vez, sexo não é mais importante. Acima do gráfico é determinado um perfil com as seguintes características: filiação ao PFL, PMDB, PSDB, outro partido; baixa escolaridade. Abaixo o perfil delineado corresponde à filiação ao PPS, PT, PDT e à escolaridade superior.

Gráfico 6 – ACM: primeiro e terceiro eixos fatoriais para 2006



FONTES: Elaboração Própria.

Interpretado o significado das dimensões das três eleições, verificou-se que não há alterações quanto à formação da primeira e segunda dimensões. A primeira sendo uma dimensão relacionada à performance do candidato, sucesso ou insucesso eleitoral, e a segunda uma dimensão de oposição da faixa etária dos candidatos. Isso pode ser observado em todas as eleições; as variações ocorreram em relação à formação da terceira dimensão, em que cada ano tem um significado peculiar.

Para as eleições de 2006 (tabela 19), contando com duas outras variáveis (gasto e patrimônio), a diferença entre a primeira (0,285) e a segunda (0,162) inércias é bastante grande. A diferença entre a segunda (0,162) e a terceira

(0,146), e entre a terceira (0,146) e a quarta (0,130), embora com magnitudes significativas, elas são iguais. Por esse motivo, as duas primeiras dimensões são suficientes para a análise.

Tabela 19 - Sumário do modelo geral – 2006 (com gasto em campanha e patrimônio)

| Dimensão | Variância | |
|----------|------------------|---------|
| | Total auto valor | Inércia |
| 1 | 2,849 | 0,285 |
| 2 | 1,617 | 0,162 |
| 3 | 1,456 | 0,146 |
| 4 | 1,300 | 0,130 |
| Total | 7,223 | 0,722 |
| Média | 1,806 | 0,181 |

FONTE: Elaboração Própria.

As maiores contribuições da primeira dimensão, observadas na tabela 20, foram das variáveis “patrimônio” (0,542), “partido” (0,448), “resultado” (0,431) e “em mandato” (0,421). A primeira dimensão continua sendo a de performance eleitoral, mas associando partidos e patrimônio Na segunda dimensão, uma variável apresenta maior contribuição: “partido” (0,438), constituindo-se numa dimensão que opõe as filiações partidárias.

Tabela 20 - Medidas de discriminação geral – 2006 (com gasto em campanha e patrimônio)

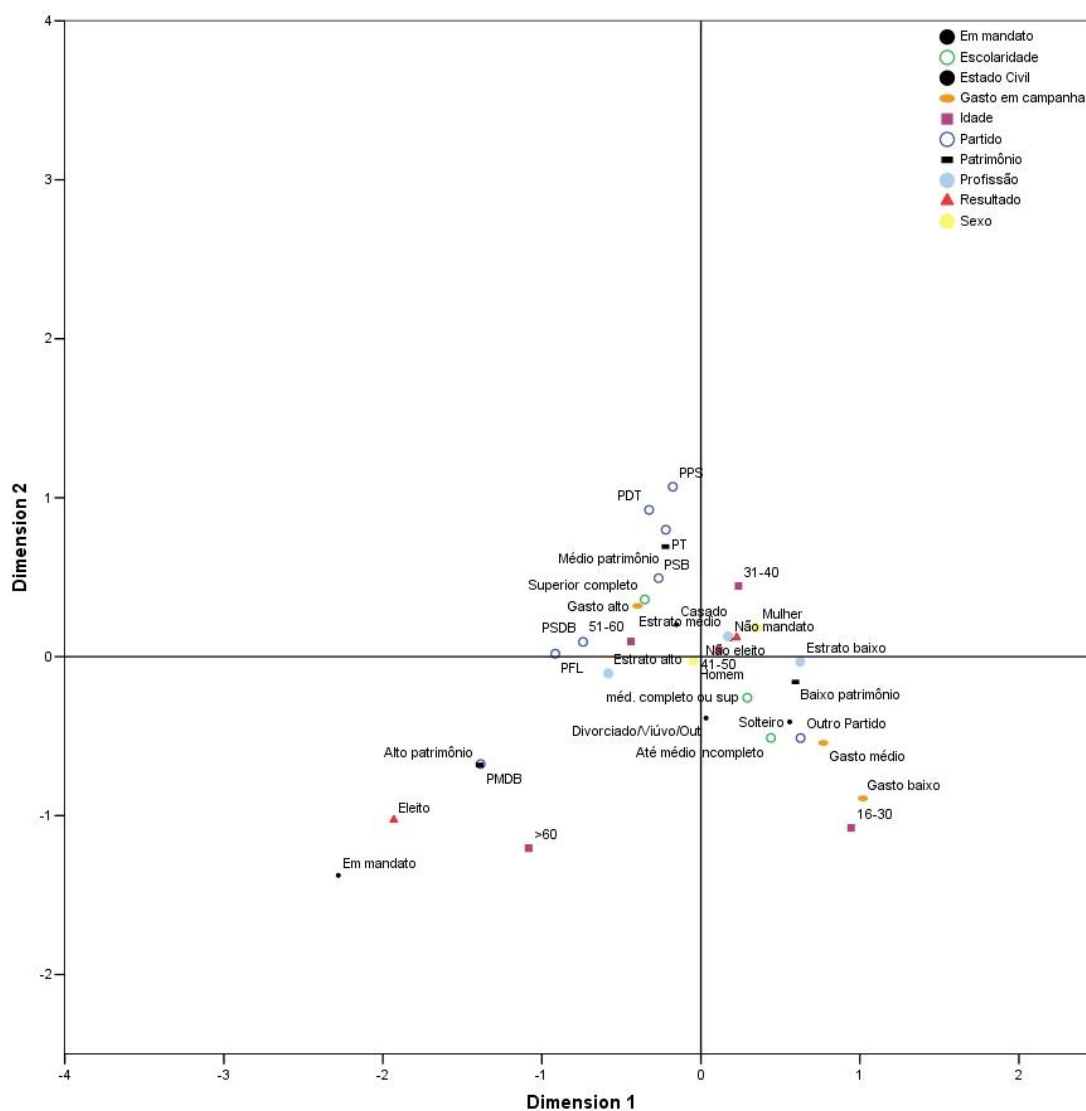
| Variáveis | Dimensão | | | | Média |
|----------------|----------|-------|-------|-------|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| Resultado | 0,431 | 0,122 | 0,015 | 0,004 | 0,143 |
| Em mandato | 0,421 | 0,153 | 0,015 | 0,028 | 0,154 |
| Partido | 0,448 | 0,438 | 0,167 | 0,370 | 0,356 |
| Sexo | 0,018 | 0,005 | 0,005 | 0,025 | 0,013 |
| Estado Civil | 0,072 | 0,080 | 0,514 | 0,001 | 0,167 |
| Profissão | 0,247 | 0,009 | 0,001 | 0,249 | 0,127 |
| Escolaridade | 0,122 | 0,129 | 0,105 | 0,198 | 0,138 |
| Patrimônio | 0,542 | 0,237 | 0,028 | 0,125 | 0,233 |
| Gasto/campanha | 0,355 | 0,229 | 0,095 | 0,104 | 0,196 |
| Idade | 0,193 | 0,214 | 0,511 | 0,197 | 0,279 |
| Active Total | 2,849 | 1,617 | 1,456 | 1,300 | 1,806 |

FONTE: Elaboração Própria.

No gráfico (7) isso opõe candidatos (no lado esquerdo) com sucesso eleitoral, que se reelegem, de partidos grande como PMDB, PFL, PSDB e com alto patrimônio, e de, no lado direito, candidatos de outros partidos, com baixo patrimônio e sem sucesso eleitoral. A segunda dimensão traça perfis políticos

distintos com relação aos partidos. E por isso, não apresentaremos a terceira dimensão.

Gráfico 7 - ACM primeiro e segundo eixos fatoriais para 2006 (com gasto em campanha e patrimônio)



FONTE: Elaboração Própria.

3.1.2 ACM para Homens

Esta subseção pretende expor os resultados da ACM, excluindo as mulheres dessa análise. Em virtude das três eleições em análise apresentarem organizações iguais, a primeira dimensão como uma dimensão de sucesso eleitoral e a segunda dimensão como faixa etária, optou-se por apresentar o resultado apenas das eleições de 1998 para ilustrar tais dimensões. Quanto à terceira dimensão, em 1998, apresenta-se como uma dimensão de perfil sócio-econômico, e, em contrapartida, nas eleições de 2002 e 2006 a terceira dimensão reflete um perfil

etário, que, de certa forma, “reproduz” a segunda dimensão, não sendo uma dimensão importante para demonstrar a oposição de perfis. Por isso, a exposição dos resultados das eleições de 1998, utilizando-se das três primeiras dimensões, fornece os instrumentos necessários para apresentar os perfis dos candidatos à ALEP no período em análise.

Conforme tabela (21) do sumário do modelo observa-se que a diferença entre a primeira (0,289) e a segunda dimensão (0,231) e, entre a segunda (0,231) e a terceira (0,193) é bastante grande. Por esse motivo é possível reter as três primeiras dimensões para a análise.

Tabela 21 - Sumário do modelo para homens – 1998

| Dimensão | Variância | |
|----------|------------------|---------|
| | Total auto valor | Inércia |
| 1 | 2,022 | 0,289 |
| 2 | 1,617 | 0,231 |
| 3 | 1,354 | 0,193 |
| 4 | 1,270 | 0,181 |
| Total | 6,263 | 0,895 |
| Média | 1,566 | 0,224 |

FONTE: Elaboração Própria.

Com relação à interpretação dos significados dessas três dimensões retidas para a análise (tabela 22), as maiores contribuições da primeira dimensão foram das variáveis “resultado” (0,624) e “em mandato” (0,642), sendo uma dimensão que diferencia a performance eleitoral dos candidatos. Na segunda dimensão, as variáveis que apresentam maiores contribuições são “idade” (0,556) e “estado civil” (0,466), ou seja, está é uma dimensão que diferencia a faixa etária dos candidatos. Na terceira dimensão, as variáveis que mais contribuem foram “escolaridade” (0,421), “profissão” (0,322) e “partido” (0,439), podendo ser interpretada como uma dimensão que opõe o perfil sócio-econômico dos candidatos, associando-se à diferentes partidos políticos.

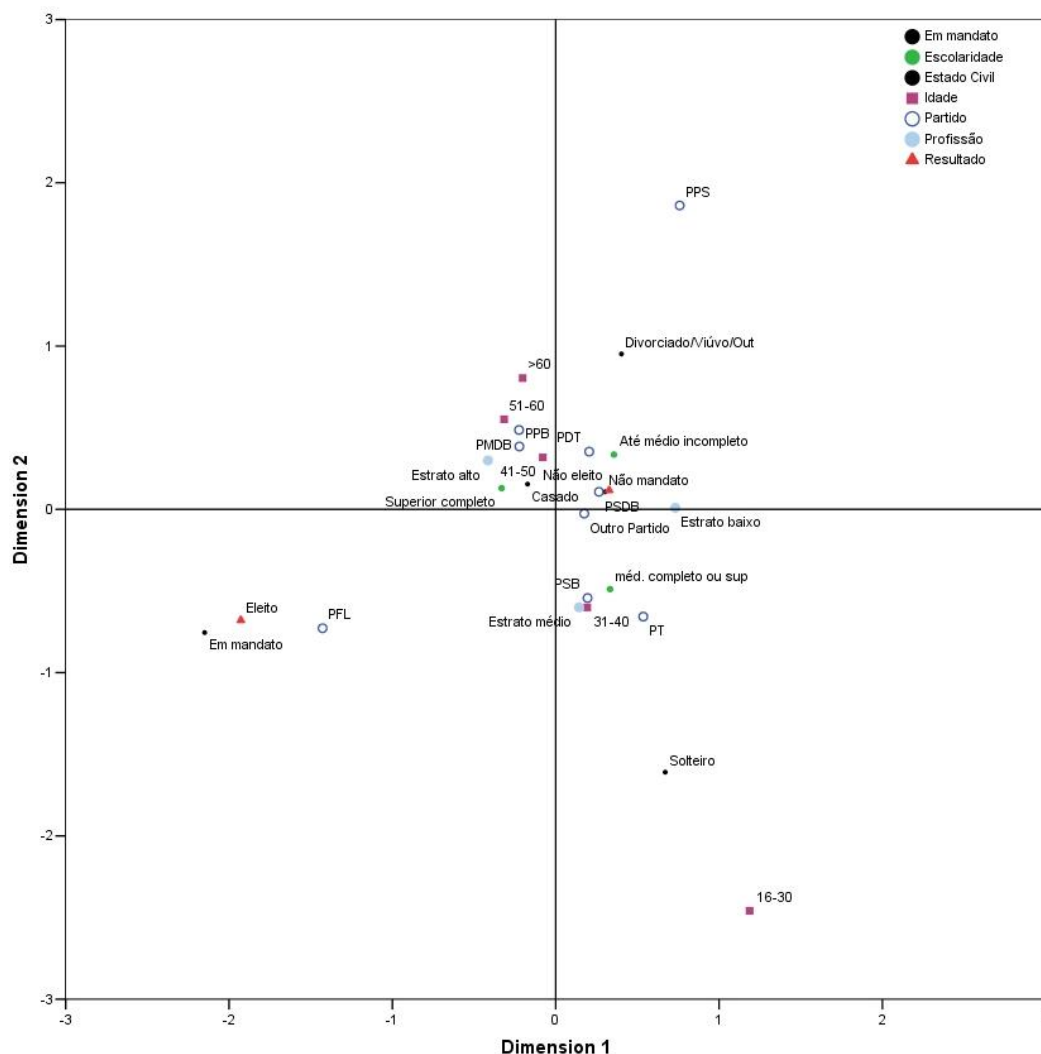
Tabela 22 - Medidas de discriminação para homens – 1998

| Variáveis | Dimensão | | | | Média |
|--------------|----------|-------|-------|-------|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| Resultado | 0,624 | 0,078 | 0,045 | 0,004 | 0,188 |
| Em mandato | 0,642 | 0,079 | 0,065 | 0,001 | 0,197 |
| Partido | 0,243 | 0,198 | 0,439 | 0,413 | 0,323 |
| Estado Civil | 0,101 | 0,466 | 0,041 | 0,239 | 0,212 |
| Profissão | 0,190 | 0,140 | 0,322 | 0,030 | 0,170 |
| Escolaridade | 0,114 | 0,100 | 0,421 | 0,027 | 0,165 |
| Idade | 0,109 | 0,556 | 0,021 | 0,557 | 0,310 |
| Active Total | 2,022 | 1,617 | 1,354 | 1,270 | 1,566 |

FONTE: Elaboração Própria.

A primeira dimensão do gráfico 8 trata da performance eleitoral dos candidatos. Quando olhamos para o gráfico 8 que expõem as categorias das variáveis em um espaço com a primeira e a segunda dimensão, vemos que na dimensão de performance eleitoral os candidatos a esquerda estão associados ao sucesso eleitoral, enquanto os candidatos à direita estão associados ao insucesso eleitoral. À esquerda encontram-se as categorias eleito e em mandato, enquanto que à direita estão posicionadas as categorias não eleito e não mandato. A segunda dimensão demonstra a oposição entre candidatos com mais idade, na parte superior do gráfico, e candidatos mais jovens, na parte inferior do gráfico. Na parte inferior observa-se as categorias de idade inferior à 40 anos, associada à categoria “solteiro”. Já na parte superior do gráfico, observa-se as categorias de idade superior a 40 anos e estado civil “casado” e “divorciado”.

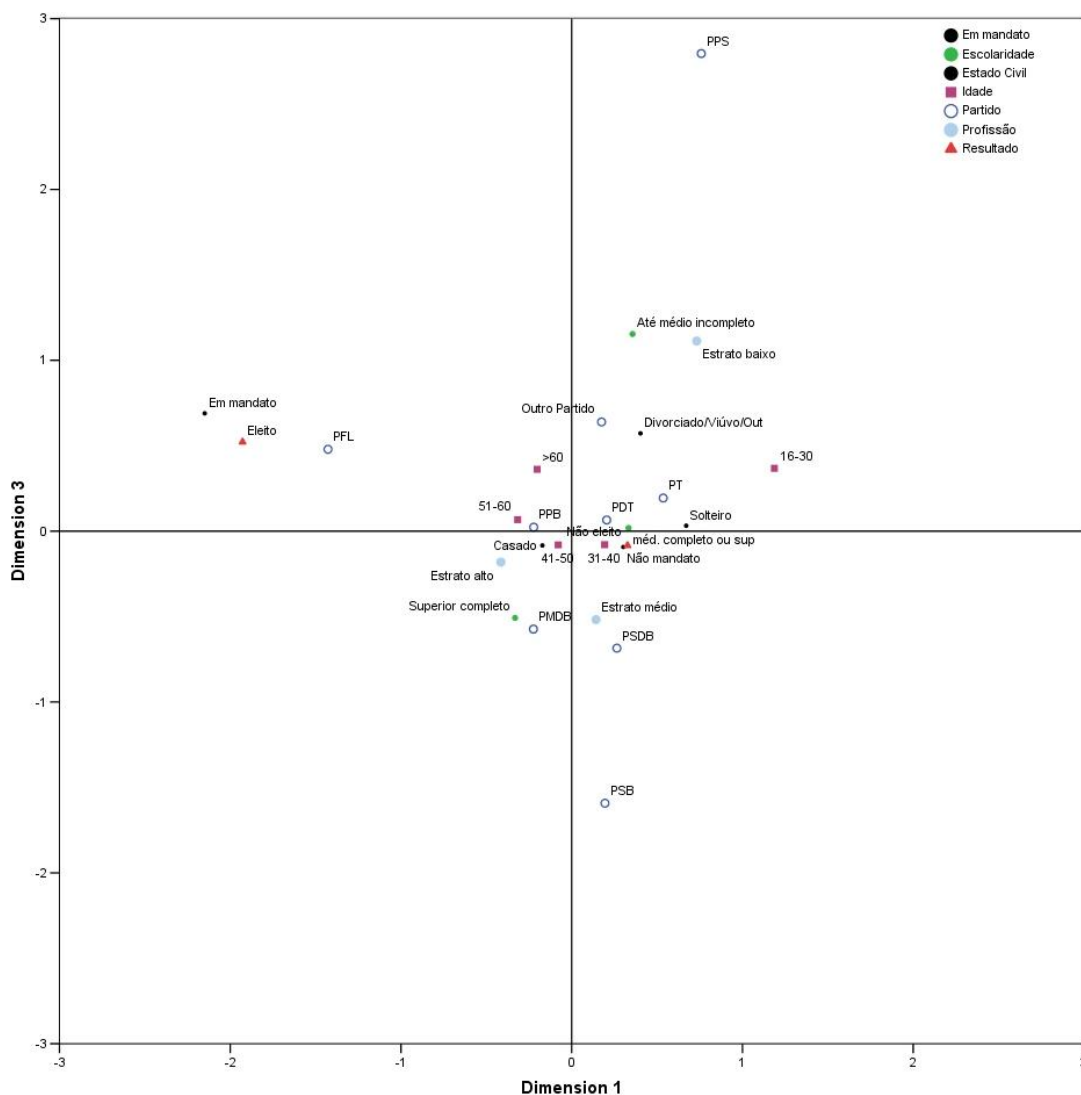
Gráfico 8 – ACM: primeiro e segundo eixos fatoriais para 1998 (homens)



FONTES: Elaboração Própria.

A terceira dimensão (gráfico 9) demonstra a oposição entre um perfil sócio-econômico alto e um perfil sócio-econômico mais baixo, sendo cada pólo associado a determinados partidos. Na parte superior do gráfico encontram-se as categorias “até médio incompleto” e profissão de “baixo estrato”, associadas principalmente ao PPS e à categoria “outros partidos”. Na parte inferior do gráfico, encontram-se as categorias de “escolaridade superior” e “médio completo ou superior incompleto”, e profissões de “estrato alto” e “estrato médio”. Essas propriedades se associam principalmente aos partidos PSB, PMDB e PSDB.

Gráfico 9 – ACM primeiro e terceiro eixos fatoriais para 1998 (homens)



FONTE: Elaboração Própria.

A análise para os homens pode ser entendida como um reflexo da análise geral, pois eles são responsáveis por mais de 87% do total de observações. Se compararmos a análise apresentada, eleições de 1998, com a análise geral, percebemos que as categorias são organizadas da mesma forma, formando as dimensões interpretadas como performance eleitoral, faixa etária e perfil sócio-econômico. Para as outras eleições, 2002 e 2006, a análise dos homens é semelhante à análise geral nas duas primeiras dimensões, mas a organização da terceira dimensão sofre algumas variações, que acabam possibilitando as mesmas interpretações proporcionadas pela segunda dimensão.

3.1.3 ACM para Mulher

Para a identificação do conjunto de características relacionadas para a construção de perfis diferenciais das candidatas, a variável “em mandato” foi retirada da análise das eleições de 1998 e 2002 pelo fato de não haver mulheres reeleitas em tais anos, por isso, a variância é igual a zero, não sendo possível mantê-la na ACM.

Na apresentação do sumário do modelo para 1998 (tabela 23), não há saltos representativos entre as inércias para que se descarte, nesse primeiro passo, qualquer uma das dimensões. Entretanto, ao se analisar o significado dos eixos, é possível chegar à conclusão de que o terceiro e o quarto eixos podem ser interpretados do mesmo modo que, respectivamente, do primeiro e do segundo eixos, ou seja, aqueles não passam de refinamentos destes. Portanto, tomaremos para a análise apenas a primeira (0,428) e a segunda (0,381) dimensões.

Tabela 23 - Sumário do modelo para mulheres – 1998

| Dimensão | Variância | |
|----------|------------------|---------|
| | Total auto valor | Inércia |
| 1 | 2,568 | 0,428 |
| 2 | 2,288 | 0,381 |
| 3 | 1,981 | 0,330 |
| 4 | 1,632 | 0,272 |
| Total | 8,470 | 1,412 |
| Média | 2,117 | 0,353 |

FONTE: Elaboração Própria.

Com relação a interpretação dos significados dessas duas dimensões retidas para a análise, apresentados na tabela 24, as maiores contribuições da primeira dimensão foram das variáveis “partido” (1,015), “idade” (0,957) e “estado civil” (0,428), sendo uma dimensão que diferencia a performance eleitoral dos candidatos e a filiação partidária. Na segunda dimensão, as variáveis que apresentam maiores contribuições são as variáveis “escolaridade” (0,606) e “profissão” (0,549), ou seja, está é uma dimensão que diferencia o perfil sócio-econômico dos candidatos.

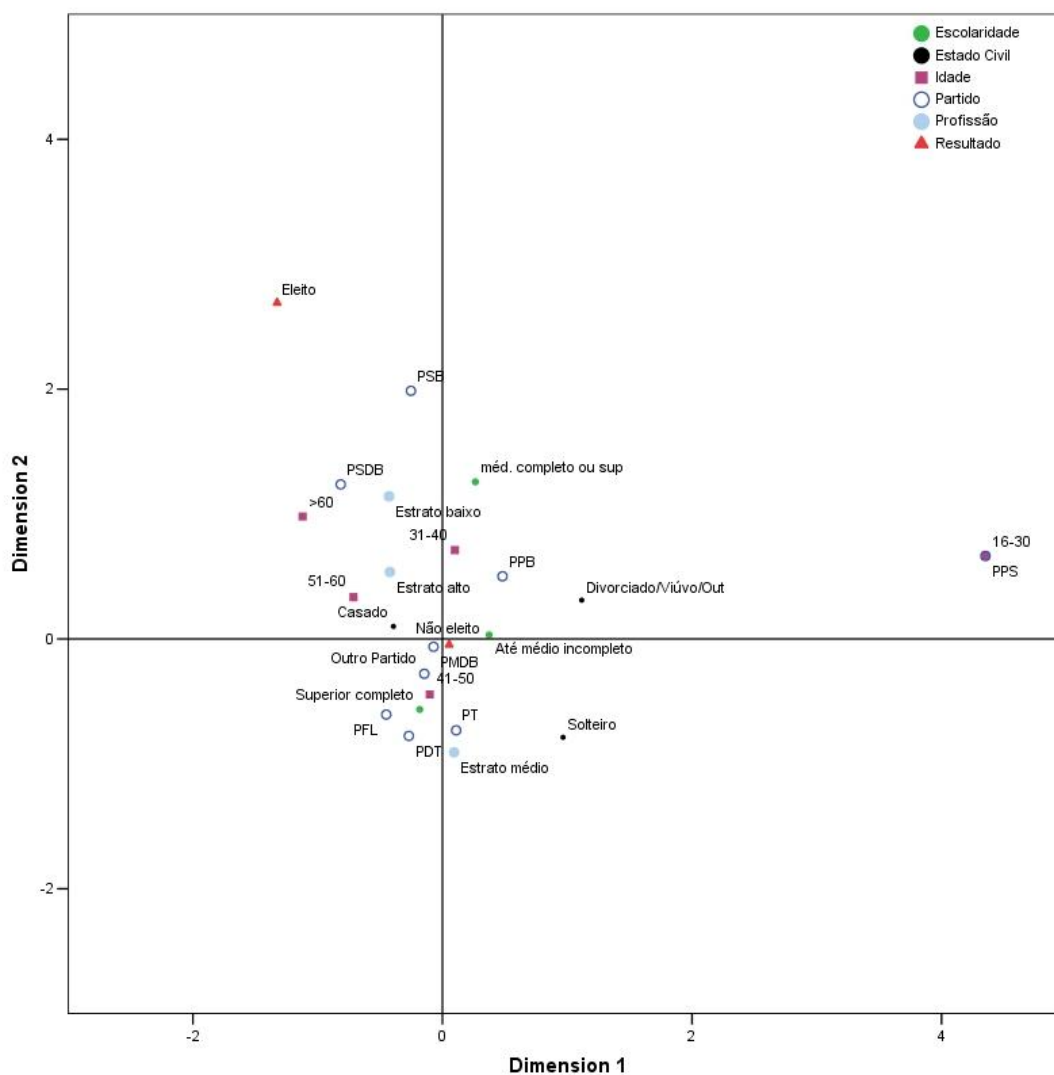
Tabela 24 - Medidas de discriminação para mulheres – 1998

| Variáveis | Dimensão | | | | Média |
|--------------|----------|-------|-------|-------|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| Resultado | 0,042 | 0,163 | 0,102 | 0,084 | 0,098 |
| Partido | 1,015 | 0,584 | 0,719 | 0,399 | 0,679 |
| Estado Civil | 0,428 | 0,105 | 0,210 | 0,119 | 0,215 |
| Profissão | 0,067 | 0,549 | 0,017 | 0,671 | 0,326 |
| Escolaridade | 0,059 | 0,606 | 0,206 | 0,171 | 0,261 |
| Idade | 0,957 | 0,281 | 0,727 | 0,189 | 0,538 |
| Active Total | 2,568 | 2,288 | 1,981 | 1,632 | 2,117 |

FONTE: Elaboração Própria.

A primeira dimensão (gráfico 10), interpretada como uma dimensão que opõe as candidatas segundo sua faixa etária separa as candidatas com idade até 30 anos, à direita do gráfico, e candidatas com mais de 30 anos na parte esquerda. As candidatas mais jovens estão associadas à filiação ao PPS, e, em contrapartida, as com idade superior à 30 anos encontram-se filiada aos demais partidos. Na segunda dimensão pode-se observar a oposição das categorias “médio completo ou superior incompleto” relacionadas à profissão de “estrato baixo” ou “estrato alto”, ou seja, as categorias extremas da variável profissão se relacionam à escolaridade mediana, na parte superior do gráfico; e as categorias “superior completo” e “estrato médio”, na parte inferior do gráfico, contribuindo para a formação de um perfil sócio-econômico médio-alto das candidatas. A distribuição verificada para a categoria “até médio incompleto” indica que os indivíduos que possuem essa característica são mais heterogêneos, ou seja, essas candidatas possuem propriedades relacionadas à média das outras variáveis.

Gráfico 10 – ACM: primeiro e segundo eixos fatoriais para 1998 (mulheres)



FONTE: Elaboração Própria.

Na descrição do sumário do modelo para 2002 (tabela 25) observa-se que a diferença entre as inércias da segunda (0,349) e a terceira (0,266) dimensões são as mais altas, seguida pela diferença entre a primeira (0,364) e a segunda (0,349), e, por isso, plotamos as duas ACMs, primeiro e segundo eixos fatoriais, e, segundo e terceiros eixos.

Tabela 25 - Sumário do modelo para mulheres – 2002

| Dimensão | Variância | |
|----------|------------------|---------|
| | Total auto valor | Inércia |
| 1 | 2,182 | 0,364 |
| 2 | 2,095 | 0,349 |
| 3 | 1,598 | 0,266 |
| 4 | 1,524 | 0,254 |
| Total | 7,399 | 1,233 |
| Média | 1,850 | 0,308 |

FONTE: Elaboração Própria.

A tabela abaixo apresenta as medidas de discriminação para 2002. As maiores contribuições da primeira dimensão foram das variáveis “partido” (0,711), “profissão” (0,439), e “resultado” (0,429), podendo ser interpretada também como uma dimensão que diferencia a performance eleitoral dos candidatos, só que mais relacionada a partidos e profissões. Na segunda dimensão, as variáveis que apresentam maiores contribuições são “partido” (0,573) e “escolaridade” (0,496), podendo classificá-la como uma dimensão de perfil sócio-político. Na terceira dimensão, as variáveis que mais contribuíram foram “estado civil” (0,421) e “idade” (0,419), podendo ser interpretada como uma dimensão que opõe os candidatos de acordo com sua faixa etária.

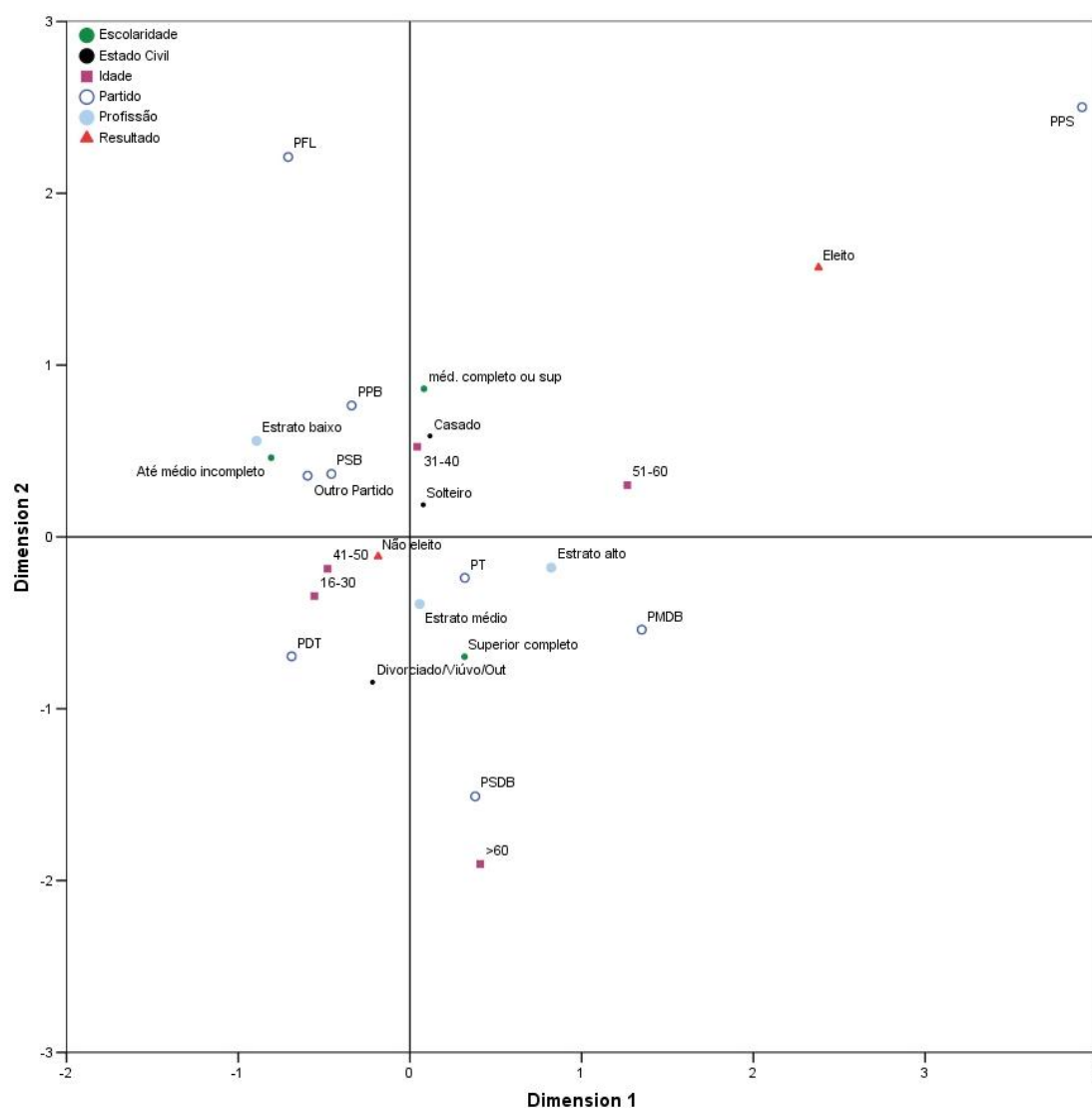
Tabela 26 - Medidas de discriminação para mulheres – 2002

| Variáveis | Dimensão | | | | Média |
|--------------|----------|-------|-------|-------|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| Resultado | 0,429 | 0,184 | 0,033 | 0,081 | 0,182 |
| Partido | 0,711 | 0,573 | 0,611 | 0,197 | 0,523 |
| Estado Civil | 0,023 | 0,387 | 0,421 | 0,232 | 0,266 |
| Profissão | 0,439 | 0,146 | 0,040 | 0,386 | 0,253 |
| Escolaridade | 0,200 | 0,496 | 0,074 | 0,274 | 0,261 |
| Idade | 0,380 | 0,309 | 0,419 | 0,355 | 0,366 |
| Active Total | 2,182 | 2,095 | 1,598 | 1,524 | 1,850 |

FONTE: Elaboração Própria.

A primeira dimensão (gráfico 11) opõe as candidatas de acordo com a performance eleitoral. Na parte direita do gráfico encontra-se a categoria “eleito” associada a candidatas filiadas ao “PPS”, e, em contrapartida, na parte esquerda, as candidatas que não obtiveram sucesso eleitoral filiadas aos demais partidos. Na segunda dimensão, as candidatas de opõe segundo diferentes perfis políticos associados a diferentes escolaridades. Na parte superior do gráfico se determina o perfil de escolaridade mais baixa (“até médio incompleto” e “médio completo ou superior incompleto”) associado principalmente ao PFL, PPS, PPB, PSB e outros partidos. Na parte inferior do gráfico se determina um perfil de escolaridade mais alta (“superior completo”) associada principalmente PSDB, PDT e PMDB.

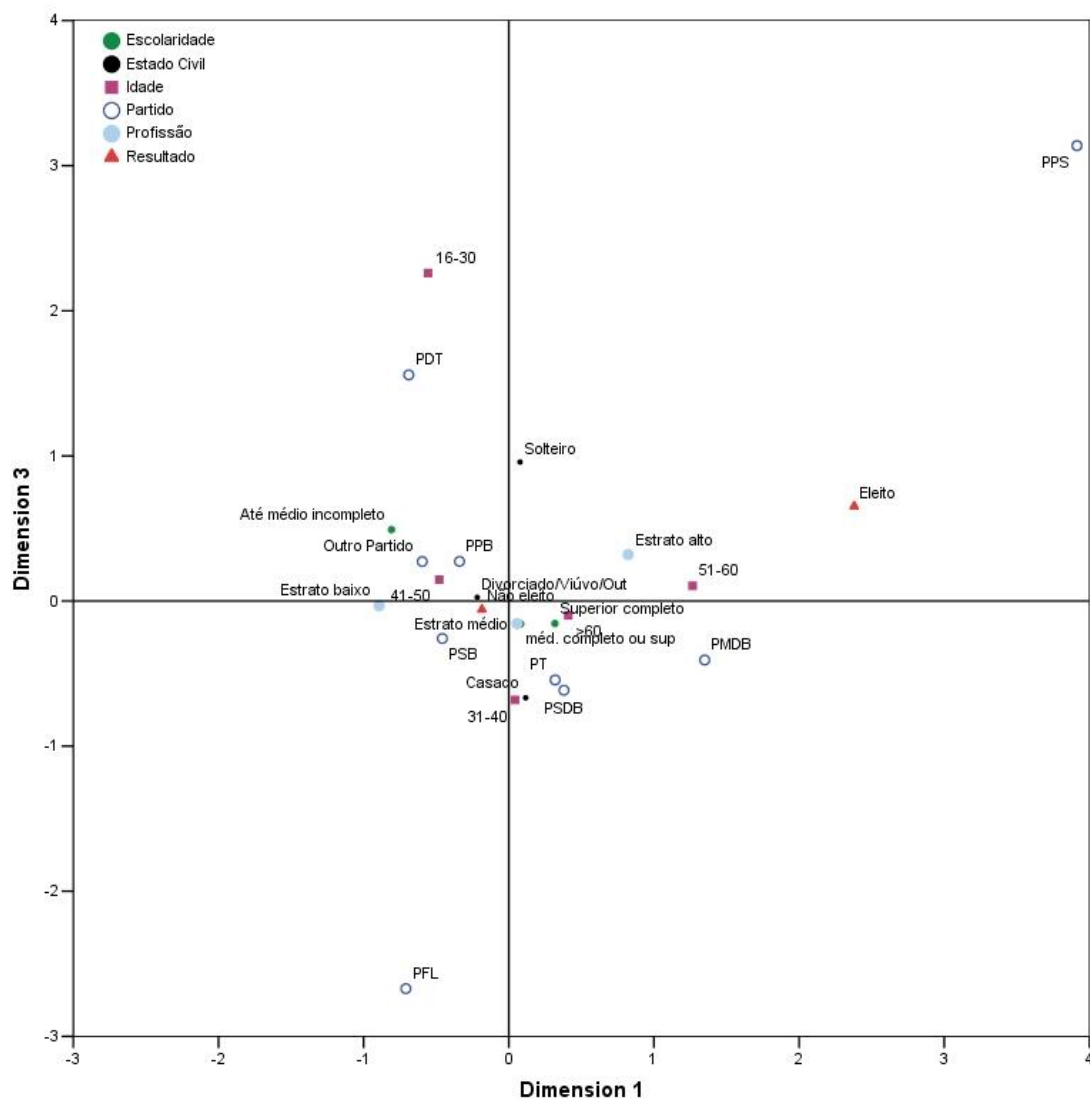
Gráfico 11 – ACM: primeiro e segundo eixos fatoriais para 2022 (mulheres)



FONTE: Elaboração Própria.

A terceira dimensão (gráfico 12) aponta diferentes perfis políticos segundo faixas etárias: na parte superior do gráfico, se encontram as candidatas mais jovens entre 16 e 30 anos que se opõem às outras faixas etárias, principalmente às candidatas entre 31 e 40 anos. Às candidatas mais jovens está associado principalmente o PPS e o PDT e às candidatas entre 31 e 40 anos o PFL, o PSDB e o PT.

Gráfico 12 – ACM: primeiro e terceiro eixos fatoriais para 2002 (mulheres)



FONTE: Elaboração Própria.

Em relação às eleições de 2006 (tabela 27), retemos as duas primeiras dimensões para a análise. A diferença entre as inércias da primeira (0,316) e a segunda (0,286), e entre a segunda (0,286) e a terceira (0,261) são bastante consideráveis, embora menor que a diferença entre as inércias da terceira (0,261) e quarta (0,206) dimensões. Porém, tanto a quarta dimensão, como a terceira se parecem muito com a primeira, sendo descartada para a análise.

Tabela 27 - Sumário do modelo para mulheres – 2006

| Dimensão | Variância | |
|----------|------------------|---------|
| | Total auto valor | Inércia |
| 1 | 2,209 | 0,316 |
| 2 | 2,000 | 0,286 |
| 3 | 1,829 | 0,261 |
| 4 | 1,442 | 0,206 |
| Total | 7,480 | 1,069 |
| Média | 1,870 | 0,267 |

FONTE: Elaboração Própria.

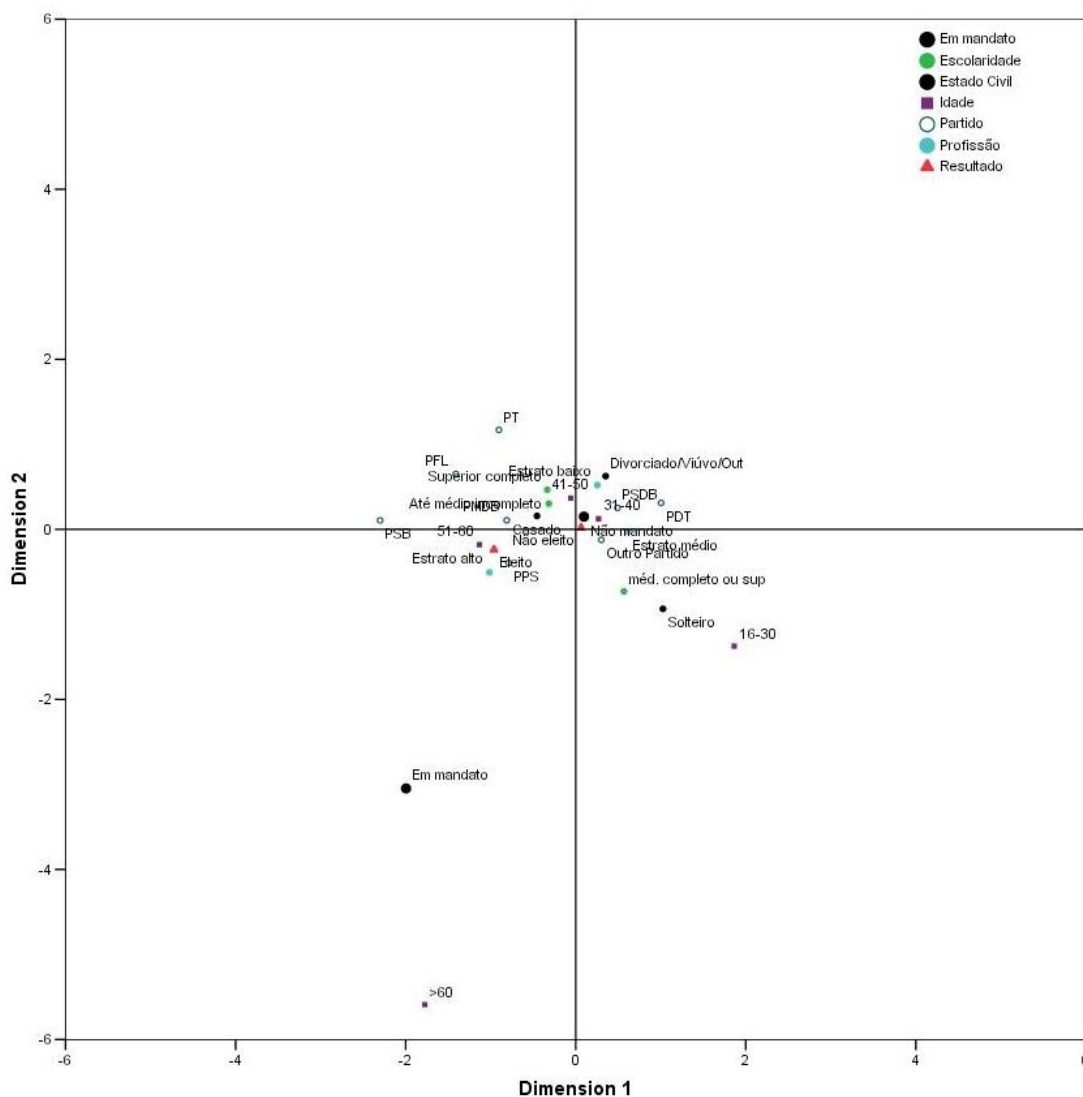
Na primeira dimensão, as variáveis que mais contribuem para a formação dos eixos (tabela 23) são “idade” (0,514), “partido” (0,445) e “profissão” (0,433). Isso permite interpretar essa dimensão com aquele que descreve um perfil sócio-político, articulando faixas etárias e estratos profissionais. Na parte esquerda do gráfico 13, é possível se observar um perfil de estrato profissional alto, com candidatas mais velhas (51-60 e >60) relacionadas principalmente aos partidos PFL e PSB. Ao lado direito pode-se observar um perfil de candidatas mais jovens, de estrato profissional médio e relacionadas ao PDT, ao PSDB e outros partidos. Na segunda dimensão, as variáveis com maior medida de discriminação são “Em mandato” (0,450) e “idade” (0,458). Isso significa que essa dimensão refina os perfis etários com relação ao caso em que a candidata já está em mandato. Na terceira dimensão, as variáveis que mais contribuem para a formação do eixo são “partido” (0,489), “idade” (0,458). Desse modo, esse terceiro eixo pode ser visto como um mero refinamento dos perfis estabelecidos na primeira dimensão, o que nos leva a interromper a análise na segunda dimensão.

Tabela 28 - Medidas de discriminação para mulheres – 2006

| Variáveis | Dimensão | | | | Média |
|--------------|----------|-------|-------|-------|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | |
| Resultado | 0,061 | 0,004 | 0,354 | 0,001 | 0,105 |
| Em mandato | 0,193 | 0,450 | 0,046 | 0,061 | 0,188 |
| Partido | 0,445 | 0,117 | 0,489 | 0,619 | 0,417 |
| Estado Civil | 0,375 | 0,270 | 0,088 | 0,139 | 0,218 |
| Profissão | 0,433 | 0,142 | 0,015 | 0,109 | 0,175 |
| Escolaridade | 0,187 | 0,315 | 0,379 | 0,065 | 0,237 |
| Idade | 0,514 | 0,703 | 0,458 | 0,448 | 0,531 |
| Active Total | 2,209 | 2,000 | 1,829 | 1,442 | 1,870 |

FONTE: Elaboração Própria.

Gráfico 13 – ACM: primeiro e segundo eixos fatoriais para 2006 (mulheres)



FONTE: Elaboração Própria.

Considerando que a análise até aqui lidava com um número limitado de variáveis (alguns partidos e poucas variáveis sócio-econômicas) e dado que o número de mulheres eleitas no período em análise é bastante pequeno (sete mulheres, e nove casos) é possível passar agora para um estudo mais pormenorizado e aprofundado do perfil das mulheres eleitas.

3.2 PERFIL SOCIAL E TRAJETÓRIA POLÍTICA DAS MULHERES ELEITAS PARA O LEGISLATIVO PARANAENSE¹⁰

Esta seção tem como objetivo apresentar, de modo mais pormenorizado, o perfil social e a trajetória política das deputadas paranaense eleitas no período em questão. O método que utilizamos é o “prosopográfico”, que tem sido empregado para o estudo de grupos com atuação política no Brasil (BRAGA e NICOLAS, 2007). Segundo HEINZ (2006) a utilização do método ajuda na elaboração de perfis sociais de determinado grupo social, como esclarece o autor:

Embora talvez nem todos os especialistas concordem com isso, podemos considerar a prosopografia, ou o método das Biografias Coletivas (os termos são comumente intercambiáveis, sobretudo em se tratando de seu uso em história contemporânea), como um método que utiliza um approach de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico. As biografias coletivas ajudam a elaborar perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou coletividades históricas, dando destaque aos mecanismos coletivos - de recrutamento, seleção e de reprodução social – que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos. (HEINZ, 2006, p. 9)

O método prosopográfico permite estudar um universo específico da população visando questões sobre seu perfil e área de atuação. Este método procura descobrir traços comuns num determinado grupo social, além de ser um enfoque sociológico freqüentemente utilizado em pesquisas de tipo históricas. O alicerce de um estudo prosopográfico está pautado nas fontes que são empregadas. Utilizamos para elaborar as biografias coletivas diversas fontes. Principalmente dicionários biográficos, além do site da ALEP, Câmara de Deputados, e do “Sistema de Monitoramento e avaliação dos eleitos” da Rede Empresarial (FIEP-PR), que realiza um acompanhamento sistemático do trabalho parlamentar dos políticos do Paraná. As variáveis empregadas provêm de um corpo razoável de estudos (RODRIGUES, 2000, 2006;) sobre recrutamento e perfil sócio-político dos políticos sul-americanos de uma maneira geral, e das elites

¹⁰ A primeira mulher a fazer parte da Assembléia Legislativa Paranaense foi Rosy Pinheiro Lima, doutora e advogada eleita aos 33 anos para a legislatura constituinte de 1947 a 1950, pela União Democrática Nacional (UDN), partido de orientação liberal. Conhecida líder da União Cívica Feminina Paranaense (Codato; Oliveira, 2004), de base católica, combateu fervorosamente os movimentos comunistas, com marchas, reuniões, cursos, palestras e protestos na capital do estado, ou seja, uma representante fiel dos interesses do grupo político hegemônico do estado.

parlamentares brasileiras em particular.

Nosso universo de estudo está formado por sete deputadas estaduais, as que obtiveram sucesso nas eleições entre 1998 e 2006. Elas são: Serafina Martins Carrilho (14^a legislatura); Luciana Rafagnin (15^a e 16^a legislaturas); Arlete Caramês (15^a legislatura); Elza Correia (15^a legislatura); Cida Borghetti (15^a e 16^a legislatura); Rosana Ferreira (16^a legislatura) e Betti Pavin (16^a legislatura).

Nos parágrafos seguintes será elaborado uma pequena biografia das deputadas estaduais nas eleições em análise. Na sequência será composto o perfil das mesmas de maneira comparativa, incluindo as variáveis sócio-econômicas e as variáveis de caráter político.

PORTELA (2007) em análise sobre o perfil dos candidatos à ALEP da 11^a à 14^a legislatura, nos fornece os elementos necessários para caracterizar a trajetória das candidatas Luciana Rafagnin e Serafina Carrilho, assim como o trabalho de BRUNETTA (2005), porém, este aborda o perfil e trajetória das deputadas eleitas nas eleições de 2002: Luciana Rafagnin, Maria Borghetti, Elza Pereira e Arlete Caramês. Outro estudo de referência sobre perfis dos parlamentares paranaenses foi o trabalho pioneiro realizado por OLIVEIRA (2002), que além das propriedades dos candidatos, analisou os projetos apresentados pelos políticos, e que também utilizaremos nos parágrafos seguintes.

Luciana Guzella Rafagnin nasceu em 10 de setembro de 1965, em Mariano Moro, no Rio Grande do Sul, filha de Tranqüilo Guzella e Dejanira Guzella. Luciana é agricultora, mãe de dois filhos e casada com Justino Rafagnin. Em 1993 foi eleita vereadora de Francisco Beltrão, cargo que manteve nas eleições seguintes. Por duas vezes concorreu à Prefeitura deste município, porém, não obteve sucesso. Foi eleita 1^a suplente de deputado pelo PT, em 1998, substituindo Irineu Colombo; foi membro da Comissão Regional de Mulheres da Região Sudoeste e 2^a Secretária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, e elegeu-se duas vezes como vereadora desse município. É defensora das causas da agricultura familiar, saúde, educação e direitos da mulher. Em 2002 foi eleita deputada estadual com 53339 votos. Nesse mandato, fez parte das Comissões: Terras, Imigração e Colonização; Saúde Pública; e da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. (PORTELA, 2007 p.159). Em 2006 foi reeleita e neste mandato manteve a mesma linha de interesse das eleições anteriores, apresentando projetos como nas áreas da agricultura, educação e proteção dos

direitos dos idosos, e ainda se atentando para as questões de gênero (OLIVEIRA, 2002, p.253).

Serafina Carrilho, nasceu em Pompéia-Sp, em 1939, filha de pais espanhóis da província de Salamanca. Serafina chegou a Maringá em 1967, onde atua no ramo empresarial na esfera privada. Em relação à vida pública foi vereadora em Maringá por duas legislaturas. Em 1998 foi eleita deputada estadual pelo PSDB com 15.952 votos, sendo a primeira deputada estadual eleita na região de Maringá, até então a única eleita para este cargo na cidade. Sua ação parlamentar é basicamente social, daí seu trabalho voluntário com doentes portadores de câncer, presos e andarilhos. É membro fundadora do Núcleo Social Papa João XXIII da Vila Vardelina, em Maringá. Foi coordenadora da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Maringá, onde assumiu o cargo de vice-presidente e presidente por dois mandatos. É membro da diretoria administrativa da 1ª Federação de Entidades Evangélicas de Assistência Social do Paraná e presidente do Conselho Fiscal do 1º Congresso Nacional de Entidades Evangélicas. Na Assembléia Legislativa foi membro titular das comissões de Constituição e Justiça, Segurança Pública e Saúde Pública, e suplente nas comissões de Obras Públicas, Transportes, Comunicação, Terras, Imigração e Colonização, Turismo, Fiscalização e Direitos Humanos. (PORTELA, 2007, p. 217). Seus projetos se ocupavam de questões como combate ao alcoolismo, questões de família como um todo, em especial a proposta dar abrigo às mulheres vítimas da violência, entre outras de caráter social (OLIVEIRA, 2002, p.298).

Arlete Caramês, catarinense de Porto União, nasceu em 1943. É formada na capital paranaense no curso de Contabilidade pelo Colégio Visconde de Cairu. Caramês foi funcionária de carreira do Badep (Banco de Desenvolvimento do Paraná) nas décadas de 70 e 80 e ocupou vários cargos no Banestado nos anos 90. Despertou interesse pela política a partir de 1991, após o desaparecimento de seu filho Guilherme. Iniciou, efetivamente, sua carreira política em 1998, quando foi candidata à deputada federal pelo PPS. Na época, somou mais de trinta mil votos, entretanto, não conseguiu se eleger. Dois anos depois conquistou uma cadeira na Câmara Municipal com 14.160 votos. Em 2002 foi eleita para o cargo de deputada estadual. Os projetos da deputada quase sempre são referentes à questão das pessoas desaparecidas, em especial crianças, devido ao triste episódio que fez

parte de sua vida em 1991¹¹.

Elza Pereira Correia Muller, nascida em 1947 em Londrina, pertence a uma família politizada, pais comunistas que militavam clandestinamente (BRUNETA, 2005, p.66), fato que viria a corroborar com o gosto pela política. Foi membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Professora de História, formada pela Universidade Estadual de Londrina, Coordenadora Geral Especial da Mulher, do Governo Municipal de Londrina. Coordenadora do Grupo Interestadual da Saúde da Mulher, fundadora do Comitê Permanente em Defesa da Vida e da Cidadania – Londrina e do Conselho da Condição Feminina de Londrina. Fundadora e primeira presidente da Frente Democrática da Mulher Londrinense. Fundadora do Centro de Atendimento à Mulher (1993). Membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Membro do Conselho Municipal de Assistência Social. Membro da Comissão Municipal de Prevenção e Controle da DST/AIDS. Membro da Comissão de Aleitamento Materno - CALMA. Assessoria à criação do Centro Integrado de Atendimento à Mulher - CIAM, Bauru/ SP. Idealizadora da Oficina de Tecelãs "Sempre Viva"- Londrina (1994) Premiada pelo IBAM/FORD, em 1994, na "Primeira Mostra de Experiências Municipais sobre Defesa da Mulher contra a Violência", pelo trabalho realizado em Londrina. Militante em Movimentos Sociais, em especial de mulheres, desde a década de 60, prestou assessoria à criação de Coordenadorias Especiais da Mulher em Prefeituras circunvizinhas de Londrina e à criação de Clubes de Mães, Associações Femininas e Organizações de Mulheres em diversos bairros periféricos de Londrina¹². Foi candidata à deputada estadual em 1966, porém, não obteve sucesso, e, em 1993 foi secretária de governo. Elegeu-se vereadora de Londrina em 1996, pelo PC do B, reelegendo-se na eleição seguinte. Já pelo PMDB, consegue chegar à Assembléia Legislativa do Paraná em 2002.

Maria Aparecida Borghetti nasceu em Caçador/SC em 18 de fevereiro de 1965, filha de Severino Ivo Borghetti e Ires Anna Borghetti, formada em História com especialização em Políticas Públicas, trabalha com publicidade (BRUNETA, 2005, p.57). O interesse pela política começou ainda na juventude, e, na década de 1990, casou-se com o então prefeito de Maringá, Ricardo Barros. De 1998 a 2000 foi chefe da representação do governo do Paraná, durante o governo Lerner e

¹¹ Informações obtidas no site da ALEP.

¹² Informações do site: <http://www.bahai.org.br>.

assessora especial do governo em Brasília. Em 2002, foi eleita Deputada Estadual e em 2006 reeleita. Foi filiada ao PP (1999-2001); PPB (2001-2003) e PP (2003-). Foi também presidente do Provopar/Maringá no período de 1990 a 1992. Foi assessora da criança e Assuntos da Família, respondendo pelo programa Vale Creche. Foi chefe da representação do governo do Paraná e assessora especial do governo em Brasília (1998-2000)¹³.

Izabeti Cristina Pavin nasceu em Colombo, em 16 de abril de 1958, formada em Ciências Sociais, onde não atuou profissionalmente, onde preferiu ser servidora pública. Começou sua trajetória em 1977 na Prefeitura Municipal de Colombo, como telefonista, pouco depois atuou como recepcionista e chefe de gabinete. Foi eleita Vereadora em 1988. Em 1992 tornou-se vice-prefeita e em 1996 e eleita Prefeita de Colombo, foi reeleita em 2000 com uma votação expressiva.¹⁴

Cleusa Rosane Ferreira Ribas, nasceu em Clevelândia-PR, em 31 de julho de 1963, é formada em enfermagem e obstetrícia em 1988 pela PUC-PR, mas atua na política legislativa estadual. Passou a infância e adolescência em União da Vitória e Francisco Beltrão. Mudou-se para o município de Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba, aos 19 anos para cursar o ensino superior. Iniciou na vida política no final dos anos 90, quando ingressou no Partido Verde. Tentou uma vaga na Câmara de Vereadores de Araucária em 2000; onde não foi eleita por causa da coligação, em 2004 concorreu à prefeitura de Araucária, ficando em segundo lugar, com 12.344 votos. Elegeu-se deputada estadual no Paraná em 2006, com 18.844 votos.¹⁵

Através dos quadros a seguir (3a e 3b), objetiva-se de maneira comparativa traçar um perfil do conjunto das biografias das deputadas eleitas, destacando pontos em comum e assinalando diferenças que são significantes para a análise. A planilha apresenta alguns aspectos que permitem caracterizar o grupo de políticas.

A maioria das deputadas nasceu na região sul do país, sendo três no Paraná, duas em Santa Catarina, e uma em Rio Grande do Sul. A exceção é Serafina Martins Carrilho, nascida em São Paulo, que se mudou para o Paraná aos 30 anos. Como complemento desses quadros, podemos mencionar que nenhuma das mulheres eleitas nasceu em Curitiba, todas provém de cidades de interior de

¹³ Informações do site: <http://www.vigilantesdademocracia.com.br>.

¹⁴ Ver <http://www.alep.pr.gov.br>.

¹⁵ Idem.

estado.

Quadro 3a - Tabela prosopográfica das parlamentares paranaenses

| PARLAMENTAR | DATA DE NASC. | ESTADO DE ORIGEM | FORMAÇÃO | ATUAÇÃO PROFISSIONAL | GRUPO DE PROFISSÕES |
|------------------------------|---------------|------------------|-----------------------------------|---|----------------------|
| Serafina Martins Carrilho | 6/6/1939 | SP | Primeiro Grau Completo | Empresária | Empresarial |
| Luciana Guzella Rafagnin | 10/9/1965 | RS | Ciência Política | Agricultura e cientista política | Trabalhador agrícola |
| Arlete Ivone Caramês | 15/9/1943 | SC | Técnico Superior em Contabilidade | Contadora | Liberal |
| Elza Pereira Correia Muller | 30/10/1947 | PR | História | Professora, atriz e diretora de teatro | Magistério |
| Maria Aparecida Borghetti | 18/2/1965 | SC | Políticas Públicas | Empresária (publicidade), apresentadora e produtora | Empresarial |
| Cleusa Rosane Ribas Ferreira | 31/7/1963 | PR | Enfermagem e Obstetrícia | Enfermeira e professora | Liberal |
| Izabete Cristina Pavin | 16/4/1958 | PR | Ciências Sociais | Servidora pública | Servidor público |

FONTE: Rosevics et. al. (2008), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

Quadro 3b - Tabela prosopográfica das parlamentares paranaenses continuação

| PARLAMENTAR | CARGO | PRIMEIRA ATUAÇÃO POLÍTICA | CARGO MAIS IMPORTANT E OCUPADO NA ALEP/CDF | CARGOS NO LEG [S/N] | CARGOS NA ADM PÚBLICA [S/N] | N FILIAÇÕES EM PARTIDOS TOTAIS | VÍNCULOS COM GRUPOS/ ONG/ MOVIMENTOS SOCIAIS | FAMÍLIA NA POLÍTICA |
|------------------------------|----------|--|--|---------------------|-----------------------------|--------------------------------|--|---------------------|
| Serafina Martins Carrilho | De. Est. | Vereadora de Maringá (PR) | | S | N | 3 | S | N |
| Luciana Guzella Rafagnin | De. Est. | Deputada estadual | 2º Secretária da Mesa Diretora | N | N | 1 | S | N |
| Arlete Ivone Caramês | De. Est. | Vereadora de Curitiba (PR) | 3º vice-presidente da Mesa Diretora | S | N | 2 | S | N |
| Elza Pereira Correia Muller | De. Est. | Militante no partido comunista | | S | N | 2 | S | S |
| Maria Aparecida Borghetti | De. Est. | Chefe da representação do governo do Paraná e assessora especial do governo em Brasília. | 4º Secretário da Mesa Diretora | N | N | 3 | S | S |
| Cleusa Rosane Ribas Ferreira | De. Est. | Diretora de Saneamento e Vigilância Sanitária em Araucária (PR) | | N | S | 1 | S | N |
| Izabete Cristina Pavin | De. Est. | Prefeita de Colombo (PR) | | N | N | 3 | N | N |

FONTE: Rosevics et. al. (2008), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

A maioria possui curso superior completo, o que revela o alto nível de

instrução do grupo. Os dados sobre o grupo de profissões agregadas foi elaborada com base nos estudos sobre parlamentares brasileiros¹⁶. Para os casos de mais de uma profissão foi considerada a principal de acordo à biografia. As deputadas se encaixam em cinco grupos de profissões: liberal, magistério, empresarial, servidor público e trabalhador rural. Cabe esclarecer, que se tomou como classificação a profissão das deputadas que exerciam antes de ser eleitas. A deputada Rafagnin se adéqua a esta última agrupação, sendo filha de agricultores, continuou com a profissão dos pais.

Um dado relevante está dado pelos vínculos com movimentos sociais, associações e entidades religiosas. De acordo com a literatura sobre a participação feminina na política, geralmente a base das parlamentares está formada por grupos sociais ligados a áreas de atuação feminina, ponto que já foi colocado no primeiro capítulo deste trabalho, e, para o caso do Paraná, quase a maioria das parlamentares já possuía vínculos fortes de participação em associações de defesa dos direitos da mulher antes de se eleger. A exceção é Arlete Caramês, que, a partir de uma vivência particular, o desaparecimento de seu filho, conseguiu montar sua base eleitoral.

Para o caso do Paraná, apenas duas das parlamentares possuíam laços de parentesco com políticos, antes de ingressar nas casas legislativas: Elza Pereira e Maria Borghetti. Esta casou-se com o prefeito de Maringá e aquela é filha de militantes comunistas, cujo pai foi eleito vereador de Londrina. Outro dado significativo é que três das sete parlamentares ocuparam cargos legislativos antes de entrar na ALEP. Como demonstram outros estudos sobre a participação feminina na ALEP (TRIBESS e PERISSINOTTO, 2006), o recrutamento partidário privilegia experiências anteriores na vida política. Menos da metade das deputadas na ALEP, ocupou cargos na mesa diretora, embora, nenhuma delas tenha conseguido ser presidente da mesa executiva da assembléia. Este fato revela a dificuldade que as mulheres encontram para vencer certas barreiras e alcançar cargos de direção e liderança dentro da ALEP.

A filiação partidária revela que mais da metade das parlamentares mudaram de partido durante a carreira política, sendo que três deputadas o fizeram em três oportunidades e duas parlamentares em duas vezes. Segundo a literatura

¹⁶ Utilizou-se como referência para elaborar o grupo de profissões, os estudos de RODRIGUES (2002, 2006) sobre a composição social da Câmara de Deputados.

especializada no tema (MELO, 2000; 2002) a troca de legendas se explica pelo arranjo interno do legislativo brasileiro. Sendo este fenômeno um comportamento racional, os parlamentares optam por alternativas que permitam maximizar o sucesso de suas carreiras políticas. Embora, nosso período de análise (1998-2006) não tenha em conta a nova regulamentação sobre mudança de partido elaborada a partir de 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou analisar a participação das mulheres na Assembléia Legislativa do Paraná à luz da política de cotas de gênero. Buscou verificar, a partir das características dos candidatos, os elementos decisivos de uma eleição, como também traçar os perfis diferenciais dos candidatos e sua relação com o resultado eleitoral. O objetivo da utilização da ACM para estabelecer perfis foi contribuir metodologicamente, testando as possibilidades dessa técnica como um modo mais sofisticado para elaborar o perfil de políticos. De outra maneira, este estudo acredita ser uma contribuição para a extensão dos estudos empíricos sobre a política de cotas de gênero, bem como buscou contribuir com a literatura que investiga o perfil e performance dos parlamentares.

Cabe mencionar que esse é um estudo introdutório, pois consideramos apenas a ALEP, e que, embora nossa série histórica tenha compreendido três eleições, o número muito pequeno de mulheres dificultou uma análise de maior poder explicativo. Algumas questões importantes fugiram do escopo dessa análise, como por exemplo, uma abordagem mais ampliada de caráter institucional, ou ainda um estudo que considerasse as etapas anteriores da seleção dos indivíduos realizadas pelos partidos políticos até o lançamento das candidaturas, bem como seus respectivos os estatutos.

No primeiro capítulo observamos a influência dos tratados e convenções internacionais na luta das mulheres por direitos iguais, em especial, na luta pelo espaço público. Percebemos, através da extensa produção científica existente, que a política de cotas de gênero pretende num primeiro momento aumentar a presença feminina e num segundo momento buscar a igualdade entre homens e mulheres na política. A literatura argumenta que apenas a política de cotas não determinaria um maior espaço às mulheres na política, mas que a reduzida participação dessas nas esferas decisórias se deva à cultura política do país, como também ao arranjo institucional do país. Para o caso brasileiro, a crítica se estende, pois o não cumprimento da política de cotas (mínimo de 30% das candidaturas de um dos sexos) não acarreta, ainda, nenhuma punição aos partidos políticos. Os dados apresentados sobre a situação das mulheres na política brasileira, tanto na câmara quanto nas assembleias, mostram que as candidaturas

femininas representam aproximadamente 15% do total dos candidatos por partido ou coligação, está muito aquém do proposto pela política de cotas, como também de um cenário político mais democrático.

No segundo capítulo, utilizamos algumas tabelas cruzadas, com o objetivo de verificar a participação das mulheres nas assembleias legislativas dos estados das regiões sul e sudeste do país, nas eleições que precederam a implementação da política de cotas de gênero, de 1998 a 2006, para inserir o Paraná, nosso objeto de estudo, num contexto maior e poder fazer algumas interações entre os estados. Porém, cabe aclarar que não aprofundamos essa análise. Observou-se que é crescente o número de candidaturas nos sete estados analisados, como também o número de mulheres. De maneira geral, os estados que mais candidatas mulheres apresentaram para concorrer ao cargo de deputada estadual foram Rio de Janeiro e São Paulo. O maior percentual de candidatas alcançado pelos estados foi de 18,23% nas eleições do Rio de Janeiro, em 2002. Este estado é também o que teve a maior bancada feminina, 20% nessa mesma eleição. Já a menor bancada ficou com o Paraná, em 1998, elegendo apenas 1 mulher das 54 cadeiras. Quanto às candidaturas, este estado foi o que mais lançou mulheres nas eleições em análise, tanto em relação aos homens como em termos absolutos, da região sul. Ao analisarmos as candidatas que obtiveram sucesso eleitoral, constatou-se que o Espírito Santo (12% em 2002) e o Rio Grande do Sul (9,7% em 1998) foram os estados em que o grau de sucesso das mulheres foi maior, ou ainda, tais estados obtiveram os maiores percentuais de mulheres que se candidataram e, conseqüentemente, ganharam as eleições. Quando observamos o crescimento da participação das mulheres enquanto candidatas nas duas regiões, em oito anos, de 1998 a 2006, percebemos que esse crescimento é mais acentuado na região sul do que no sudeste, ou seja, em termos relativos, naquela região o aumento das candidaturas femininas foi maior que nesta. As análises realizadas neste capítulo foram de encontro com grande parte da literatura que versa sobre os resultados inócuos da política de cotas de gênero como instrumento isolado de mudança na política brasileira. Porém, cabe mencionar que o aumento da presença feminina nos processos eleitorais, ainda que muito pequeno, pode nem ter sido resultado direto da política de cotas, mas sim por outros fatores, como por exemplo, uma maior conscientização de algumas mulheres quanto à importância de participar mais ativamente das esferas decisórias, ou ainda, pela busca da igualdade de

gênero nesse cenário, já que em relação ao mercado de trabalho essa diferença tem sido minimizada no decorrer dos anos de forma mais acelerada.

Através dos modelos de regressão logística binária, realizados no terceiro capítulo, observou-se, quando agregadas as três eleições, que, dentre as variáveis com parâmetros significativos a 5%, estar “em mandato” é a variável que mais aumenta as chances de sucesso eleitoral, não apenas neste modelo, como também nos modelos apresentados por eleição, onde computamos homens e mulheres, e nos modelos elaborados apenas para homens, que, por representarem mais de 87% do total das candidaturas, apresentam muita semelhança com os modelos gerais. A importância dessa variável corrobora com a ideia de que a passagem pela assembleia confere crédito social aos candidatos e aponta que esse é o principal fator para o sucesso eleitoral, o recurso que, se mobilizado, aumenta em muito as chances do candidato. Ainda com relação a esta variável, convém mencionar que nas eleições de 1998, a razão de chance foi de 77, para o modelo geral, em 2002 de 36 e em 2006 foi de 51. Esta informação nos permite concluir que as eleições de 2002 foram de renovação dos nomes na ALEP, tanto em relação à redução relativa das chances dos candidatos já em mandato se elegerem, como também pelo motivo da variável “idade” apresentar-se significativa para o modelo, indicando um aumento das chances de sucesso eleitoral aos candidatos com idade inferior à 39 anos. Colocamos como um dos objetivos nesse capítulo verificar o comportamento da variável sexo nos modelos, porém, não foi possível afirmar se o fato de ser mulher influencia nos resultados das eleições. Sugerimos, para resultados mais conclusivos, a ampliação da série histórica, ou ainda, a seleção de outras assembleias, pois, dessa forma, estaríamos trabalhando com um número maior de mulheres. No modelo geral elaborado para as mulheres, a variável “em mandato”, embora aceitável a 5%, apresentou parâmetro negativo, indicando que estar em mandato diminui as chances de sucesso eleitoral das mesmas. Porém, como temos um número muito pequeno de mulheres reeleitas, apenas duas das sete candidatas, o parâmetro não é tão confiável.

Na primeira seção do último capítulo, com a utilização de um método de análise geométrica de dados, análise de correspondência múltipla, foi possível construir eixos nos quais os indivíduos se encontram mais distantes uns dos outros conforme a dissemelhança de seus perfis, ou seja, conforme o número de propriedades que eles não possuem em comum. De maneira geral, tanto quando

agregamos homens e mulheres na mesma análise, como quando elaboramos as ACMs somente para os homens, a primeira dimensão se repetiu: pôde ser interpretada como uma dimensão de performance eleitoral, onde os candidatos se diferenciaram de acordo com o sucesso eleitoral e o fato de estarem “em mandato”, disposto em um dos lados dos gráficos, enquanto que candidatos com insucesso eleitoral e não em mandato se localizaram no outro. Com relação à segunda dimensão, os candidatos se opuseram conforme a faixa etária e estado civil: de um lado, candidatos com idade inferior à 39 anos e solteiros, de outro, candidatos menos jovens associados à outros estados civil. Quanto à terceira dimensão, quando retida para as análises, foi interpretada como uma dimensão de perfil sócio-econômico, em que, de um lado se agruparam os candidatos com ocupações de estrato alto na hierarquia social aliados à alta escolaridade, e, de outro, candidatos com outras ocupações associados à escolaridade não alta. Nas ACMs apenas para mulheres, obtivemos as seguintes organizações: em 1998, a primeira dimensão foi organizada conforme os partidos, faixa etária e estado civil das candidatas e a segunda dimensão pôde ser interpretada como de perfil sócio-econômico; em 2002, a primeira dimensão foi interpretada como de performance eleitoral associada às variáveis ocupação e partido e a segunda dimensão opôs os candidatos conforme a escolaridade, idade e estado civil; nas eleições de 2006, a primeira dimensão ficou como em 1998 e a segunda dimensão refinou os perfis etários ao caso em que as candidatas já estavam em mandato. Lembramos que, em decorrência de não termos candidatas “em mandato” nas eleições de 1998 e 2002, essa variável só esteve presente na análise para 2006. Como trabalhos com um número reduzido de candidatas com sucesso eleitoral e com um número pequeno de variáveis, a última seção deste capítulo, através do método prosopográfico, constatou, em especial, que: somente uma candidata não nasceu na região sul do país; apenas duas das sete candidatas eleitas apresentavam algum parentesco com políticos até conquistarem seus cargos; a maioria destas apresentou algum vínculo com ONGs ou movimentos sociais, como também a grande maioria já havia tido alguma experiência em cargos políticos antes de serem eleitas para a Assembléia Legislativa do Paraná.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1998.

ABRUCIO, F. L.; TEIXEIRA, M. A. C.; COSTA, V. M. F. O papel institucional da Assembléia Legislativa Paulista: 1995 a 1998. In: SANTOS, F. (org.) **O Poder Legislativo nos Estados**: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 219-246.

ALVES, J. E. D. ; CAVENAGHI, S. As mulheres nas eleições de 2004 e as limitações da política de cotas. In: **Anais do 6 Encontro da Associação Brasileira de Ciências Políticas**. Rio de Janeiro : ABCP, 2008. v. 1. p. 1-26.

ALVES, J. E. D. Mulheres sem espaço no poder: análise do déficit democrático de gênero na eleições municipais de 2004 e 2008. 2009. **IN: REUNIÃO ANUAL DA SBPC**. Manaus: 2009.

ARAÚJO, C. Ações afirmativas como estratégias políticas feministas. In: BRUSCHINI, C. e UNBEHAUM, S. (orgs.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 143-66.

ARAÚJO, C.; ALVES, J.E. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as cotas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, p. 535-576, 2007.

ARAÚJO, C.; As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 155-194, 2001.

ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, vol. 6, n. 1. Rio de Janeiro, 1998, p. 71-90.

ARBLASTER, A. **A Democracia**. Lisboa: Europa-América, 2004.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988

ÁVILA, M. B. Cidadania, direitos humanos e direitos das mulheres. In: **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 143-66.

BIROLI, F.; COUTINHO, J. Gênero, representação e visibilidade midiática: uma análise da presença de senadores e senadoras na mídia nos anos 2003-2005. **Fazendo gênero** 7, Florianópolis, 2006.

BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. (org). **Mulher e política**: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAGA, S. ; NICOLAS, M. A. . Prosopografia a partir da Web: avaliando fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. In: **31º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu: 2007. Disponível em < <http://201.48.149.88/anpocs/>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

BRUNETTA, M. do C. **A política de cotas para mulheres**: análise do legislativo paranaense. Dissertação de Mestrado (UFPR), 2005.

BURKE, E. **The portable Edmund Burke**. London: Penguin, 1999.

CARREIRA, D.; A.; M.; MOREIRA, T. **Mudando o mundo**: a liderança feminina no século 21. São Paulo: Cortez; Rede Mulher de Educação, 2001.

CODATO, A. OLIVEIRA, M. R. de . A Marcha, o Terço e o Livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo - SP, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

COELHO, M. **A evolução do feminismo**: subsídios para a sua história. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

MACHADO ZANOTTA, L.. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, A; BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.24-38.

CYPRIANO, B.; REZENDE, D. L. ; ASSIS, M. P .F . A presença das mulheres brasileiras na política: uma discussão sobre as cotas legislativas sob o enfoque da política da diferença. In: **II Seminário Nacional Movimentos sociais, participação e democracia, 2007**, Florianópolis, NPMS UFSC, 2007.

DAHLERUP, D; FREIDENVALL, L. 2003. Quotas as a 'fast track' to equal political representation of women: why Scandinavia is no longer the model. In: **IPSA World Congress**. Durban, South Africa, June 29 to July 4, 2003 and in the present updated version at the **APSA Annual Meeting in Philadelphia**, August 28 to 31, 2003. Disponível em: < <http://www.statsvet.su.se/quotas/>>. Acesso em: 1 abr. 2008.

FRANÇA, A. S. T. **A Assembléia Legislativa do Paraná**: organização interna e processo decisório na 14ª legislatura (1999-2002). Dissertação (Mestrado em Sociologia UFPR), 2006.

FRASER, N. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. Fundação Carlos Chagas-Editora 34, 2002.

FREITAS, R.. O perfil dos candidatos e dos eleitos para os legislativos estaduais do Brasil no pleito de 2006. In: **VI Encontro Internacional do Fomerco - Os Novos Rumos do Mercosul**. Sergipe, de 12 a 14 de set. 2007.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GROSSI, M., P. MIGUEL, S. M. . Transformando a diferença: As mulheres na política. **Revista de Estudos Feministas**. Vol.9, número 1, p. 167-206, 1º semestre 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100010>. Acesso em: 12 mar. 2008.

HAHNER, J. E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HEINZ, F. (ORGs). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HENKIN, L. **The rights of man today**. New York: Columbia University Press, 1988.

HTUN, M.. A política de cotas na América Latina. **Estudos Feministas**. Ano 9, p. 225-230, 2º sem. de 2001.

LETÍCIA R. G. **Movimento de Mulheres Marlene Martini Carneiro**

LOURO, G. L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Revista Educação e Realidade**, v.20, n.2, p.101-132, jul./dez.1995.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997

MARENCO DOS SANTOS, André. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.33, pp.87-101, 1997.

MASCHIO, J.J. Eficácia/ineficácia do sistema de cotas para as mulheres. **Resenha Eleitoral** : Nova Série , v.10, n.1, p.46-62, jan./jun. 2003.

MATOS, M., CYPRIANO B., BRITOS, M.. Cotas de Gênero para o reconhecimento das Mulheres na Política: Um estudo comparado ações afirmativas no Brasil, Argentina. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**.. Recife: UFPE, maio e junho de 2007. Disponível em <www.sbsociologia.com.br/.../Microsoft%20Word%20%20XIII_Congresso_Brasileiro_de_Sociologia_NEW.pdf>. Acesso em: 10 março de 2008

MELO, C., R. Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados. **Dados**, vol. 43, 2, 2000.

MELO, C., R. Presidencialismo e estabilização relativa do sistema partidário brasileiro. In: **3º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Niterói, jul., 2002.

MIGUEL, L. F. (2003) Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*. n.20, pp.115-134.

MIGUEL, L. F. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". **Revista Estudos Feministas**, vol. 9, n.1, Florianópolis, 2001.

MIGUEL, L. F. Representação política em 3 - D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 51 –fev., 2003.

MIGUEL, L. F. Teoria Política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V.15, n. 44, São Paulo, outubro de 2000.p.91-102.

MIGUEL, L. F., FEITOSA F.. Representação política e gênero: uma análise a partir dos discursos na Câmara dos Deputados. In: **6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**. Campinas: UNICAMP, de 29 de julho a 1º de agosto de 2008 Disponível em: < <http://201.48.149.88/abcp2008/>>. Acesso em: 4 agosto de 2008

MIGUEL, S. M. **A política de cotas por sexo**: um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro. Brasília: CFEMEA, 2000.

OLIVEIRA, R. C de. **Análise dos parlamentares paranaenses na entrada do séc. XXI**. APUFPR-SSind, 2002.

OPPENHEIM, F. Verbete Igualdade. In: BOBBIO, Norberto et. al. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UnB, 1995. v. 2.

PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná**. Curitiba, 24 de abril de 2000.

PERISSINOTO, Renato; BRAUNERT, Mariana. A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002). **Opinião Pública**. v.12, n.1, pp.114-135, 2006.

PERISSINOTO, R.; COSTA, L. D.; TRIBESS, C. Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006). **Sociologias**. n.22, pp.280-313, 2009.

PHILIPS, A. De uma política de idéias a uma política de presença. In: **Revista de Estudos Feministas**, p. 268-290, 2001,

PINHEIRO, L. S. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. (Série Documentos)

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RESENDE, R.C., NICOLÁS, M.A., ROSEVICS, L. Análise da participação política feminina nas assembleias legislativas da região sul do Brasil (1998-2006). **Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS**: Porto Alegre, 2008.

RODRIGUES, A. **Cidadania das mulheres e legislativo federal**: novas e antigas questões em fins do século XX no Brasil/Almira Correia de Caldas Rodrigues, CFEMEA. Brasília: CFEMEA, 2001 (B)

RODRIGUES, A. Mulheres: Movimentos Sociais e Partidos Políticos. **Seminário Nacional de formação política**: Mulheres socialistas. Brasília: Valparaíso. Anais PSB, 2001.

RODRIGUES, A. Reforma política e participação. **Democracia Viva**, São Paulo: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (iBase), n. 23, p.3-7ago/set.2004

RODRIGUES, L., M.. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados. São Paulo: EDUSP, 2002.

ROSEVICS, L., NICOLÁS, M.A., RESENDE, R.C. Balanço da política de cotas de gênero e participação política da mulher no Paraná (1982-2006). **IN: V Simpósio dos Pós-Graduandos em Ciência Política da USP**: São Paulo, 2008.

RUA, M. G. "Mídia, ética e política na eleição brasileira de 1994". In: Baquero, Marcelo (Org.) **Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política**, Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1996.

SANTOS, W. G. dos. A práxis liberal e a cidadania regulada. In: SANTOS, W. G. dos. **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p. 63-114.

SARTI, C. A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu: desdobramentos do feminismo**. n.16. Campinas, 2001. p.31-48.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, v.20, n.2, Porto Alegre, 1995.

SILVESTRIN, C. B. **Gênero, política e eleições**. Tese de doutorado (USP, 2000)

SOARES, C. D. S.. **Evolução histórico-sociológica dos partidos políticos no Brasil Imperial**. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina>>. Acesso em: 10 mar. 2008

SOARES, M. C. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século 18**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, C. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 24, p. 105-122, 2005.

TOMIO, F. R. de L. **Instituições Políticas, Relações Executivo/Legislativo e Processo Decisório Estadual: iniciativas e decisões legislativas no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 2005.

TRIBESS, C., PERISSINOTTO, R., M.. Representação Feminina no Legislativo Paranaense. IN: **XIV Jornadas de Jovens Pesquisadores da AUGM**. Campinas: Universidade estadual de Campinas. Disponível em <<http://www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/UFPR/CA6007%20%20Camila%20Tribes.doc/>>. Acesso em: 10 março 2008.

VEIGA, L., MIRIADE, A.. Perfil dos Candidatos e Eleitos na Disputa Partidária para a Câmara dos Deputados em 2006. In: **VI Encontro Internacional do Fomerco - Os Novos Rumos do Mercosul**.. Sergipe, de 12 a 14 de setembro de 2007.

VOCHIA, R. S. D.; HAX, A. Estudo sobre a intersecção entre desenvolvimento econômico regional e perfil sócio-cultural e político da representação política na região sul do estado/RS. In: **Primer Congreso Uruguayo de Ciencia Política**, Montevideu, 2006.